

# DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO XLI

FLORIANÓPOLIS, 08 DE DEZEMBRO DE 1976

NÚMERO 10.626

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

Ato Nº 2952 de 02 de dezembro  
de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

RESOLVE:

Promover na carreira de Auxiliar de Administração:

POR MERECIMENTO

A CLASSE PF-8

- 1 — WANDA MARIA DE OLIVEIRA GRAZIOTIN
- 2 — MARIA MARTINS PIAI
- 3 — LIA GILDA VIRTUOSO
- 4 — IRACI MARIA TRENTIM
- 5 — MARIA CELSA SOUZA
- 6 — IVONETE CUNHA FLOR
- 7 — IRENE GRAIPEL BATISTA DA SILVA
- 8 — ZITA FLORES BROGNOLLI
- 9 — NORMA TOLENTINO DE SOUZA AMORIM
- 10 — OSCAR DE CARVALHO
- 11 — NEIDE MONTEIRO DE CASTRO SILVESTRE
- 12 — ELI MENDES COELHO
- 13 — LIGIA WENDHAUSEN

Ato Nº 2953 de 02 de dezembro  
de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

RESOLVE:

Promover na carreira de Auxiliar de Administração:

POR ANTIGUIDADE

A CLASSE PF-8

- 1 — CELINA NAZARIO
- 2 — MARIA CATARINA SCHMITT HEISS
- 3 — BERENICE ZAVASKI GOIS

- 4 — MARGARIDA OLGA PICHBRENNER BIESUS
- 5 — MARIA BERNADETE DE SOUZA DELLA GIUSTINA
- 6 — LURDETE MARIA SALM
- 7 — CATARINA DA SILVA SOUZA
- 8 — MARIA APARECIDA COELHO
- 9 — MARIA TEREZINHA LUDVIG DA ROSA
- 10 — JUCELY DOS REIS MONTEIRO
- 11 — TEREZINHA LUIZ PETRY
- 12 — PAULA SUZANA ULYSSE REMOR
- 13 — MIRIAN LEITE KOCH
- 14 — MARIA TEREZINHA PERES CIOFFI

Ato Nº 2954 de 02 de dezembro  
de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

RESOLVE:

Promover na carreira de Auxiliar de Administração:

POR ANTIGUIDADE

A CLASSE PF-9

- 1 — MARIA HELENA ATHAIDE PIRES
- 2 — MARIA TEIXEIRA OLIVEIRA
- 3 — MARIA DOS ANJOS SILVA
- 4 — SIDNEY SILVA
- 5 — MARIA LÚCIA VIEIRA
- 6 — ELIZABETE ALICE JANSEN
- 7 — IOLANDA CABRAL DA ROSSA
- 8 — PERICLES FLORIÃO DA SILVA
- 9 — CARLOS AUGUSTO DA SILVA NEVES
- 10 — MARIA ZÉLIA GUIMARAES FRANZONI GIL
- 11 — ELIA LETICIA BALDESAR LOCKS

Ato Nº 2955 de 02 de dezembro  
de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

RESOLVE:

Promover na carreira de Auxiliar de Administração:

POR MERECIMENTO

A CLASSE PF-9

- 1 — ARGENTINA FERREIRA DA SILVA
- 2 — WALDO ROSA
- 3 — ANITA ROSÁLIA ALVES
- 4 — AUJOR DE SOUZA
- 5 — HELOISA LANG
- 6 — CARLOS ALBERTO CAMPOS
- 7 — SILVIA ZACHI LUECHI
- 8 — LILIAN DA SILVA GOU-LART
- 9 — ARLETE MARIA DA SILVA
- 10 — LOURDES MARIA CHE-REM

Ato Nº 2956 de 02 de dezembro  
de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

RESOLVE:

Promover na carreira de Auxiliar de Administração:

POR ANTIGUIDADE

A CLASSE PF-10

- 1 — JALI MEIRINHO
- 2 — LÉA MAURA XAVIER
- 3 — HAMILTON LEO PIRES
- 4 — NEUSA FAIN
- 5 — MARIA DA GRAÇA LAGO SILVA
- 6 — MARIA VERA DE SOUZA

Ato Nº 2957 de 02 de dezembro  
de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

RESOLVE:

Promover na carreira de Auxiliar de Administração:

POR MERECIMENTO

A CLASSE PF-10

- 1 — PAULO MANARA
- 2 — JOÃO MACHADO
- 3 — MARIA VIANA CORTE REAL
- 4 — DULCINEIA VIRGINIA PEREIRA GUESSE
- 5 — NILZA CARIONI DE CASTRO
- 6 — RAYNILDES LUZ

Ato Nº 2958 de 02 de dezembro  
de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

RESOLVE:

Promover na carreira de Auxiliar de Administração:

POR ANTIGUIDADE  
A CLASSE PF-11

- 1 — NICOLAU FARIA LUIZA
- 2 — DILSON MARTINS MELLO
- 3 — GILDA SILVEIRA PESSOA
- 4 — GILBERTO LUCINET OSORIO

Ato Nº 2959 de 02 de dezembro  
de 1976

O Governador do Estado, no uso de suas atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

RESOLVE:

Promover na carreira de Auxiliar de Administração:

POR MERECIMENTO

A CLASSE PF-11

- 1 — ALDIR MARIA RAMOS
- 2 — MARIA LUCIA SILVA SCHMIDT
- 3 — ELIANE DE BRITO ANDRADE
- 4 — MARIA FRANCELINA MAFRA

Ato Nº 2960 de 02 de dezembro  
de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

RESOLVE:

Promover na carreira de Escri-turário:

POR MERECIMENTO

A CLASSE PF-4

- 1 — NILSON AUGUSTO DUTRA
- 2 — MARIA IVONE KIKUIO
- 3 — MAURELIO DA COSTA SABINO
- 4 — ROMUALDO JOSÉ MULLER
- 5 — JOSÉ GERMANO VIEIRA
- 6 — MARIA JACIRA SILVA
- 7 — ANTONIO MANOEL RABELO
- 8 — JOB ALVES
- 9 — DÉCIO FLÁVIO BORTOLUZZI
- 10 — ARLINDO FELIX DOS SANTOS
- 11 — JOSÉ PEDRO HOFFMANN
- 12 — FERNANDO LUIZ NETTO
- 13 — ANITA ZILLI CERIM-BELLI
- 14 — LONGINO TOMAZ DA SILVA
- 15 — LETICIA MARIA PALUMBO
- 16 — JÚLIO KULKOMPO
- 17 — JOSÉ MACIEL
- 18 — LAERCIO JOSÉ CIFUENTES
- 19 — FRANCISCO AVILA FILHO
- 20 — NEUZA DE SOUZA
- 21 — MARILZA VIEIRA COUTINHO
- 22 — RENATO ASSIS MARTINS
- 23 — ARMANDO DOMINGOS ESTÁCIO
- 24 — JANETE DO ROSÁRIO
- 25 — ZENAIDE MARTINS COSTA
- 26 — LUCIA STHLIN SIMAS
- 27 — ZENIR DUARTE COELHO
- 28 — NECY DE FREITAS
- 29 — URAANIA BARBOSA
- 30 — ILONI SOUZA VECCHI

Ato Nº 2961 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

RESOLVE:

Promover na carreira de Escriturário:

POR ANTIGUIDADE

A CLASSE PF-4

- 1 — TEREZA GOULART BURI-GO
- 2 — CARMELITA CANTALÍCIA CATKART
- 3 — ADÃO ANDRÉ ANTUNES
- 4 — ESTOR LUIZ MACCARI
- 5 — NIRCE ALEXANDRINO
- 6 — ELISABETH AVILA PEREIRA
- 7 — ROSALBA MARIA FAGUNDES
- 8 — ADILCENIR JOSÉ NUNES
- 9 — BERNARDO DE SOUZA
- 10 — ANA MARIA CUNHA FELIX
- 11 — CIRLEI MARIA FELIX ARAÚJO
- 12 — DALVA PORTO SCHLUPP
- 13 — MARIANA ZANELATTO MARCHETTI
- 14 — NILTON DINIZ
- 15 — SIBILA PARISOTO
- 16 — JOÃO ANTONIO RODRIGUES
- 17 — ZILMA LINHARES CARDOSO
- 18 — DIOGO TOBIAS GOMES
- 19 — ODORICO REIS
- 20 — GENÉSIO PEDRO SILVA-NO
- 21 — MARIA TEREZA RODRIGUES DA SILVA
- 22 — MARIA ANGÉLICA BATALHA DE MORAES
- 23 — GERMANO ALVES FILHO
- 24 — ANITA DA SILVA
- 25 — NILSON ANDRÉ PACHECO

- 26 — PEDRO SABINO
- 27 — ALICE RUFINO LOPES
- 28 — MARIA MOSSACCO GALEAZZI
- 29 — JOSÉ JORDÃO DA SILVA
- 30 — CRISTINA ATANÁSIO PANTALEÃO
- 31 — CLAUDETE MARIA MONN VIEIRA
- 32 — EDWIRGES MELO DE ATAÍDE
- 33 — DALVA BERNADETE CIOFFI
- 34 — EDMÉE EMERICH LENTZ

Ato Nº 2962 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

RESOLVE:

Promover na carreira de Escriturário:

POR ANTIGUIDADE

A CLASSE PF-5

- 1 — NAIR ELPO CONCEIÇÃO
- 2 — IMACULADA GASPAR
- 3 — ZENAIDE BRITO FERREIRA
- 4 — ILÁ DILIA DOS S. CARDOSO
- 5 — ANA MARIA D'ACAMPORA
- 6 — SOLITA VIRGINIA DA SILVA NASCIMENTO
- 7 — GEDALVA MACHADO DE OLIVEIRA
- 8 — LUIZ CONZAGA AMORIM
- 9 — CECÍLIA XAVIER DA SILVA
- 10 — LUIZ ALVES DA SILVA
- 11 — MARIA DO CARMO F. DOS SANTOS
- 12 — ZÉLIA HERMINIA DA ROSSA
- 13 — MARIA NILSA LARROID
- 14 — ACÉLINO JOÃO MARTINS
- 15 — ZULMA HELIA DA SILVA
- 16 — HELY TEREZINHA DE S. CAMPOS
- 17 — KILIANO JACÓ FUCK
- 18 — NICANOR BORGES
- 19 — WALDIR LAMARQUE
- 20 — AIRTON MELO
- 21 — INALDO NUNES DE ALBUQUERQUE
- 22 — MARIA CECÍLIA B. FARRACO
- 23 — PEDRO ROCHA
- 24 — CLOTILDE CECÍLIA GUIMARAES
- 25 — WENCESLAU JOÃO NUNES

Ato Nº 2963 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

RESOLVE:

Promover na carreira de Escriturário:

POR MERECIMENTO

A CLASSE PF-5

- 1 — BENTA JOVINA GONDIN
- 2 — ODETE D'AVILA
- 3 — DORACI MARIA DE FARIAS
- 4 — NAIR HELENA CUNHA BARCELOS
- 5 — JACINTA VERANI PIZZOLATTI

- 6 — LUIZ CARLOS BARBOSA REGO
- 7 — DULCINEIA CÚRCIO
- 8 — FRANCISCO AVELINO DA SILVA
- 9 — ITALA BALSINI KURSCHBAUNER
- 10 — NICOLAU HARDT
- 11 — VITÓRIA LIDIA SILVA
- 12 — HENRIQUETA MARIA BARDIO DE MELLO
- 13 — MARIA CONCEIÇÃO F. E SILVA DOBES
- 14 — FRANCISCO JACOB TEIXEIRA
- 15 — OSMARINA FIDELIS
- 16 — AMÉLIA BARBOSA
- 17 — ARLITA CARDOSO DA SILVA
- 18 — ADELIA MARIA EMME-RICH DA TRINDADE
- 19 — JOSÉ CORREA DA SILVA
- 20 — ANTONIO CARLOS AZEVEDO
- 21 — SADI DIONÍSIO PEDRA
- 22 — SOFIA MARIA BERKA SCHEIDT
- 23 — NILMA DOS SANTOS
- 24 — JOÃO FRANCISCO DUARTE

Ato Nº 2964 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

RESOLVE:

Promover na carreira de Escriturário:

POR ANTIGUIDADE

A CLASSE PF-6

- 1 — LUIZ GERALDO FARIAS
- 2 — OSCAR SEBASTIÃO SILVEIRA
- 3 — LOURIVAL ANDRÉ PIRES
- 4 — DIRCEU EGERT DE OLIVEIRA
- 5 — MARIA INES FERREIRA COSTA
- 6 — EDO GEVAERD
- 7 — ALBA DA LUZ MELLO
- 8 — PEDRO ANTONIO BORGES CAON
- 9 — ALCINO HENRIQUE PEREIRA
- 10 — FLORIANO LOPES DA SILVA
- 11 — ANTONIO MANOEL DE MENEZES
- 12 — OSVALDIR JOSÉ DE LIMA
- 13 — SEBASTIÃO MANOEL NUNES
- 14 — NILO MANOEL CARDOSO
- 15 — ODILIO ARRUDA LINS
- 16 — ANA MARIA B. D'AVILA
- 17 — BENÍCIO SIMÃO AZEVEDO
- 18 — IVO DE SOUZA

Ato Nº 2965 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

RESOLVE:

Promover na carreira de Escriturário:

POR MERECIMENTO

A CLASSE PF-6

- 1 — WALDIR ELPIDIO TEIXEIRA
- 2 — RUTH ANA MONGUILHOT
- 3 — OLGA EUNICE DA SILVA
- 4 — ENOE ANA DOS SANTOS CARREIRÃO
- 5 — WALACE MIGUEL DIAS

- 6 — DÁCIA SENA BORGES
- 7 — MARIA DE LOURDES FERREIRA
- 8 — ARLETE MARIA CERIM-BELLI BRASIL
- 9 — ALMIRO JOSÉ ROSA
- 10 — AFONSO BECKER
- 11 — MANOEL PEDRO DE SOUZA
- 12 — DULCEA DA SILVA VELOSO
- 13 — IELVA LEOPOLDINA DA S. COELHO
- 14 — FEDE TONET VIEIRA
- 15 — ZENI TEIXEIRA
- 16 — LURDETE ROSA DA SILVA
- 17 — AURORA MARIA DE LIMA
- 18 — LINDOLFO SCHMIDT

Ato Nº 2966 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

RESOLVE:

Promover na carreira de Servente:

POR MERECIMENTO

A CLASSE PF-2

- 1 — IZALDO SILVA
- 2 — HELENA ROGERIA VIEIRA MARTINS
- 3 — ARACY PIERRI
- 4 — IRENE RAMOS SOUZA

Ato Nº 2967 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

RESOLVE:

Promover na carreira de Servente:

POR ANTIGUIDADE

A CLASSE PF-2

- 1 — VANDA MIGUEL CORDEIRO
- 2 — MARIA IGLACIDES DE JESUS
- 3 — JÚLIO HABITZENREUTER
- 4 — JOÃO NARLOOCK FILHO
- 5 — AGATHA LIDIA JURASZ-CH

Ato Nº 2968 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

RESOLVE:

Promover na carreira de Servente:

POR MERECIMENTO

A CLASSE PF-3

I — ADELINA NILZA PEREIRA

Ato Nº 2969 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

RESOLVE:

Promover na carreira de Auxiliar de Serviços médicos:

## POR MERECIMENTO

## A CLASSE PF-2

1 — ANTONIO LUIZ DA SILVA

Ato Nº 2970 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

## RESOLVE:

Promover na carreira de Auxiliar de Serviços Médicos:

## A — POR MERECIMENTO

## A CLASSE PF-3

1 — NERI JOSE DA SILVA  
2 — MARIA PRAZERES DOS SANTOS  
3 — JORGE ANGELO DE SOUZA

## B — POR ANTIGUIDADE

A CLASSE PF-3  
1 — ZULEIMA DE FRANÇA SCHROEDER  
2 — MARIA BONEZI  
3 — GEMA LAZZARIN

Ato Nº 2971 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

## RESOLVE:

Promover na carreira de Auxiliar de Serviços Médicos:

## A — POR MERECIMENTO

## A CLASSE PF-4

1 — IVANILDE MARIA MERIZIO  
2 — ALAIR MARIA GENTIL  
3 — LÚCIA OSTETTO

## B — POR ANTIGUIDADE

## A CLASSE PF-4

1 — IGNEZ FRONZA  
2 — INGE WEHMUTH  
3 — NAIR SILVANO CORDEIRO

Ato Nº 2972 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

## RESOLVE:

Promover na carreira de Auxiliar de Serviços Médicos:

## POR MERECIMENTO

## A CLASSE PF-5

1 — SOFIA KEPEZINSKI

Ato Nº 2973 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

## RESOLVE:

Promover na carreira de Médico:

## POR ANTIGUIDADE

## A CLASSE PF-18

1 — LINCOLN VIRMOND DE ABREU

Ato Nº 2974 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

## RESOLVE:

Promover na carreira de Médico:

## POR MERECIMENTO

## A CLASSE PF-19

1 — ANTONIO TEIXEIRA PINTO

Ato Nº 2975 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

## RESOLVE:

Promover na carreira de Laboratorista:

## POR ANTIGUIDADE

## A CLASSE PF-17

1 — JUNDYR FERREIRA SALLES

Ato Nº 2976 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

## RESOLVE:

Promover na carreira de Economista:

## POR MERECIMENTO

## A CLASSE PF-18

1 — JOSÉ OURIQUES

Ato Nº 2977 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

## RESOLVE:

Promover na carreira de Mestre Artífice:

## A — POR MERECIMENTO

## A CLASSE PF-3

1 — JOÃO FRANCISCO DA SILVA  
2 — ARICODEMOS OSWALDINO DA SILVA

## B — POR ANTIGUIDADE

## A CLASSE PF-3

1 — DALMIR ISABEL LAUREANO  
2 — JOSÉ FRANCISCO DA SILVA  
3 — MARIA JUSTINA MAIA

Ato Nº 2978 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII do artigo 93, da Constituição

Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

## RESOLVE:

Promover na carreira de Mestre Artífice:

## A — POR MERECIMENTO

## A CLASSE PF-4

1 — OSWANDIR VIEIRA DE OLIVEIRA  
2 — VERDOLINO JOSÉ DUTRA

## B — POR ANTIGUIDADE

## A CLASSE PF-4

1 — CARIBALDINO XAVIER GODOI  
2 — ANTONIO DE SOUZA SIMAS

Ato Nº 2979 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

## RESOLVE:

Promover na carreira de Mestre Artífice:

## POR ANTIGUIDADE

## A CLASSE PF-5

1 — JACOB ZEQUINE

Ato Nº 2980 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

## RESOLVE:

Promover na carreira de Engenheiro Civil:

## POR ANTIGUIDADE

## A CLASSE PF-19

1 — GEORGES WINKHELRIED WILDI

Ato Nº 2981 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

## RESOLVE:

Promover na carreira de Engenheiro Civil:

## A — POR MERECIMENTO

## A CLASSE PF-20

1 — PAULO CABRAL WENDHAUSEN  
B — POR ANTIGUIDADE  
A CLASSE PF-20  
1 — MARIO LUIZ GARCIA

Ato Nº 2982 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

## RESOLVE:

Promover na carreira de Engenheiro Civil:

## POR ANTIGUIDADE

## A CLASSE PF-21

1 — JOÃO MARIA DE OLIVEIRA

Ato Nº 2983 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

## RESOLVE:

Promover na carreira de Desenhista:

## A — POR MERECIMENTO

## A CLASSE PF-8

1 — CESAR DE MELO CARDOSO  
B — POR ANTIGUIDADE  
A CLASSE PF-8  
1 — STELA VIEIRA DA ROSA

Ato Nº 2984 de 02 de Dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

## RESOLVE:

Promover na carreira de Consultor Jurídico:

## A — POR MERECIMENTO

## A CLASSE PF-20

1 — LEDO BRAULIO LEITE  
2 — MARIO ABREU FILHO

## B — POR ANTIGUIDADE

## A CLASSE PF-20

1 — OSWALDO FERREIRA DE MELLO

Ato Nº 2985 de 02 de Dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

## RESOLVE:

Promover na carreira de Consultor Jurídico:

## A — POR MERECIMENTO

## A CLASSE PF-21

1 — NICE VASCONCELLOS LIMA STOTERAU  
A CLASSE PF-21

## B — POR ANTIGUIDADE

1 — JOAO BAYER NETTO  
2 — ARMANDO SILVIO CARREIRA

Ato Nº 2986 de 02 de Dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

## RESOLVE:

Promover na carreira de Técnico de Administração:

<p>A — POR MERECIMENTO</p> <p>A CLASSE PF-19</p> <p>1 — BERENICE COELHO</p> <p>B — POR ANTIGUIDADE</p> <p>A CLASSE PF-19</p> <p>1 — ROSA MARIA LEHMKUHL VIEIRA</p>	<p>A — POR MERECIMENTO</p> <p>A CLASSE PF-4</p> <p>1 — Ladislau João dos Santos</p> <p>B — POR ANTIGUIDADE</p> <p>A CLASSE PF-4</p> <p>1 — FRANCISCO ANDRADE</p> <p>2 — HILARIO BERTOLDI</p>	<p>Ato Nº 2995 de 02 de dezembro de 1976</p> <p>O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,</p> <p>RESOLVE:</p> <p>Promover na carreira de Técnico de Controle Interno:</p> <p>A — POR MERECIMENTO</p> <p>A CLASSE PF-20</p> <p>OSMAR KLAMBERG</p> <p>B — POR ANTIGUIDADE</p> <p>A CLASSE PF-20</p> <p>ANTONIO MALICESCKI</p>	<p>Ato Nº 2999 de 02 de dezembro de 1976</p> <p>O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,</p> <p>RESOLVE:</p> <p>Promover na carreira de Auxiliar de Técnico de Controle Interno:</p> <p>A — POR MERECIMENTO</p> <p>A CLASSE PF-15</p> <p>1 — IVO PAULINO LEITE</p> <p>2 — MARIA DA FÉ SOARES FIDÉLIS</p> <p>B — POR ANTIGUIDADE</p> <p>A CLASSE PF-15</p> <p>ATHOS JACINTO</p>
<p>Ato Nº 2987 de 02 de Dezembro de 1976</p> <p>O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,</p> <p>RESOLVE:</p> <p>Promover na carreira de Técnico de Administração:</p> <p>POR MERECIMENTO</p> <p>A CLASSE PF-20</p> <p>1 — ROBERTO NELSON STOE-TERAU</p>	<p>Ato Nº 2991 de 02 de dezembro de 1976</p> <p>O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,</p> <p>RESOLVE:</p> <p>Promover na carreira de Exa-tor:</p> <p>POR ANTIGUIDADE</p> <p>A CLASSE PF-18</p> <p>ELRITA ZAKOSTALSKY CAR-DOSO</p>	<p>Ato Nº 2996 de 02 de dezembro de 1976</p> <p>O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,</p> <p>RESOLVE:</p> <p>Promover na carreira de Técnico de Controle Interno:</p> <p>A — POR MERECIMENTO</p> <p>A CLASSE PF-21</p> <p>PASCOAL LOPES MARTINS</p> <p>B — POR ANTIGUIDADE</p> <p>A CLASSE PF-21</p> <p>ENIO LUZ</p>	<p>Ato Nº 3000 de 02 de dezembro de 1976</p> <p>O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,</p> <p>RESOLVE:</p> <p>Promover na carreira de Auxiliar de Técnico de Controle Interno:</p> <p>A — POR MERECIMENTO</p> <p>A CLASSE PF-14</p> <p>NERY HAROLDO JANSEN</p> <p>B — POR ANTIGUIDADE</p> <p>A CLASSE PF-14</p> <p>ROSEMARY VIEIRA MACHADO</p>
<p>Ato Nº 2988 de 02 de Dezembro de 1976</p> <p>O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,</p> <p>RESOLVE:</p> <p>Promover na carreira de Técnico de Administração:</p> <p>POR ANTIGUIDADE</p> <p>A CLASSE PF-21</p> <p>1 — FELINTO WENCESLAU SCHULER</p>	<p>Ato Nº 2992 de 02 de dezembro de 1976</p> <p>O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,</p> <p>RESOLVE:</p> <p>Promover na carreira de Exa-tor:</p> <p>POR ANTIGUIDADE</p> <p>A CLASSE PF-15</p> <p>JOSE ELIAS GARCIA</p>	<p>Ato Nº 2997 de 02 de dezembro de 1976</p> <p>O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,</p> <p>RESOLVE:</p> <p>Promover na carreira de Técnico de Controle Interno:</p> <p>A — POR MERECIMENTO</p> <p>A CLASSE PF-19</p> <p>CANTALÍCIO DIONÍSIO SI-QUEIRA</p> <p>B — POR ANTIGUIDADE</p> <p>A CLASSE PF-19</p> <p>OTACÍLIO FLORENTINO MA-CHADO</p>	<p>Ato Nº 3001 de 02 de dezembro de 1976</p> <p>O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,</p> <p>RESOLVE:</p> <p>Promover na carreira de Auxiliar de Técnico de Controle Interno:</p> <p>A — POR MERECIMENTO</p> <p>A CLASSE PF-13</p> <p>1 — HAMILTON FRANCISCO DE SOUZA</p> <p>2 — FRANCISCO DE ASSIS TANCREDO</p> <p>3 — GERALDO BUSSOLO</p> <p>B — POR ANTIGUIDADE</p> <p>A CLASSE PF-13</p>
<p>Ato Nº 2989 de 02 de dezembro de 1976</p> <p>O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,</p> <p>RESOLVE:</p> <p>Promover na carreira de Auxiliar Agro-Pecuário:</p> <p>A — POR MERECIMENTO</p> <p>A CLASSE PF-2</p> <p>1 — ANTONIO GONÇALVES MAURÍCIO</p> <p>2 — JOSE PRITSCH</p> <p>B — POR ANTIGUIDADE</p> <p>A CLASSE PF-2</p> <p>1 — PAULO JOÃO SOMBRIO</p> <p>2 — ATILIO RALDI</p>	<p>Ato Nº 2993 de 02 de dezembro de 1976</p> <p>O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,</p> <p>RESOLVE:</p> <p>Promover na carreira de Escrivão de Exatoria:</p> <p>POR ANTIGUIDADE</p> <p>A CLASSE PF-15</p> <p>RUTH ROSA SCHMITZ</p>	<p>Ato Nº 2998 de 02 de dezembro de 1976</p> <p>O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,</p> <p>RESOLVE:</p> <p>Promover na carreira de Auxiliar de Técnico de Controle Interno:</p> <p>A — POR MERECIMENTO</p> <p>A CLASSE PF-16</p> <p>JAIR NUNES DE SOUZA</p> <p>B — POR ANTIGUIDADE</p> <p>A CLASSE PF-16</p> <p>MARIA INÊS MIROSKI DUTRA</p>	<p>Ato Nº 3002 de 02 de dezembro de 1976</p> <p>O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,</p> <p>RESOLVE:</p> <p>Promover na carreira de Auxiliar de Técnico de Controle Interno:</p> <p>A — POR MERECIMENTO</p> <p>A CLASSE PF-13</p> <p>1 — HAMILTON FRANCISCO DE SOUZA</p> <p>2 — FRANCISCO DE ASSIS TANCREDO</p> <p>3 — GERALDO BUSSOLO</p> <p>B — POR ANTIGUIDADE</p> <p>A CLASSE PF-13</p>
<p>Ato Nº 2990 de 02 de dezembro de 1976</p> <p>O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,</p> <p>RESOLVE:</p> <p>Promover na carreira de Aux-iliar Agro-Pecuário:</p>	<p>Ato Nº 2994 de 02 de dezembro de 1976</p> <p>O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,</p> <p>RESOLVE:</p> <p>Promover na carreira de Escrivão de Exatoria:</p> <p>A — POR MERECIMENTO</p> <p>A CLASSE PF-12</p> <p>WANDA JACHOWICZ WERNER</p> <p>B — POR ANTIGUIDADE</p> <p>A CLASSE PF-12</p> <p>MILITINHO GREGÓRIO EISING</p>	<p>Ato Nº 2996 de 02 de dezembro de 1976</p> <p>O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,</p> <p>RESOLVE:</p> <p>Promover na carreira de Auxiliar de Técnico de Controle Interno:</p> <p>A — POR MERECIMENTO</p> <p>A CLASSE PF-16</p> <p>JAIR NUNES DE SOUZA</p> <p>B — POR ANTIGUIDADE</p> <p>A CLASSE PF-16</p> <p>MARIA INÊS MIROSKI DUTRA</p>	<p>Ato Nº 3002 de 02 de dezembro de 1976</p> <p>O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,</p> <p>RESOLVE:</p> <p>Promover na carreira de Fiscal de Tributos Estaduais:</p> <p>POR MERECIMENTO</p> <p>A CLASSE PF-18</p> <p>CIRO OSCAR SONCINI</p>

Ato Nº 3003 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

**RESOLVE:**

Promover na carreira de Fiscal de Tributos Estaduais:

A — POR MERECIMENTO  
A CLASSE PF-17

JOSÉ LAMIR DOS SANTOS

B — POR ANTIGUIDADE  
A CLASSE PF-17

ADEI LOUZADA MOURA

Ato Nº 3004 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

**RESOLVE:**

Promover na carreira de Fiscal Auxiliar de Tributos Estaduais:

POR ANTIGUIDADE  
A CLASSE PF-14

ADILSON VIEIRA

Ato Nº 3005 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

**RESOLVE:**

Promover na carreira de Guarda Sanitário:

POR ANTIGUIDADE  
A CLASSE PF-8

1 — ZENON HENRIQUE DA CONCEIÇÃO

Ato Nº 3006 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

**RESOLVE:**

Promover na carreira de Guarda Sanitário:

POR ANTIGUIDADE  
A CLASSE PF-7

1 — WALDEMAR FERNANDES

Ato Nº 3007 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

**RESOLVE:**

Promover na carreira de Motorista:

A — POR MERECIMENTO  
A CLASSE PF-6

1 — RUBENS CARLOS CORRÊA  
2 — WANDERLEY KINCHESKI  
3 — WALMIR DA SILVA

4 — TOMAZ DE AZEVEDO COUTINHO  
5 — HUMBERTO OURIQUES FILHO

B — POR ANTIGUIDADE  
A CLASSE PF-6

1 — AMAURY MARTINS  
2 — MILTON FRANCISCO RAMOS  
3 — JOSÉ GERMANO  
4 — ADOLFO CHIERICHINI NETTO  
5 — ADILSON FERNANDES XAVIER

Ato Nº 3008 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

**RESOLVE:**

Promover na carreira de Motorista:

POR ANTIGUIDADE  
A CLASSE PF-5  
1 — MOISES JOÃO DA SILVA

Ato Nº 3009 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

**RESOLVE:**

Promover na carreira de Vigilante:

POR ANTIGUIDADE  
A CLASSE PF-4

1 — CARLOS FERREIRA

Ato Nº 3010 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

**RESOLVE:**

Promover na carreira de Vigilante:

A — POR MERECIMENTO  
A CLASSE PF-3

1 — JOSÉ ROQUE DAMASCO  
2 — MARIA MARTINHA VIEIRA  
B — POR ANTIGUIDADE  
1 — MANOEL LUIZ DE CAMPOS

Ato Nº 3011 de 02 de dezembro de 1976

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o item VII, do artigo 93, da Constituição Estadual e na forma do disposto no artigo 46, da Lei nº 4.425, de 16 de fevereiro de 1970,

**RESOLVE:**

Promover na carreira de Vigilante:

A — POR MERECIMENTO  
A CLASSE PF-2

1 — PAULO VICENTE DE MELO  
2 — BENTO JOÃO WERNER  
3 — CÍCERO ALVES DE BRITO  
B — POR ANTIGUIDADE  
A CLASSE PF-2  
1 — OSCAR JOSÉ PEREIRA  
2 — TOLENTINO MARTINHO ESPINDOLA

## SECRETARIAS DE ESTADO

### ADMINISTRAÇÃO

Portaria Nº 1434 — SEA de 02 de dezembro de 1976

O Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do artigo 2º da Lei nº 5.230, de 25 de junho de 1976, publicada no Diário Oficial de 02 de julho de 1976,

**RESOLVE:**

Homologar a alteração contratual procedida na cláusula referente a remuneração em virtude da incorporação das gratificações estatutárias ao salário base do servidor lotado na Secretaria da Agricultura e Abastecimento:  
Nome — Encargo — Salário — Base — Gratificação — Total  
JOSÉ FRANCISCO HERDT — Enc. Casa Rural — Cr\$ 982,00 — Cr\$ 295,00 — Cr\$ 1.277,00

Contrato de Locação de Imóvel — Resumo

Nº do contrato — SEE/341/76  
Data — 02 de dezembro de 1976  
Locador — Associação Beneficiária de Amparo ao Menor  
Locatário — Secretaria da Educação  
Objeto — Imóvel sito à rua Cândido de Oliveira Ramos nº 142 — Mafra  
Vigência — Um (1) ano — .... 01.01.76 à 31.12.76  
Usuário — Escola Básica Santo Antonio  
Dotação — Verba 1414  
Valor mensal — Cr\$ 2.580,00 (dois mil, quinhentos e oitenta cruzeiros)  
Aprovado pela portaria nº .... CSG/531/76  
Autoridade responsável — Onildo Costa — Coordenador. (7929)

Contrato de Locação de Imóvel — Resumo

Nº do contrato — SEE/342/76  
Data — 02 de dezembro de 1976  
Locador — Padre Adayr Mário Tedesco  
Locatário — Secretaria da Educação  
Objeto — Imóvel sito no Bairro São Francisco — Chapecó  
Vigência — Um (1) ano — .... 01.01.76 à 31.12.76  
Usuário — Escola Básica Bom Pastor  
Dotação — Verba 1414  
Valor mensal — Cr\$ 787,00 (setecentos e oitenta e sete cruzeiros)  
Aprovado pela portaria nº .... CSG/532/76  
Autoridade responsável — Onildo Costa — Coordenador. (7930)

Contrato de Locação de Imóvel — Resumo

Nº do contrato — SEE/343/76  
Data — 02 de dezembro de 1976  
Locador — Colégio Rogacionista Pio XII  
Locatário — Secretaria da Educação  
Objeto — Imóvel sito no Bairro Pinheirinho — Criciúma  
Vigência — Dez (10) meses — 01.03.76 à 31.12.76

Usuário — Escola Básica Coronel Marcos Rovaris  
Dotação — Verba 1414  
Valor mensal — Cr\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos cruzeiros)  
Aprovado pela portaria nº .... CSG/533/76  
Autoridade responsável — Onildo Costa — Coordenador. (7931)

Contrato de Locação de Imóvel — Resumo

Nº do contrato — SEE/344/76  
Data — 02 de dezembro de 1976  
Locador — Aparício Antonio Gonçalves  
Locatário — Secretaria da Educação  
Objeto — Imóvel sito à rua Geral da Guarda — Tubarão  
Vigência — Dez (10) meses — 01.01.76 à 31.10.76  
Usuário — Escola Básica Sagrado Coração de Jesus  
Dotação — Verba 1414  
Valor mensal — Cr\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta cruzeiros)  
Aprovado pela portaria nº .... CSG/534/76  
Autoridade responsável — Onildo Costa — Coordenador. (7932)

Contrato de Locação de Imóvel — Resumo

Nº do contrato — SEE/336/76  
Data — 01 de dezembro de 1976  
Locador — Conceição Machado Gomes  
Locatário — Secretaria da Educação  
Objeto — Imóvel sito no Bairro São Bernardo — Tubarão  
Vigência — Um (1) ano — .... 01.01.76 à 31.12.76  
Usuário — Escolas Reunidas Profª Angélica Cabral  
Dotação — Verba 1414  
Valor mensal — Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros)  
Aprovado pela portaria nº .... CSG/526/76  
Autoridade responsável — Onildo Costa — Coordenador. (7924)

Contrato de Locação de Imóvel — Resumo

Nº do contrato — SEE/337/76  
Data — 01 de dezembro de 1976  
Locador — Imelda Seibel  
Locatário — Secretaria da Educação  
Objeto — Imóvel sito à rua La Salle nº 186 — São Carlos  
Vigência — Dez (10) meses — 01.03.76 à 31.12.76  
Usuário — Escritório Modelo de Contabilidade e Colégio Estadual Cardeal Arcoverde  
Dotação — Verba 1414  
Valor mensal — Cr\$ 1.125,00 (um mil e cento e vinte e cinco cruzeiros)  
Aprovado pela portaria nº .... CSG/527/76  
Autoridade responsável — Onildo Costa — Coordenador. (7925)

Contrato de Locação de Imóvel — Resumo

Nº do contrato — SEE/338/76  
Data — 01 de dezembro de 1976  
Locador — Instituto de Ensino e Assistência Social — IEAS

**Locatário — Secretaria da Educação**  
Objeto — Imóvel sito à rua Castro Alves nº 286 — Tangará  
Vigência — Um (1) ano — .....  
01.01.76 à 31.12.76  
Usuário — Escola Básica e Colégio de 2º Grau Mater Salvatoris  
Dotação — Verba 1414  
Valor mensal — Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros)  
Aprovado pela portaria nº ....  
CSG/528/76  
Autoridade responsável — Onildo Costa — Coordenador. (7926)

**Contrato de Locação de Imóvel — Resumo**

Nº do contrato — SEE/339/76  
Data — 01 de dezembro de 1976  
Locador — Instituto de Ensino e Assistência Social — IEAS  
Locatário — Secretaria da Educação  
Objeto — Imóvel sito à rua Padre Anchieta nº 482 — Videira  
Vigência — Um (1) ano — .....  
01.01.76 à 31.12.76  
Usuário — Colégio Imaculada Conceição  
Dotação — Verba 1414  
Valor mensal — Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros)  
Aprovado pela portaria nº ....  
CSG/529/76  
Autoridade responsável — Onildo Costa — Coordenador. (7927)

**Contrato de Locação de Imóvel — Resumo**

Nº do contrato — SEE/340/76  
Data — 02 de dezembro de 1976  
Locador — Assistência e Cultura à Infância Tubaronense  
Locatário — Secretaria da Educação  
Objeto — Imóvel sito à rua Antonio Hulse s/n — Tubarão  
Vigência — Um (1) ano — .....  
01.01.76 à 31.12.76  
Usuário — Grupo Escolar São Judas Tadeu  
Dotação — Verba 1414  
Valor mensal — Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros)  
Aprovado pela portaria nº ....  
CSG/530/76  
Autoridade responsável — Onildo Costa — Coordenador. (7928)

**Contrato de Locação de Imóvel — Resumo**

Nº do contrato — SEE/345/76  
Data — 02 de dezembro de 1976  
Locador — José Arendartchuck  
Locatário — Secretaria da Educação  
Objeto — Imóvel sito à rua Marechal Deodoro nº 1213 — Bairro Água Verde — Canoinhas  
Vigência — Nove (9) meses e três (3) dias — 15.03.76 à 18.12.76  
Usuário — Escola Isolada Estadual de Água Verde  
Dotação — Verba 1414  
Valor mensal — Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros)  
Aprovado pela portaria nº ....  
CSG/535/76  
Autoridade responsável — Onildo Costa — Coordenador. (7933)

**Contrato de Locação de Imóvel — Resumo**

Nº do contrato — SEE/346/76  
Data — 02 de dezembro de 1976  
Locador — Enezla Efa Gehlen  
Locatário — Secretaria da Educação  
Objeto — Imóvel sito à rua Getúlio Vargas nº 876 — Abelardo Luz  
Vigência — Um (1) ano — .....  
01.01.76 à 31.12.76  
Usuário — 11,08 Coordenadoria Local de Educação  
Dotação — Verba 1414  
Valor mensal — Cr\$ 266,00 (duzentos e sessenta e seis cruzeiros)  
Aprovado pela portaria nº ....  
CSG/536/76  
Autoridade responsável — Onildo Costa — Coordenador. (7934)

**Contrato de Locação de Imóvel — Resumo**

Nº do contrato — SEE/347/76  
Data — 02 de dezembro de 1976  
Locador — Arno Pedro de Almeida  
Locatário — Secretaria da Educação  
Objeto — Imóvel sito à rua D. Daniel Hostin s/n — Campos Novos  
Vigência — Um (1) ano — .....  
01.01.76 à 31.12.76  
Usuário — 09,10 Coordenadoria Local de Educação  
Dotação — Verba 1414  
Valor mensal — Cr\$ 599,00 (quinhentos e noventa e nove cruzeiros)  
Aprovado pela portaria nº ....  
CSG/537/76  
Autoridade responsável — Onildo Costa — Coordenador. (7935)

**Contrato de Locação de Imóvel — Resumo**

Nº do contrato —  
Data — Florianópolis, 30 de novembro de 1976  
Locador — Maria da Glória Gonzaga Martins da Silva — CPF. 001921049  
Locatário — Junta Comercial do Estado de Santa Catarina  
Objeto — Locação do imóvel sito à rua Almirante Alvim, nº 36, esquina com a rua Ferreira Lima, contando de solo e subsolo área 726,44m²-n/Cap.  
Vigência — 01 de dezembro de 1976 e a terminar em 31 de dezembro de 1977  
Usuário — Junta Comercial do Estado de Santa Catarina  
Dotação — A conta da Atividade nº 4201.11663762.001-Func. e Manut. da Junta Comercial — item 1414 — Locação de Imóvel do Orçamento da JUCESC.  
Valor mensal — Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros)  
Aprovado pela portaria nº ....  
011/76.  
Autoridade responsável — Onildo Costa — Coordenador. (7936)

Regime Jurídico — C.L.T.  
Função — Auxiliar Agro-Pecuário  
Repartição — Coordenação da Defesa Sanitária  
Salário — Cr\$ 820,00  
Verba — 1112  
Vigência — Por prazo indeterminado a partir de 01 de outubro de 1976.  
Processo — Nº 011.701-76-SEA.  
OBS.: Autorizado pelo Exmº. Senhor Governador do Estado em 14.09.76

**Resumo de Contrato de Locação de Serviços firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Sr. Livardo Luciani**

Representante no Ato — Secretário da Agricultura e Abastecimento  
Nome do Contratado — Livardo Luciani  
Nacionalidade — Brasileira  
Regime Jurídico — C.L.T.  
Função — Auxiliar Agro-Pecuário  
Repartição — Coordenação da Defesa Sanitária  
Salário — Cr\$ 820,00  
Verba — 1112  
Vigência — Por prazo indeterminado a partir de 01 de outubro de 1976.  
Processo — Nº 011.701-76-SEA.  
OBS.: Autorizado pelo Exmº. Senhor Governador do Estado em 14.09.76

**Resumo de Contrato de Locação de Serviços firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Sr. Nadir Santos**

Representante no Ato — Secretário da Agricultura e Abastecimento  
Nome do Contratado — Nadir Santos  
Nacionalidade — Brasileira  
Regime Jurídico — C.L.T.  
Função — Auxiliar Agro-Pecuário  
Repartição — Coordenação da Defesa Sanitária  
Salário — Cr\$ 820,00  
Verba — 1112  
Vigência — Por prazo indeterminado a partir de 01 de outubro de 1976.  
Processo — Nº 011.701-76-SEA.  
OBS.: Autorizado pelo Exmº. Senhor Governador do Estado em 14.09.76

**Resumo de Contrato de Locação de Serviços firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Sr. Victor Maas**

Representante no Ato — Secretário da Agricultura e Abastecimento  
Nome do Contratado — Victor Maas  
Nacionalidade — Brasileira  
Regime Jurídico — C.L.T.  
Função — Auxiliar Agro-Pecuário  
Repartição — Coordenação da Defesa Sanitária  
Salário — Cr\$ 820,00  
Verba — 1112  
Vigência — Por prazo indeterminado a partir de 01 de outubro de 1976  
Processo — Nº 011.701-76-SEA.  
OBS.: Autorizado pelo Exmº. Senhor Governador do Estado em 14.09.76

**Resumo de Contrato de Locação de Serviços firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Sr. René Heidmann Margotti**

Representante no Ato — Secretário da Agricultura e Abastecimento  
Nome do Contratado — René Heidmann Margotti  
Nacionalidade — Brasileira

Regime Jurídico — C.L.T.  
Função — Auxiliar Agro-Pecuário  
Repartição — Coordenação da Defesa Sanitária  
Salário — Cr\$ 820,00  
Verba — 1112  
Vigência — Por prazo indeterminado a partir de 01 de outubro de 1976.  
Processo — Nº 011.701-76-SEA.  
OBS.: Autorizado pelo Exmº. Senhor Governador do Estado em 14.09.76

**Resumo de Contrato de Locação de Serviços firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Sr. Nicácio Marcelino**

Representante no Ato — Secretário da Agricultura e Abastecimento  
Nome do Contratado — Nicácio Marcelino  
Nacionalidade — Brasileira  
Regime Jurídico — C.L.T.  
Função — Auxiliar Agro-Pecuário  
Repartição — Coordenação da Defesa Sanitária  
Salário — Cr\$ 820,00  
Verba — 1112  
Vigência — Por prazo indeterminado a partir de 01 de outubro de 1976  
Processo — Nº 011.701-76-SEA.  
OBS.: Autorizado pelo Exmº. Senhor Governador do Estado em 14.09.76

**Resumo de Contrato de Locação de Serviços firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Sr. Santo Gonçalves**

Representante no Ato — Secretário da Agricultura e Abastecimento  
Nome do Contratado — Santo Gonçalves  
Nacionalidade — Brasileira  
Regime Jurídico — C.L.T.  
Função — Auxiliar Agro-Pecuário  
Repartição — Coordenação da Defesa Sanitária  
Salário — Cr\$ 820,00  
Verba — 1112  
Vigência — Por prazo indeterminado a partir de 01 de outubro de 1976.  
Processo — Nº 011.701-76-SEA.  
OBS.: Autorizado pelo Exmº. Senhor Governador do Estado em 14.09.76

**Resumo de Contrato de Locação de Serviços firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Sr. Aldo Leopoldino Pinheiro**

Representante no Ato — Secretário da Agricultura e Abastecimento  
Nome do Contratado — Aldo Leopoldino Pinheiro  
Nacionalidade — Brasileira  
Regime Jurídico — C.L.T.  
Função — Auxiliar Agro-Pecuário  
Repartição — Coordenação da Defesa Sanitária  
Salário — Cr\$ 820,00  
Verba — 1112  
Vigência — Por prazo indeterminado a partir de 01 de outubro de 1976  
Processo — Nº 011.701-76-SEA.  
OBS.: Autorizado pelo Exmº. Senhor Governador do Estado em 14.09.76

**Resumo de Contrato de Locação de Serviços firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Sr. Moyses Ferrari**

Representante no Ato — Secretário da Agricultura e Abastecimento  
Nome do Contratado — Moyses Ferrari

**AGRICULTURA E ABASTECIMENTO**

**Resumo de Contrato de Locação de Serviços firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Sr. Domingos Conceição**  
Representante no Ato — Secretário

rio da Agricultura e Abastecimento  
Nome do Contratado — Domingos Conceição  
Nacionalidade — Brasileira

Nacionalidade — Brasileira  
Regime Jurídico — C.L.T.  
Função — Agro-Pecuário  
Repartição — Coordenação da  
Defesa Sanitária  
Salário — Cr\$ 820,00  
Verba — 1112  
Vigência — Por prazo indeterminado a partir de 01 de outubro de 1976  
Processo — Nº 011.701-76-SEA  
OBS.: Autorizado pelo Exmº. Senhor Governador do Estado em 14.09.76

**Resumo de Contrato de Locação de Serviços Firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Sr. Sebastião Scheffmacker de Oliveira**

Representante no Ato — Secretário da Agricultura e Abastecimento  
Nome do Contratado — Sebastião Scheffmacker de Oliveira  
Nacionalidade — Brasileira  
Regime Jurídico — C.L.T.  
Função — Auxiliar Agro-Pecuário  
Repartição — Coordenação da Defesa Sanitária  
Salário — Cr\$ 820,00  
Verba — 1112  
Vigência — Por Prazo Indeterminado a partir de 01 de outubro de 1976  
Processo — Nº 014.072-76 — SEA  
OBS.: Autorizado pelo Exmº. Senhor Governador do Estado em 06.09.76

**Resumo de Contrato de Locação de Serviços Firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Sr. Osny Geraldo Freiberg**

Representante no Ato — Secretário da Agricultura e Abastecimento  
Nome do Contratado — Osny Geraldo Freiberg  
Nacionalidade — Brasileira  
Regime Jurídico — C.L.T.  
Função — Auxiliar Agro-Pecuário  
Repartição — Coordenação da Defesa Sanitária  
Salário — Cr\$ 820,00  
Verba — 1112  
Vigência — Por Prazo Indeterminado a partir de 01 de outubro de 1976  
Processo — Nº 014.072-76 — SEA  
OBS.: Autorizado pelo Exmº. Sr. Governador do Estado em 06.09.76

**Resumo de Contrato de Locação de Serviços Firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Sr. Casemiro de Freitas**

Representante no Ato — Secretário da Agricultura e Abastecimento  
Nome do Contratado — Casemiro de Freitas  
Nacionalidade — Brasileira  
Regime Jurídico — C.L.T.  
Função — Auxiliar Agro-Pecuário  
Repartição — Coordenação da Defesa Sanitária — SAA  
Salário — Cr\$ 820,00  
Verba — 1112

Vigência — Por Prazo Indeterminado a partir de 01 de outubro de 1976  
Processo Nº 014.072-76 — SEA.  
OBS.: Autorizado pelo Exmº. Senhor Governador do Estado em 06.09.76

**Resumo de Contrato de Locação de Serviços Firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Sr. Everaldo de Souza Oliveira**

Representante no Ato — Secretário da Agricultura e Abastecimento  
Nome do Contratado — Everaldo de Souza Oliveira  
Nacionalidade — Brasileira  
Regime Jurídico — C.L.T.  
Função — Auxiliar Agro-Pecuário  
Repartição — Coordenação da Defesa Sanitária  
Salário — Cr\$ 820,00  
Verba — 1112  
Vigência — Por Prazo Indeterminado a partir de 01 de outubro de 1976  
Processo — Nº 014.072-76 — SEA.  
OBS.: Autorizado pelo Exmº. Senhor Governador do Estado em 06.09.76

**Resumo de Contrato de Locação de Serviços Firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Sr. Eduardo Cardoso**

Representante no Ato — Secretário da Agricultura e Abastecimento  
Nome do Contratado — Eduardo Cardoso  
Nacionalidade — Brasileira  
Regime Jurídico — C.L.T.  
Função — Auxiliar Agro-Pecuário  
Repartição — Coordenação da Defesa Sanitária  
Salário — Cr\$ 820,00  
Verba — 1112  
Vigência — Por Prazo Indeterminado a partir de 01 de outubro de 1976  
Processo — Nº 014.072-76 — SEA.  
OBS.: Autorizado pelo Exmº. Senhor Governador do Estado em 06.09.76

**Resumo de Contrato de Locação de Serviços Firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Sr. José Felipe Herdt**

Representante no Ato — Secretário da Agricultura e Abastecimento  
Nome do Contratado — José Felipe Herdt  
Nacionalidade — Brasileira  
Regime Jurídico — C. L. T.  
Função — Auxiliar Agro-Pecuário  
Repartição — Coordenação da Defesa Sanitária  
Salário — Cr\$ 820,00  
Verba — 1112  
Vigência — Por Prazo Indeterminado a partir de 01 de outubro de 1976  
Processo — Nº 014.072-76 — SEA.  
OBS.: Autorizado pelo Exmº. Senhor Governador do Estado em 06.09.76

buições que são conferidas pelo artigo 251, da Lei nº 4.423, de 16 de fevereiro de 1970 e, tendo em vista o que consta dos autos do Processo protocolado sob o número 12.374/76, resolve DESIGNAR, Dr. Eny Pereira do Nascimento, Consultor Jurídico do Estado, PF-19, Bertilo Loks, Técnico de Contabilidade, PF-12 e Nilton Rosa e Silva, Auxiliar de Administração PF-9, para, sob a presidência do primeiro comporem Comissão de Processo Disciplinar com a finalidade de apurar irregularidades havidas na Exatoria Estadual de São José.

#### PORTARIA SEF-Nº 111/76

O Secretário, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 2º § 4º, do Decreto SEF/15.08.75/nº 574,

#### RESOLVE:

Autorizar a Agência do Banco do Brasil S/A., 001/1030-49, de Mondai, a arrecadar Tributos inclusive multas e outras receitas estaduais.

(7911)

#### DEPARTAMENTO CENTRAL DE COMPRAS

Contrato de Compra e Venda que fazem o Estado de Santa Catarina através do Departamento Central de Compras e a Firma Rouxinol S/A Indústria e Comércio.

Os abaixo assinados, de um lado como primeiro contratante o Estado de Santa Catarina pelo Departamento Central de Compras no presente contrato representado pelo seu Diretor Geral CARLOS GOES BESSA e de outro como segundo contratante vendedor a Firma ROUXINOL S/A Indústria e Comércio., tendo em vista o processo TP-76-821 a conta do Fundo Rotativo, contratam reciprocamente o seguinte:

1. O segundo contratante se compromete a fornecer ao Departamento Central de Compras a seguinte mercadoria:  
Macarrão com ovos, espaguete pacotes de 500 gramas — 4.500 — 2,84 — pacote.  
2. O preço da mercadoria será fixo e não sofrerá reajuste e terá validade até 31 de dezembro de 1976.

3. A entrega da mercadoria será parcelada durante o período de outubro, novembro e dezembro de 1976, no setor de provisionamento da Polícia Militar ou nos locais de origem dos pedidos, sempre dentro da capital.

4. Ao presente contrato atribui-se o valor de Cr\$ 12.780,00 (doze mil e setecentos e oitenta cruzelros).

5. O não cumprimento de qualquer dos itens deste contrato, implicará na declaração de inidoneidade do fornecedor, o qual ficará impossibilitado de, no futuro transacionar com o Estado.

6. As partes contratantes elegem o Fórum da Comarca de Florianópolis, para nele correr o processo judicial a que este contrato der causa, renunciando desde logo qualquer outro Fórum mesmo que privilegiado.

7. Este contrato só terá validade após publicado no Diário Oficial do Estado e registro no Egrégio Tribunal de Contas.

E por estarem de acordo assinam os contratantes juntamente com duas testemunhas.

Florianópolis, em 30 de setembro de 1976.

Carlos Goes Bessa, Diretor geral.  
(Assinatura ilegível) Firma Vencedora.

Testemunhas:  
2 (Duas) assinaturas ilegíveis.  
(10.635-1)

#### Tomada de Preços Nº TP 76- 1065

#### AVISO

O Departamento Central de Compras torna público, para conhecimento dos interessados que receberá propostas de firmas habilitadas preliminarmente, nos termos da Lei nº 5.089 de 30.04.75, até as 15 horas do dia 13 de dezembro de 1976 para o fornecimento de "Duplicadores".

O Edital encontra-se afixado na sede do Departamento Central de Compras, à Avenida Mauro Ramos nº 212, em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, onde serão prestados os esclarecimentos necessários e fornecidas cópias de Edital.

Florianópolis (SC), em 01 de dezembro de 1976.

Carlos Góes Bessa, Diretor Geral.  
(2x1) (7914)

#### Tomada de Preços Nº TP 76-1066

#### AVISO

O Departamento Central de Compras torna público, para conhecimento dos interessados que receberá propostas de firmas habilitadas preliminarmente, nos termos da Lei nº 5.089 de 30.04.75, até as 15 horas do dia 20 de dezembro de 1976 para o fornecimento de "Gêneros Alimentares e Artigos Correlatos".

O Edital encontra-se afixado na sede do Departamento Central de Compras, à Avenida Mauro Ramos nº 212, em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, onde serão prestados os esclarecimentos necessários e fornecidas cópias de Edital.

Florianópolis (SC), em 01 de dezembro de 1976.

Carlos Góes Bessa, Diretor Geral.  
(2x1) (7915)

#### Tomada de Preços Nº 76-1067

#### AVISO

O Departamento Central de Compras torna público, para conhecimento dos interessados que receberá propostas de firmas habilitadas preliminarmente, nos termos da Lei nº 5.089 de 30.04.75, até as 15 horas do dia 15 de dezembro de 1976 para o fornecimento de Copiadora de Matrizes para OFF-SET.

O Edital encontra-se afixado na sede do Departamento Central de Compras, à Avenida Mauro Ramos nº 212, em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, onde serão prestados os esclarecimentos necessários e fornecidas cópias de Edital.

Florianópolis (SC), em 01 de dezembro de 1976.

Carlos Góes Bessa, Diretor Geral.  
(2x1) (7916)

## FAZENDA

Portaria SEF — Nº 109 de 26 de novembro de 1976

O Secretário, no uso de suas atribuições

#### RESOLVE:

Tornar sem efeito, a Portaria nº

101/76, publicada no Diário Oficial do Estado de 24 de novembro de 1976.

Portaria SEF — Nº 110 de 26 de novembro de 1976

O Secretário, no uso das atribuições

# AUTARQUIAS ESTADUAIS

## DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM — DER/SC

P.G.072/75/A.2/76

TÉRMO DE ADITAM. TO AO CONTRATO DE EM-  
PREITADA P. 072/75. ADITIVO PJ.072/75/A.17  
76, FIRMADO ENTRE O DEPARTAMENTO DE  
ESTRADAS DE RODAGEM DE SANTA CATARINA  
E A FIRMA "COPAVEL S/A. CONSULTORIA  
DE ENGENHARIA", PARA A ELABORAÇÃO DO  
PROJETO FINAL DE ENGENHARIA DA VIA DE  
CONTORNO NORTE DA CIDADE DE FLORIANÓ-  
POLIS, na forma abaixo:

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM  
DE SANTA CATARINA - DER/SC., representado neste ato por seu Diretor  
Geral, Engenheiro Civil ANTONIO CARLOS WERNER e a firma "COPAVEL S/A  
CONSULTORIA DE ENGENHARIA" representada pelo Engenheiro ALOYSIO BEL-  
LO GOMES DE MATTOS, conforme poderes constantes do Contrato Social  
arquivado na Procuradoria Geral do DER/SC., acordam, em decorrência  
dos motivos constantes do processo protocolado no DER/SC., sob o nº  
011631 de 10.09.76 e autorizado pelo Diretor Geral em 05.11.76, em  
Aditar a CLÁUSULA VALOR E DOTAÇÃO, PRAZO do Contrato de Empreitada,  
PJ.072/75 e Aditivo PJ.072/75/A.1/76 para a elaboração do Projeto -  
Final de Engenharia da Via de Contorno Norte da Cidade de Florianó-  
polis, mediante as seguintes cláusulas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA PRAZO

O prazo de conclusão dos serviços é  
prorrogado em mais 85 (oitenta e cinco) dias.

### CLÁUSULA SEGUNDA VALOR E DOTAÇÃO

1. VALOR: O valor do Contrato que era de .....  
Cr\$ 2.446.526,53 (dois milhões, quatro-  
centos e quarenta e seis mil, novecentos e vinte e seis cruzheiros e  
cinco e três centavos) é acrescido em mais Cr\$ 441.609,08 ( qua-  
trocentos e quarenta e um mil, seiscentos e nove cruzheiros e oit-  
o centavos) perfazendo um total de Cr\$ 2.888.535,61 (dois milhões, oi-  
to centos e oitenta e oito mil, quinhentos e trinta e cinco cruzheiros  
e sessenta e hum centavo), sendo Cr\$ 2.446.926,53 (dois milhões, qua-  
trocentos e quarenta e seis mil, novecentos e vinte e seis cruzheiros  
e cinco e três centavos) a preços iniciais e Cr\$ 441.609,08 (qua-  
trocentos e quarenta e um mil, seiscentos e nove cruzheiros e oit-  
o centavos) para reajustamentos.

2. DOTAÇÃO: A despesa total deste Contrato correrá à con-  
ta da verba 4.1.1.0 : Obras Públicas;  
3104 - Execução de Obras Públicas, Item 1 - Estudos e Projetos, re-  
servando-se ao DER/SC., o direito de reembolso pelo DNER a contados  
recursos do PROGRESS, mediante apresentação de faturas certificadas  
pelo 16 DRF atestando a execução dos serviços com omissão às -  
condições do Convênio PG.31/73 celebrado entre o DNER e o Estado de  
Santa Catarina com intervenção da Prefeitura Municipal de Floria-  
nópolis.

### CLÁUSULA TERCEIRA FORMA DE PAGAMENTO

O reajustamento será pago em parcelas  
na seguinte forma:

- Uma parcela de reajustamento referente gasto de mobiliza- ção .....	Cr\$ 2.074,86
- Uma parcela de reajustamento do Relatório Preliminar .....	Cr\$ 13.702,75
- Uma parcela de reajustamento do Relatório Mensal 01 .....	Cr\$ 51.355,46
- Uma parcela de reajustamento do Relatório Mensal 02 .....	Cr\$ 62.155,42
- Uma parcela de reajustamento do Relatório Mensal 03 .....	Cr\$ 66.342,30
- Uma parcela de reajustamento do Relatório Mensal 04 .....	Cr\$ 103.683,51
- Uma parcela de reajustamento da Minuta do Relatório Final .....	Cr\$ 41.108,36
- Uma parcela de reajustamento da aprovação do Relatório Fi- nal .....	Cr\$ 94.451,38
TOTAL DE REAJUSTES .....	Cr\$ 441.609,08

### CLÁUSULA QUARTA VALIDADE

O presente Termo de Aditamento, semen-  
te surtirá seus jurídicos e legais efeitos após a sua aprovação pe-  
lo Conselho Administrativo do DER/SC., de conformidade com o artigo  
8º do Decreto nº 715 de 21.05.1976.

Em tudo mais fica perfeitamente rati-  
ficado o Contrato de Empreitada PJ.072/75 e PJ.072/75/A.1/76.

E, por assim estarem acôrdes, assinam  
o presente Termo de Aditamento, as partes acima nomeadas, juntamen-  
te com as duas testemunhas abaixo.

DER/SC., em Florianópolis, 12 de novembro de 1976.

Ass. ANTONIO CARLOS WERNER

10694-A

Ass. ALOYSIO BELLO GOMES DE MATTOS

Testemunha: Arécio Ávila dos Santos

Testemunha: Claudionor Prates Novaes

P.G.104/76

TÉRMO DE CONTRATO DE EMPREITADA ENTRE  
O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM  
DE SANTA CATARINA - DER/SC., E A "EM-  
PRÉSA BETA DE CONSTRUÇÕES S/A", PARA  
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO  
ASFÁLTICA E SERVIÇOS COMPLEMENTARES,  
NA RODOVIA SC.301, TRECHO BR.101 À  
BR.280 (ARAQUARI), NUMA EXTENSÃO APRO-  
XIMADA DE 4,00 KM, na forma abaixo:

### CLÁUSULA PRIMEIRA PRÉAMBULO

1. CONTRATANTES: O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM  
DE SANTA CATARINA - DER/SC., adiante  
por esta sigla denominado e a "EMPRESA BETA DE CONSTRUÇÕES S/A", a  
seguir denominada EMPREITEIRA.

2. LOCAL E DATA: Lavrado e assinado em Florianópolis,  
na sede do DER/SC., sala de Procurado-  
ria Geral, aos vinte e três dias do mês de novembro de mil novecen-  
tos e setenta e seis (23.11.1976).

3. REPRESENTANTES: Representa o DER/SC., o seu Diretor  
Geral, Engenheiro Civil ANTONIO CARLOS  
WERNER e a EMPREITEIRA, o Engenheiro SYLVIO CARNEIRO DE RESENDE.

4. SEDE E REGISTRO  
DA EMPREITEIRA: A EMPREITEIRA está estabelecida na ci-  
dade do Rio de Janeiro, à Avenida Ni-  
lo Peçanha, 12º andar e está registra-  
da no DER/SC., sob o nº 031/76 como candidata à execução dos servi-  
ços em espécie.

5. FUNDAMENTO DO  
CONTRATO: Este Contrato decorre da autorização  
do Conselho Administrativo do DER/SC.,  
constante da Ata nº CA.23/76, de  
03.11.76 que homologou o resultado da concorrência - Edital nº  
122/76, tudo conforme consta do processo protocolado no DER/SC.,  
sob o nº 014545 de 03.11.76 e que ficou fazendo parte integrante  
deste Contrato.

### CLÁUSULA SEGUNDA DESCRIÇÃO E ANDAMENTO DOS SERVIÇOS

1. OBRA E LOCALIZAÇÃO: Os serviços a serem executados pela  
EMPREITEIRA, situam-se na Rodovia SC.  
301, trecho BR.101 à BR.280 (Araquari), numa extensão aproximada  
de 4,000 (quatro) Km.

2. NATUREZA DOS SERVIÇOS: Os serviços contratados compreendem:  
pavimentação asfáltica, serviços com-  
plementares e demais serviços exigidos na execução da obra.  
Os produtos betuminosos serão forneci-  
dos pelo DER/SC.

3. ALTERAÇÃO DO PROJETO: Qualquer alteração do projeto depois  
do assinado este Termo, depende da  
aprovação do Diretor Geral do DER/SC.

4. ACRÉSCIMO DA OBRA: O acréscimo de obras decorrentes da  
alteração do projeto ou das especifica-  
ções, não poderá ultrapassar de 25% (vinte e cinco por cento) dos  
quantitativos constantes do Edital.

5. ANDAMENTO DOS SERVIÇOS: O andamento dos serviços obedecerá ri-  
gorosamente o cronograma apresentado  
constante do processo de nº 014545 de 03.11.76.

6. FORMA DE EXECUÇÃO: Os serviços serão executados sob a for-  
ma de empreitada por preços unitários  
de acordo com a proposta apresentada, obedecidas as normas técnicas  
e especificações vigentes no DER/SC.

### CLÁUSULA TERCEIRA PREÇOS E PAGAMENTOS

1. PREÇOS: O DER/SC., pagará à EMPREITEIRA pela  
execução dos serviços complementares -  
pela Tabela de Preços do DER/SC., elaborada em junho de 1975, corri-  
gidos pelo inflator I= 1,5183 e com o fator de concorrência de 1,00  
(hum inteiro).

Para os serviços de pavimentação os  
preços unitários da Tabela de Preços do DNER de 18.06.64, corrigidos  
pelo inflator I= 32,8783 e com o fator de concorrência de 0,80 (oi-  
tenta centésimos).

2. FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento dos serviços será efetuado  
na Tesouraria do DER/SC., em Florianó-  
polis, após a determinação do seu valor, procedido conforme as con-  
dições seguintes:

(a) Medições provisórias, cumulativas, e medição final dos servi-  
ços, procedidas de acordo com as instruções para os serviços  
de medição de obras rodoviárias e cargo do DNER;

- (b) Avaliações periódicas dos serviços executados, não sendo por mês mais de duas avaliações antes de ser procedida uma medição;
- (c) Entre duas medições ou avaliações não poderão decorrer menos de trinta dias;
- (d) De cada valor determinado em avaliação ou medição, será feita o pagamento, mediante fatura, em moeda corrente do País.

**3. REAJUSTAMENTO:** Os preços unitários propostos serão reajustados, nos termos do Decreto Lei nº 23.02.67 e alterações subsequentes.

#### CLÁUSULA QUARTA PRAZOS

**1. DE INÍCIO:** Os serviços contratados serão iniciados dentro de 10 (dez) dias consecutivos, contados da expedição da Ordem de Serviço.

**2. DE CONCLUSÃO:** O prazo de conclusão dos serviços é de 240 (duzentos e quarenta) dias consecutivos, contados da expedição da Ordem de Serviço.

**3. PRORROGAÇÃO:** Os prazos de início e conclusão poderão ser prorrogados a requerimento da EMPREITEIRA ou por iniciativa do DER/SC., durante a vigência deste Contrato ou a critério do Diretor Geral do DER/SC., pelos seguintes motivos:

- 3.1. Falta de elementos técnicos para o prosseguimento dos trabalhos, quando o fornecimento deles couber ao DER/SC.;
- 3.2. Período excepcional de chuvas;
- 3.3. Ordem escrita do DER/SC., para paralisar ou restringir o andamento dos serviços, no interesse da administração;
- 3.4. Aterramento na Obra.

As prorrogações autorizadas serão anotadas neste Contrato pela Procuradoria Geral, mediante comunicação escrita do Diretor Geral do DER/SC.

#### CLÁUSULA QUINTA VALOR E DOTAÇÃO

**1. VALOR:** O valor do presente Contrato incluindo os reajustes é de Cr\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil cruzeiros).

**2. DOTAÇÃO:** A despesa deste Contrato correrá neste exercício até a importância de ..... Cr\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil cruzeiros) à conta de verba 4.1.1.0 - Obras Públicas, Item 3104 - Execução de Obras Públicas, 8 - Pavimentação de Estradas e o saldo à conta do Orçamento Plurianual de Investimentos.

#### CLÁUSULA SEXTA MULTAS

**1. POR EXCESSO EM RELAÇÃO AO PRAZO:** A EMPREITEIRA fica sujeita a multa de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) do montante atualizado do Contrato, nos casos de mora e exigível juntamente com o cumprimento de das obrigações contratuais, particularmente nos seguintes casos:

- (a) Por dia útil de atraso em relação ao cumprimento do cronograma físico e financeiro da obra, apurado tal atraso mensalmente;
- (b) Por dia consecutivo exceder à data prevista para conclusão dos serviços.

**2. POR NEGLIGÊNCIA CONTRATUAL OU TÉCNICA:** À EMPREITEIRA serão aplicadas multas pelo Diretor Geral do DER/SC., variáveis de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) a Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros), quando:

- 2.1. Não forem os serviços executados perfeitamente de acordo com o projeto, especificações e normas técnicas aplicáveis à cada caso;
- 2.2. Quando os trabalhos de fiscalização forem dificultados;
- 2.3. Quando a administração ou fiscalização forem erroneamente informados;

**3. NOTIFICAÇÃO E RECOLHIMENTO:** Da aplicação da multa será a EMPREITEIRA notificada pelo DER/SC. A partir da notificação, terá ela o direito ao prazo máximo de 10 (dez) dias para recolher a importância à Tesouraria do DER/SC., em Florianópolis.

Nenhum pagamento de medição ou avaliação será efetuado à EMPREITEIRA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, no prazo previsto.

#### CLÁUSULA SÉTIMA RESCISÃO

**1. POR ACÓRDO:** Este Contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo, atendendo a conveniência dos serviços, recebendo a EMPREITEIRA o valor dos serviços executados.

**2. POR INICIATIVA DO DER/SC:** Cabe rescisão deste Contrato por iniciativa do DER/SC., independentemente de interposição judicial, quando:

- 2.1. A EMPREITEIRA não cumprir qualquer das obrigações estipuladas neste instrumento;
- 2.2. Não recolher qualquer multa dentro do prazo previsto;
- 2.3. Incorrer em multa em mais de duas das condições fixadas para a sua aplicação;
- 2.4. Falir;
- 2.5. Transferir e terceiros, no todo ou em partes, os serviços constantes do presente Contrato sem prévia autorização escrita do Diretor Geral do DER/SC.;
- 2.6. Executar qualquer trabalho com imperícia técnica, devidamente constatada pela fiscalização do DER/SC.

**3. INDENIZAÇÃO:** Não caberá indenização de qualquer espécie por rescisão deste Contrato, exceto no caso previsto no item 1 desta Cláusula, quando terá ela o direito a receber o valor das instalações efetuadas para cumprimento do Contrato, descontadas as parcelas correspondentes à sua utilização proporcionalmente aos serviços executados até a data da rescisão.

são. Fica, ainda, expressamente estabelecido que o DER/SC., não pagará indenizações devidas pela EMPREITEIRA em face da Legislação Social ou Trabalhista.

#### CLÁUSULA OITAVA CAUÇÃO

**1. INICIAL:** Para garantia da execução do Contrato, a EMPREITEIRA manterá a caução inicial de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) depositada na Tesouraria do DER/SC., por ocasião da Concorrência, na forma do artigo 88 e seus parágrafos do Decreto N.º 15.12.68/6.755.

**2. REFORÇOS:** A caução inicial será reforçada durante a execução dos serviços contratados de forma a totalizar sempre 3% (três por cento) do valor dos serviços executados.

**3. LEVANTAMENTO:** A caução inicial e os reforços serão levantados depois de cumprido este Contrato e após 80 (sessenta) dias da assinatura de Termo de Rescisão Definitivo da Obra pelo DER/SC. Em caso de rescisão, só caberá devolver a caução quando o Contrato for rescindido por acordo ou por falência da EMPREITEIRA.

#### CLÁUSULA NONA FISCALIZAÇÃO

O DER/SC., fiscalizará a execução dos serviços, através de Engenheiro designado previamente pelo Diretor Geral do DER/SC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, sem prejuízo expresso de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Todo e qualquer pedido de informação porventura necessário à execução dos serviços, deverá ser feito diretamente ao DER/SC., não sendo permitido à EMPREITEIRA dirigir-se a outras repartições sem anuência prévia do DER/SC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA VALIDADE

O presente Contrato somente surtirá os seus jurídicos e legais efeitos, após a sua aprovação pelo Conselho Administrativo do DER/SC., de conformidade com o artigo 8º do Decreto nº 715 de 21.05.1976.

E, por assim estarem acordes, assinam o presente Contrato os representantes das partes contratantes, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

DER/SC., em Florianópolis, 23 de novembro de 1976.

Ass. ANTONIO CARLOS WERNER  
Ass. SYLVIO CARNEIRO DE RESENDE

0885/1

P.G.090/76/A.1/78

TERMO DE RE-RATIFICAÇÃO AO CONTRATO DE EMPREITADA P.G.090/76 FIRMADO ENTRE O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SANTA CATARINA - DER/SC., E A FIRMA ESTEIO-ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS S/A., PARA A ELABORAÇÃO DOS ANTE-PROJETOS DE IMPLANTAÇÃO BÁSICA DAS SEGUINTE RODOVIAS: SC.413, TRECHO LUIZ ALVES-SC.474; SC.418, TRECHO POMEROUE - TIMBÓ-RODEIO-BR.470; SC.417, TRECHO DA SC.416 - RIO DOS CEDROS-TIMBÓ, SC.421, TRECHO WITMARSUN-PRESIDENTE GETÚLIO-DO NA EMMA-SC.421; SC.428, TRECHO TROMBUDO CENTRAL-AGROLÂNDIA, SC.426 (AGROLÂNDIA)-ATALANTA-SC.302 (ITUPORANGA) E SC.427, TRECHO ITUPORANGA-PETROLÂNDIA (LOTE II), na forma abaixo:

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SANTA CATARINA-DER/SC., representado neste ato por seu Diretor Geral, Engenheiro Civil ANTONIO CARLOS WERNER e a firma ESTEIO-ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS S/A., representada pelo seu Diretor Presidente Engenheiro ARNO WOLTER, conforme poderes constantes do Contrato Social arquivado na Procuradoria Geral do DER/SC., acordes, em Re-Ratificar a Cláusula Sétima - VALOR E DOTAÇÃO, Item 1 - VALOR, do Contrato P.G.090/76, para a elaboração dos ante-projetos de implantação básica das seguintes rodovias: SC.413, trecho Luiz Alves-SC.474, SC.418, trecho Pomeroú-Timbó-Rodeio-BR.470; SC.417, trecho da SC.416-Rio dos Cedros-Timbó, SC.421, trecho Witmarsun-Presidente Getúlio-Donna Emma-SC.421; SC.428, trecho Trombudo Central-Agrolândia, SC.426 (Agrolândia)-Atalanta-SC.302 (Ituporanga) e SC.427, trecho Ituporanga-Petrolândia (Lote II), na forma que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

A Cláusula Sétima - VALOR E DOTAÇÃO Item 1 - VALOR passa a vigorar com a seguinte redação:

**1. VALOR:** O valor deste Contrato é de ..... Cr\$ 2.572.756,00 (dois milhões, quinhentos e setenta e dois mil e setecentos e cinquenta e seis cruzeiros).

#### CLÁUSULA SEGUNDA VALIDADE

O presente Termo de Re-Ratificação só surtirá seus jurídicos e legais efeitos, após a sua aprovação pelo Conselho Administrativo do DER/SC., de conformidade com o artigo 8º do Decreto nº 715 de 21.05.1976.

Em tudo mais fica perfeitamente ratificado o Contrato P.G.090/76. E, por assim estarem acordes, assinam o presente Termo, os representantes das partes contratantes, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

DER/SC., em Florianópolis, 22 de novembro de 1976.

Ass. ANTONIO CARLOS WERNER  
Ass. ARNO WOLTER

Testemunha: Arécio Ávila dos Santos  
Testemunha: Claudionor Prates Novais

10694-1

P.G.102/76

TERMO DO CONTRATO DE EMPREITADA ENTRE O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SANTA CATARINA - DER/SC., E A FIRMADA "CONSTRUTORA E COMERCIAL SERRAVALLE LTDA", PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CALÇAMENTO A PARALELEPÍPEDOS DE GRANITO OU BASALTO NO ACESSO AGRÔNOMICA-BR.470, NUMA EXTENSÃO APROXIMADA DE 960 METROS, na forma abaixo:

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SANTA CATARINA, neste ato denominado DER/SC., representado por seu Diretor Geral, Engenheiro Civil ANTONIO CARLOS WERNER e a firma "CONSTRUTORA E COMERCIAL SERRAVALLE LTDA", com sede à Alameda Aristiliano Ramos 1717 em Rio do Sul - Estado de Santa Catarina, devidamente registrada no DER/SC., sob o nº 012/76 (protocolo nº 004168 de 12.04.76) representada neste ato pelo Engenheiro JOSÉ CARLOS FURTADO SCHULTZ, daqui por diante denominada CONTRATADA, ajustam a execução das obras de calçamento a paralelepípedos de granito ou basalto no Acesso Agrônomo - BR.470, numa extensão aproximada de 960 metros, objeto da Tomada de Preços - Edital nº 123/76, processo nº 014544 de 03.11.76, obrigando-se a respeitar e cumprir as condições das cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material e a executar os serviços de calçamento a paralelepípedos de granito ou basalto no acesso Agrônomo - BR.470, numa área aproximada de 7.000 m<sup>2</sup> e o assentamento e fornecimento de meio-fios, numa extensão aproximada de 960 metros lineares, com obediência às normas técnicas, determinações e ordens de serviço do DER/SC., com preços ofertados e constantes da proposta que fica fazendo parte integrante deste Contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA FUNDAMENTO DO CONTRATO

Este Contrato decorre da autorização do Conselho Administrativo do DER/SC., constante da Ata nº CA.23/76, de 03.11.76, que homologou o resultado da Tomada de Preços - Edital nº 123/76, tudo conforme consta do processo protocolado no DER/SC., sob o nº 014544 de 03.11.76, e que fica fazendo parte integrante deste Contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA PREÇOS E PAGAMENTOS

A execução dos serviços com fornecimento do material será pago de acordo com os preços unitários constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA incluindo as despesas com fretes, seguros, impostos, taxas, etc., de conformidade com o que segue:

- 1. PREÇOS:** Para execução dos serviços com fornecimento aproximado de 7.000 m<sup>2</sup> de calçamento a paralelepípedos de granito ou basalto de primeira qualidade, ao preço de Cr\$118,80 (cento e dezotois cruzeiros e oitenta centavos) o metro quadrado, num total de Cr\$ 831.600,00 (oitocentos e trinta e um mil e seiscentos cruzeiros).
- Para execução dos serviços com fornecimento de material de meio-fios de granito ou basalto de primeira qualidade, com 960 metros lineares, com altura mínima de 0,30 metros, ao preço de Cr\$ 42,00 (quarenta e dois cruzeiros) o metro linear, num total de Cr\$ 403,20 (quatrocentos e três cruzeiros e vinte centavos).

- 2. PAGAMENTO:** O pagamento dos serviços executados, será feito após determinação do valor procedido conforme as condições seguintes:

- Medições provisórias, cumulativas e medição final dos serviços, procedidas de acordo com as instruções para os serviços de medição de obras rodoviárias a cargo do DNER.
- Avaliações periódicas dos serviços executados, não sendo permitida mais de duas avaliações antes de ser procedida uma medição.
- Entre duas medições ou avaliações não poderão decorrer menos de 30 (trinta) dias.

De cada valor determinado em avaliação ou medição, será feito o pagamento, mediante fatura em moeda corrente do País, não podendo entretanto as parcelas correspondentes serem inferiores a Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros).

#### CLÁUSULA QUARTA VALOR E DOTACÃO

- 1. VALOR:** O valor dos serviços com fornecimento do material atribuído a este Contrato é de Cr\$ 1.234,80 (um mil, duzentos e trinta e quatro cruzeiros e oitenta centavos).

- 2. DOTACÃO:** A despesa deste Contrato correrá à conta da verba 4.1.1.0:Obras Públicas - 3104 - Execução de Obras Públicas - 6 - Pavimentação de Estradas.

#### CLÁUSULA QUINTA MULTAS

A CONTRATADA fica sujeita a multa de:

- Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) por dia que exceder ao prazo proposto para entrega dos serviços;
- Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) se dificultar ou informar inexactamente a fiscalização sobre os serviços contratados.

#### CLÁUSULA SEXTA RESCISÃO

- 1. POR ACÓRDO:** Este Contrato poderá ser rescindido, por mútuo acordo, atendida a conveniência dos serviços, recebendo a CONTRATADA o valor dos materiais fornecidos.

- 2. POR INICIATIVA DO DER/SC.:** Caberá rescisão deste contrato por iniciativa do DER/SC., independentemente da interposição judicial, quando a CONTRATADA:

- Não cumprir quaisquer das obrigações estipuladas neste instrumento;
- Não recolher qualquer multa dentro do prazo previsto;
- Transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços constantes do presente Contrato, sem prévia autorização escrita do Diretor Geral do DER/SC.

#### CLÁUSULA SÉTIMA REAJUSTAMENTO

Conforme consta do Edital nº 123/76, os preços unitários propostos não serão reajustados.

#### CLÁUSULA OITAVA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização dos serviços será efetuada por Engenheiro ou Comissão previamente designada pela Direção Geral do DER/SC.

#### CLÁUSULA NONA PRAZOS

- 1. DE INÍCIO:** A execução dos serviços com fornecimento do material, será iniciada dentro de 10 (dez) dias a partir da data da primeira ordem de serviço expedida pelo Órgão competente do DER/SC.

- 2. DE CONCLUSÃO:** O prazo de conclusão dos serviços será de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, contados do seu início, admitido para tal fim o último dia de prazo para esse fim estabelecido no item anterior.

- 3. PRORROGAÇÃO:** Os prazos a juízo exclusivo do Diretor Geral do DER/SC., poderão ser prorrogados por iniciativa deste ou a requerimento da CONTRATADA, devidamente justificado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TRANSFERÊNCIA

O presente Contrato não poderá ser transferido a terceiros sem ordem expressa e por escrito do Diretor Geral do DER/SC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA FÓRO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Fórum da Comarca de Florianópolis, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA VALIDADE

O presente Contrato somente surtirá seus jurídicos e legais efeitos, após sua aprovação pelo Conselho Administrativo do DER/SC., de conformidade com o artigo 8º do Decreto nº 715 de 21.05.1976.

E, por assim estarem acordes, assinam o presente Contrato os representantes das partes contratantes, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

DER/SC., em Florianópolis, 19 de novembro de 1976.

0878/1

Ass. ANTONIO CARLOS WERNER

Ass. JOSÉ CARLOS FURTADO SCHULTZ

Testemunha: Arécio Ávila dos Santos

Testemunha: Claudionor Prates Novaes

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA — IPESC

TERMO DE PROTOCOLO DE CONCESSÃO DE ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA, que entrará em vigor a partir de 01/12/76, faz o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPESC - e a CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA.

#### 1. PARTES

- 1.1. O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA,** Autarquia de Previdência e Assistência Social, criado pela Lei nº 3.138, de 11.12.62, com sede à Rua Trajano nº 01, nesta Capital, neste ato representado por seu Presidente, Dr. JOÃO PAULO RODRIGUES, brasileiro, casado, funcionário público.

- 1.2. CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA,** com sede à Rua Felipe Schmidt - Edifício Florêncio Costa, 9º andar, Florianópolis, neste ato representado por seu Presidente, Dr. SADI LIMA, brasileiro, casado, advogado, residente nesta Capital.

## 2. OBJETO E RESPONSABILIDADE

- 2.1. OBJETO: O presente termo de protocolo tem por objeto a venda à vista (no ato da compra) de medicamentos pelas farmácias do IPESC, aos advogados inscritos na OAB/SC (Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina) e portadores da Carteira fornecida pela Caixa de Assistência dos Advogados.
- 2.2. DAS RESPONSABILIDADES DO IPESC: O IPESC se obriga a vender à vista, os produtos farmacêuticos existentes em seu estoque regular, mediante a apresentação da respectiva carteira mencionada no item 2.1., resguardadas as condições exigidas em Lei e Regulamentos, para a venda de produtos cuja comercialização dependa de prescrição médica.
- 2.3. DAS RESPONSABILIDADES DA CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS: A Caixa, cumpre dar conhecimento prévio aos seus associados ou inscritos, que será indispensável à apresentação da Carteira a que se refere o item 2.1., para compra de medicamentos de qualquer natureza, atendidas sempre a legislação federal e estadual referente a comercialização de produtos farmacêuticos.
- 2.4. O presente termo de protocolo não traz para as partes, quaisquer ônus.

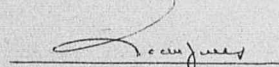
## 3. RESCISÃO:

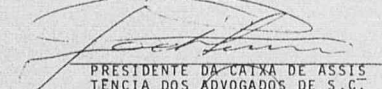
Ao IPESC e a CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA, ficará ressalvado o direito de unilateralmente rescindir o presente, mediante prévio aviso.

## 4. DISPOSIÇÕES FINAIS:

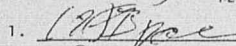
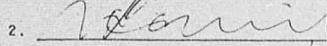
- 4.1. DA VALIDADE E VIGÊNCIA: O presente termo de protocolo terá validade por tempo indeterminado, ressalvado o disposto no item 3.
- 4.2. NÚMERO DE VIAS: O presente termo vai redigido em 3 (três) vias de igual teor, das quais a segunda se destina a CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA e as demais ao IPESC.
- 4.3. FORMALIDADES COMPLEMENTARES: Todas as vias são assinadas pelas partes e por duas testemunhas.

Florianópolis, 26 de novembro de 1976.

  
PRESIDENTE IPESC

  
PRESIDENTE DA CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE S.C.

TESTEMUNHAS:

1.   
2. 

10668-1

TERMO DE CONVÊNIO DE DELEGAÇÃO DE ENCARGOS E RECURSOS QUE ENTRE SI FAZEM O PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

## CLÁUSULA I - NEGÓCIO JURÍDICO

- 1.1. NATUREZA: Trata-se de Convênio de Delegação de Encargos e Recursos, para pagamento do salário-família devido aos pensionistas do IPESC, dependentes de Servidores do Poder Judiciário, já falecidos.
- 1.2. PARTES CONTRATANTES:
- 1.2.1 Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, doravante denominado IPESC, Autarquia de Previdência e Assistência Social criada pela Lei nº 3.138, de 11 de dezembro de 1962, com sede à rua Trajano, nº 1, nesta cidade de Florianópolis, neste ato representado por seu Presidente Sr. João Paulo Rodrigues.
- 1.2.2 O Poder Judiciário de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Ary Pereira Oliveira.
- 1.3. REGIME JURÍDICO: Subordina-se às disposições do Código Civil Brasileiro, legislação complementar e aos regulamentos administrativos aplicáveis, em especial os arts. 166, 75 e 66 do Decreto N.º 15.12.69/8.755.

- 1.4. EMBASAMENTO LEGAL: O presente convênio se fundamenta na Lei nº 4.425 de 16 de fevereiro de 1970 e na Lei nº 3.138, de 11 de dezembro de 1962.

## CLÁUSULA II - OBJETO E RESPONSABILIDADE

- 2.1. OBJETO: Tem como objeto o presente contrato a execução de serviços referentes ao pagamento do salário-família através do Departamento de Previdência do IPESC, aos pensionistas dependentes de ex-Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.
- 2.2. RESPONSABILIDADE DO PODER JUDICIÁRIO:
- 2.2.1 A Competência para decidir sobre o Direito ao salário-família é exclusiva do Poder Judiciário, o qual transfere o encargo dos serviços de pagamento para o IPESC, sendo ainda de sua responsabilidade:
- a. O encaminhamento, solicitado ou não pelo IPESC da relação dos dependentes devidamente qualificados e registrados no Cadastro de pessoal do Poder Judiciário.
- b. O Reembolso mensal ao IPESC do valor das despesas, mediante apresentação de uma via de empenho.
- 2.3. RESPONSABILIDADE DO IPESC:

## 2.3.1 Caberá ao IPESC:

- a. Efetuar o pagamento mensal aos pensionistas dependentes de ex-Servidores do Poder Judiciário, das importâncias relativas ao Salário-Família, após o reconhecimento do respectivo direito.
- b. Controlar a exclusão de dependentes através do Cadastro de Beneficiários do Departamento de Previdência, observada a legislação pertinente.
- c. Apresentar mensalmente, para que seja reembolsado, os comprovantes das despesas a que se refere o item 2.3.1.a.
- d. Proceder o registro dos dependentes no Cadastro de Controle de pagamento.

## CLÁUSULA III - DESPESAS

- 3.1. ADIANTAMENTO DO IPESC: Para efeitos do disposto na Cláusula 2.3.a., fica entendido que o IPESC apenas adiantará o pagamento do salário-família aos pensionistas dependentes de ex-Servidores do Poder Judiciário devendo este último reembolsar todas as despesas efetuadas pelo IPESC na formula da Cláusula 2.2.1.b.
- 3.2. ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas correspondentes ao adiantamento feito pelo IPESC correrão por conta do item 2318- Salário-Família de Pensionistas, do orçamento do presente exercício, e pela dotação correspondente dos próximos orçamentos.
- 3.3. DESPESAS DO PODER JUDICIÁRIO: O Poder Judiciário reembolsará mensalmente ao IPESC, as despesas que este realizar com o pagamento do salário-família aos pensionistas dependentes de ex-Servidores do Poder Judiciário na forma da cláusula 2.2.1. item b.

## CLÁUSULA IV - FECHO



- 4.1. PRAZO: O prazo do presente convênio será por tempo indeterminado.
- 4.2. RESCISÃO: O Presente convênio, poderá ser rescindido na hipótese de haver denúncia por qualquer uma das partes.
- 4.3. NÚMERO DE VIAS: O presente convênio está redigido em 10 (dez) vias, para um só efeito, sendo uma original e as demais cópias "xerox". Destas a original e mais 5 (cinco) destinam-se ao IPESC, e as restantes ao Poder Judiciário.
- 4.4. FORMALIDADES COMPLEMENTARES: Todas as vias são assinadas e rubricadas pelas Partes Contratantes, bem como, por 2 (duas) testemunhas.

Florianópolis, em 16 de setembro de 1976

  
PRESIDENTE IPESC

  
PRESIDENTE TRIBUNAL

TESTEMUNHAS:

1.   
2. 

10668-A

**INSTRUÇÃO DE SERVIÇO P. Nº 115/76-19.12.76.**

O Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, da Lei nº 3.138, de 11 de dezembro de 1962, RESOLVE:

1. EXONERAR IVETE DE FÁTIMA SCOPEL, Matrícula nº 319.218, do cargo em comissão de AGENTE LOCAL, padrão CC-4, lotada na Agência de Xanxerê, a partir desta data.
2. Esta Instrução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em Florianópolis, 19 de dezembro de 1976.

João Paulo Rodrigues  
PRESIDENTE

**INSTRUÇÃO DE SERVIÇO P. Nº 116/76-19.12.76**

O Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, da Lei nº 3.138, de 11 de dezembro de 1962, RESOLVE:

1. NOMEAR SONIA VIRGÍNIA MARINHO, para o cargo de provimento em comissão de AGENTE LOCAL, padrão CC-4, criado pelo Decreto SEA-4.6.75/nº 397, com exercício na Agência Local de XANXERÊ.
2. Esta Instrução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em Florianópolis, 19 de dezembro de 1976.

João Paulo Rodrigues  
PRESIDENTE

**DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE EDIFICAÇÕES — DAE**

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE EDIFICAÇÕES — ESTADO DE SANTA CATARINA

**CAPÍTULO I**  
Da natureza

Art. 1º — O Conselho Administrativo do Departamento Autônomo de Edificações (CA-DAE), criado pela Lei n. 4.783, de 31 de outubro de 1972, e instalado no dia 17 de agosto de 1976, é, de conformidade com o Regimento Interno do Departamento Autônomo de Edificações, aprovado pelo Decreto n. 943, de 24 de junho de 1976, o órgão de deliberação coletiva do Departamento.

**CAPÍTULO II**  
Da competência

Art. 2º — Ao Conselho Administrativo, de acordo com o artigo 7º do Regimento Interno do DAE compete deliberar sobre:

- I — aprovação em primeira instância do Plano Estadual de Edificações;

II — os programas e orçamentos anuais e plurianuais de investimentos do DAE;

III — os convênios, contratos e acordos a serem realizados entre o DAE e os órgãos da administração indireta e fundações instituídas pelo Governo do Estado;

IV — alienação e baixa de material permanente, equipamentos, máquinas, veículos e bens móveis e considerados inservíveis;

V — o valor das obras e serviços não previstos em tabelas ou contratos, bem como tabela de preços unitários e globais para pagamento de serviços a terceiros;

VI — as propostas em concurso para adjudicação de serviços, nos diversos regimes de execução, obras e aquisições e, em última instância, sobre os recursos interpostos por licitantes;

VII — o reajustamento, gratificação, classificação, padronização e melhoria dos vencimentos e salários dos servidores do DAE, na forma da Lei e Regulamentos;

VIII — a área de jurisdição e sede dos Distritos e Escritórios de Obras;

IX — a instauração de sindicância ou processo disciplinar contra qualquer servidor do DAE, quando o Diretor Geral não o tiver feito;

X — os balanços e prestação de contas do Diretor Geral;

XI — o estabelecimento de normas e especificações técnicas para as obras e serviços;

XII — o regimento próprio e normas de serviço das unidades técnicas e administrativas, como também sobre as alterações na estrutura do órgão;

XIII — a suspensão, temporária ou definitiva, do registro cadastral de firmas e do direito de transacionar com o DAE, bem como sobre o pedido de reconsideração dessas decisões;

XIV — outros assuntos relativos à organização e administração do DAE, quando submetidos à aprovação pelo Diretor Geral.

**CAPÍTULO III**  
Da constituição

Art. 3º — O Conselho Administrativo é constituído pelo Diretor Geral, Vice-Diretor Geral, Procurador Geral e pelos Diretores de Diretoria.

**CAPÍTULO IV**  
Da Presidência e da Secretaria

Art. 4º — A Presidência do Conselho Administrativo é exercida pelo Diretor Geral.

Parágrafo Único — Na ausência e impedimento eventual, ou quando no exercício da Direção Geral, o Vice-Diretor Geral exerce a Presidência do Conselho.

Art. 5º — Ao Presidente compete:

I — presidir as reuniões do Conselho;

II — convocar as reuniões extraordinárias;

III — fixar, ouvido o Conselho, o dia da semana e o horário das reuniões ordinárias;

IV — antecipar, adiar e cancelar reuniões ordinárias;

V — estabelecer a pauta das reuniões;

VI — despachar o expediente do Conselho;

VII — determinar o arquivamento ou devolução de documentos;

VIII — assinar as atas das reuniões, em conjunto com os membros do Conselho;

IX — constituir comissões e designar relatores;

X — assinar as decisões do Conselho;

XI — expedir, assinado com o Secretário do Conselho, documentos e atos resultantes das decisões do Conselho;

XII — exercer, nas reuniões do Conselho, o direito de voto comum e do voto de qualidade;

XIII — executar e fazer executar este Regimento;

XIV — cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho, tomando as providências necessárias à fiel execução.

Art. 6º — O Diretor de Apoio Administrativo é o Secretário do Conselho.

Parágrafo único - O Secretário do Conselho é substituído, automaticamente, em suas faltas ou impedimentos eventuais, pelo Procurador Geral.

Art. 7º - Ao Secretário do Conselho compete:

- I - supervisionar os trabalhos da Secretaria do Conselho;
- II - secretariar as reuniões do Conselho;

III - fornecer elementos e orientar a lavratura das atas das reuniões;

IV - assinar com o Presidente os documentos e atos do Conselho;

V - propor as pautas de reuniões à aprovação do Presidente do Conselho;

VI - visar os documentos firmados pelo Chefe de Secretaria do Conselho, antes verificando sua veracidade;

VII - exercer outros encargos que forem atribuídos pelo Presidente.

Art. 8º - O Chefe de Secretaria do Conselho - função de código DAI-1, do Grupo: Direção e Assistência Intermediária, do Quadro Permanente do DAE - dirigirá, sob supervisão do Secretário do Conselho, a Secretaria.

Art. 9º - A competência da Secretaria do Conselho será definida em ato próprio a ser aprovado pelo Conselho Administrativo.

Art. 10 - A correspondência, processos, recursos, consultas e demais documentos recebidos pelo Conselho, serão registrados no protocolo da Secretaria, e encaminhados à Presidência, devidamente instruídos, para despacho.

#### CAPÍTULO V

##### Das processos

Art. 11 - O processo, cujo o assunto depender de deliberação do Conselho, será distribuído pela Presidência a membro do Conselho, para relatar e dar parecer.

Art. 12 - O relator designado que se considerar impedido ou deixar a sua suspensão, devolverá, com os motivos, o processo à Presidência, que apreciará a procedência do alegado.

Parágrafo único - Aceito pelo Presidente o impedimento ou a suspensão, ficará o membro do Conselho impedido de participar da discussão e votação do processo.

Art. 13 - O relator terá prazo fixado pelo Presidente para apresentação do relatório e parecer, que poderá, a pedido, ser prorrogado.

#### CAPÍTULO VI

##### Das reuniões

Art. 14 - O Conselho realizará, semanalmente, reuniões ordinárias e, por convocação do Presidente, reuniões extraordinárias.

Art. 15 - As reuniões serão presididas pelo Presidente do Conselho.

Parágrafo único - Na ausência ou impedimento do Presidente do Conselho, assumirá a direção dos trabalhos o Vice-Diretor Geral, ou quem estiver no exercício da Vice-Diretoria Geral.

Art. 16 - As reuniões serão secretariadas pelo Secretário do Conselho.

Parágrafo único - Na ausência do Secretário do Conselho, secretariará os trabalhos o Procurador Geral, e na falta deste, qualquer presente designado pelo Presidente.

Art. 17 - Nas reuniões do Conselho Administrativo, mediante convite ou permissão do Presidente, poderão ser admitidos a participar, sem direito a voto, servidores ou pessoas capazes de contribuir para elucidação de assuntos de interesse da Autarquia.

Art. 18 - O Conselho deliberará com a presença da maioria dos seus membros.

Art. 19 - As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes, tendo o Presidente da reunião o voto comum e o voto de qualidade.

Art. 20 - As pautas das reuniões serão estabelecidas pelo Presidente do Conselho, por proposta do Secretário do Conselho.

Parágrafo único - A matéria do Presidente da reunião, poderá ser discutido assunto não previsto na pauta e, considerada inadiável, pelo Conselho sua votação, será a ela submetida.

Art. 21 - A Secretaria distribuirá com antecedência a pauta e os documentos referentes aos assuntos a serem tratados na reunião.

Art. 22 - Os relatórios, pareceres e trabalhos deverão ser entregues à Secretaria com antecedência de 3 (três) dias da data da reunião, para fins de processamento, inclusão na pauta e distribuição aos membros do Conselho.

Art. 23 - As reuniões do Conselho obedecerão à seguinte ordem:

I - abertura da reunião e verificação do "quorum";

II - leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;

III - expedientes;

IV - apresentação e apreciação de propostas e sugestões; debates gerais;

V - ordem do dia: leitura de relatório, parecer, conclusão ou trabalho, discussão e votação, referentes a cada um dos processos ou assuntos constantes da pauta; e

VI - encerramento da reunião pelo Presidente.

Art. 24 - Na discussão de matéria, cada um dos presentes à reunião terá o tempo máximo de 10 (dez) minutos, podendo o Presidente conceder prorrogação por tempo determinado.

Art. 25 - Durante a discussão, membro do Conselho poderá pedir vistas ao processo, por prazo não excedente a 3 (três) dias, devolvendo-o, neste prazo à Secretaria.

Art. 26 - As declarações de voto vencido, formuladas por escrito, deverão ser apresentadas até a reunião ordinária seguinte, constarão de ata e serão anexadas ao processo.

Art. 27 - Na votação de matéria, quando o relator for vencido, o Presidente designará o primeiro membro que proferiu o voto vencedor para lavrar a decisão.

Art. 28 - O Presidente do Conselho poderá suspender, mediante despacho motivado, decisão de Conselho.

§ 1º - O ato de suspensão será, obrigatoriamente, submetido à deliberação do Conselho, no prazo de 20 (vinte) dias.

§ 2º - Aprovada a suspensão, o Conselho revogará a decisão suspensa.

#### CAPÍTULO VII

##### Disposições Finais

Art. 29 - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Conselho.

Art. 30 - O Conselho, por proposta do Presidente, poderá alterar o presente Regimento, constituindo-se comissão especial para este fim.

Art. 31 - Aprovado pelo Conselho Administrativo do Departamento de Edificações, em reunião realizada no dia 23 de novembro de 1976, este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

Conselho Administrativo do Departamento Autônomo de Edificações, em Florianópolis, em 23 de novembro de 1976.

MEMBROS:

TEÓFILO FERNANDO LAMAR DE SOUZA - Presidente

JOSÉ MARINHO PACHECO - Secretário

DOMINGOS OLIVEIRA DEZETRA DA TRINDADE

JOSÉ ANTONIO SOARES MARTEL

FRANCO HERCOTO HELDZEN

HAROLD KORNEL GABRIEL

10693-1

# TRIBUNAL DE CONTAS

## Portaria Nº 317 de 25 de novembro de 1976

O Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas, no uso de suas atribuições legais,

### RESOLVE:

Alterar a Escala de Férias estabelecida pela Portaria nº TC — 30.12.75/31, referente a funcionária ARLETE TEREZINHA PORTO, Assessor Técnico Instrutivo, TC-17, transferindo do mês de novembro para dezembro do corrente exercício.

Florianópolis, 25 de novembro de 1976.

Nilton José Cherem, Presidente.

Registre-se e Publique-se.

Thereza A. Costa Marques, Diretor do Exp. e Pessoal, em exercício.

(10.631-B)

## Portaria — 318 de 30 de novembro de 1976

O Conselheiro Presidente, no uso de suas atribuições legais,

### RESOLVE:

Alterar a Escala de Férias estabelecida pela Portaria nº TC — 30-12-75/31, referente ao servidor ALTAIR DEBONA CASTELAN, Diretor Geral, CC-1, transferindo do mês de setembro para dezembro do corrente exercício.

(10.66-1)

## Portaria — 319 de 30 de novembro de 1976

O Conselheiro Presidente, no uso de suas atribuições legais,

### RESOLVE:

Designar EVANGELO SPYROS DIAMANTARAS, Diretor CC-1, para responder pelo Diretor Geral, CC-1, no período de 01.12.76 a 30.12.76, durante as férias do titular ALTAIR DEBONA CASTELAN.

(10.666-A)

## Portaria — 320 de 30 de novembro de 1976

O Conselheiro Presidente, no uso de suas atribuições legais,

### RESOLVE:

Designar IGNÁCIO QUEIROZ, Assessor Técnico Financeiro TC-21, para responder pelo Diretor da Diretoria de Fiscalização Financeira, no período de 01.12.76 a 30.12.76, por ter sido o titular EVANGELO SPYROS DIAMANTARAS, designado para responder pelo Diretor Geral.

(10.666-B)

## Portaria — 321 de 30 de novembro de 1976

O Conselheiro Presidente, no uso de suas atribuições legais,

### RESOLVE:

Fazer cessar, no período de 01.12.76 a 30.12.76, os efeitos da

Portaria nº 117-71, datada de 13.09.71, que designou HUGO SEVERINO BECKER, Assessor Técnico Financeiro, TC-19, para exercer a função gratificada de Coordenador, FG-3 (1º Grupo de Instrução), da Diretoria de Fiscalização Financeira, por ter sido designado para responder por outra função.

(10666-C)

## Portaria 322 de 30 de novembro de 1976

O Conselheiro Presidente, no uso de suas atribuições legais,

### RESOLVE:

Designar MAURINO MANOEL DO ESPÍRITO SANTO, Assessor Técnico Financeiro, TC-19, para responder pela Função Gratificada, FG-3, de Coordenador do Grupo de Instrução nº I, da Diretoria de Fiscalização Financeira, no período de 01.12.76 a 30.12.76, enquanto durar o impedimento do titular HUGO SEVERINO BECKER.

(10.667-1)

## Portaria 323 de 30 de novembro de 1976

O Conselheiro Presidente, no uso de suas atribuições legais,

### RESOLVE:

Fazer cessar, no período de 01.12.76 a 30.12.76, os efeitos da Portaria nº 82/74, datada de 20.03.74, que designou IGNÁCIO QUEIROZ, Assessor Técnico Financeiro, TC-20, para exercer a função gratificada FG-5, de Sub-Diretor da Diretoria da Fiscalização Financeira, por ter sido designado para responder pelo Diretor daquela Diretoria.

(10.667-A)

## Portaria 324 de 01 de dezembro de 1976

O Conselheiro Presidente, no uso de suas atribuições legais,

### RESOLVE:

Designar ALFREDO MIROSKI, Assessor Técnico Financeiro, TC-19, para responder pela função gratificada, FG-3, de Coordenador do Grupo de Instrução nº 16 no período de 01.12.76 a 01.02.77, por motivo de licença prêmio do titular ZENIO ROSA ANDRADE.

(10.667-B)

## Portaria 325 de 30 de novembro de 1976

O Conselheiro Presidente, no uso de suas atribuições legais,

### RESOLVE:

Designar HUGO SEVERINO BECKER, Assessor Técnico Financeiro, TC-21, para responder pela Função Gratificada, FG-5, de Sub-Diretor da Diretoria de Fiscalização Financeira, no período de 01.12.76 a 30.12.76, por motivo do titular IGNÁCIO QUEIROZ, ter sido designado para substituir o Diretor daquela Diretoria.

(10.667-C)

## Ordem de Serviço DG. Nº 26-11-76/150

O Diretor Geral do Tribunal de Contas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, letra "K", da Res. TC — 03.02.70/52 e com fundamento no art. 137 § 1º, da Lei 4.425, de 16.02.70,

### RESOLVE:

Conceder cento e vinte (120) dias de licença de gestação, à NELZA ALICE ROQUE, Assessor Técnico Instrutivo, TC-18, lotada na Diretoria de Contratos e Concessões, a partir de 29 do corrente.

Florianópolis, 26 de novembro de 1976.

Altair Debona Castelan, Diretor Geral

Publique-se e Registre-se.

Thereza A. Costa Marques, Diretora do Exp. e Pessoal em Exercício.

(10.630-A)

## Ordem de Serviço DG. Nº 29-11-76/151

O Diretor Geral do Tribunal de Contas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, letra "K", da Res. TC — 03.02.70/52 e com fundamento no art. 125, da Lei 4.425 de 16.02.70,

### RESOLVE:

Conceder trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação, à ONIRA GUEDES PIAZERA, Assessor Técnico Instrutivo, TC-16, lotada na Diretoria de Contratos e Concessões, a partir de 18 do corrente.

Florianópolis, 29 de novembro de 1976.

Altair Debona Castelan, Diretor Geral

Publique-se e Registre-se.

Thereza A. Costa Marques, Diretora do Exp. e Pessoal em Exercício.

(10.630-B)

## Ordem de Serviço DG. Nº 29-11-76/151-A

O Diretor Geral do Tribunal de Contas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, letra "K", da Res. TC — 03.02.70/52 e com fundamento no art. 125, da Lei 4.425, de 16.02.70,

### RESOLVE:

Conceder dezoito (18) dias de licença para tratamento de saúde, a REYNALDO DOS REIS LOBO, Assessor Técnico Instrutivo, TC-18, lotado na Diretoria de Fiscalização Financeira, a partir de 19 do corrente.

Florianópolis, 29 de novembro de 1976.

Altair Debona Castelan, Diretor Geral

Registre-se e Publique-se.

Thereza A. Costa Marques, Diretora do Exp. e Pessoal em Exercício.

(10.630-1)

## Ordem de Serviço DG. Nº 01-12-76/152

O Diretor Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, letra "K" da Res. TC — 03-02-70/52, combinado com o art. 174, IV e 178, da Lei nº 4.425, de 16.02.70,

### RESOLVE:

Convocar para serviço extraordinário, no período de 01 a 30 do corrente, no horário das 18,30 às 20,30 horas, os funcionários: ZELITA ELI MACIEL CORDEIROS DOS SANTOS, JURACI DIONÍSIO DOS SANTOS, IRACEMA BUENO,

PERCILA JUNG, ZILÁ SOARES CORRÊA, HERMES MONTEIRO, IRMA BOTTICELLI PEREIRA, MARIA DA GRAÇA LIVRAMENTO, MARIA DE FÁTIMA CECILIO, BERNARDINA BOTELO WITH e OTÁVIO FERNANDO DO ESPÍRITO SANTO.

(10.701-B)

## Ordem de Serviço DG. Nº 01-12-76/153

O Diretor Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, letra "K" da Res. TC — 03-02-70/52, combinado com o art. 174, IV e 178, da Lei nº 4.425, de 16.02.70,

### RESOLVE:

Convocar para serviço extraordinário, no período de 01 a 15 do corrente, no horário das 12,00 às 13,00 e das 18,30 às 19,30 horas, os funcionários: Dalva Conti Felício, Dalva Melo Mann, Dália Clotilde Fortes Bustamante, Nazareno Natalino Machado e Carlos Roberto da Silva Faraco.

(10.701-A)

## Ordem de Serviço DG. Nº 01-12-76/154

O Diretor Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, letra "K", da Resolução nº TC — 03.02.70/52, combinado com o art. 125, da Lei 4.425 de 16.02.70,

### RESOLVE:

Conceder dez (10) dias de licença para tratamento de saúde, a FRANCISCO JOSINO DE SOUZA, Contratado, lotado na Diretoria de Expediente e Pessoal, a partir desta data.

(10.701)

## APOSTILA

O Diretor Geral do Tribunal de Contas no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, letra "K", da Resolução nº TC — 03.02.50/72, resolve expedir a seguinte apostila:

A funcionária MARIA DE FÁTIMA MOREIRA, ocupante do cargo de Assessor Técnico Instrutivo, TC-18, lotada na Diretoria de Expediente e Pessoal, de acordo com os artigos 174, VIII e 184 da Lei nº 4.425, de 16.02.70 e tendo em vista a decisão prolatada no proc. nº 8442/75, passa a perceber a partir de 13 do corrente, 10% sobre seus vencimentos, referente a dois (2) quinquênios.

Florianópolis, 20 de outubro de 1976.

Altair Debona Castelan, Diretor

(10.631-C)

## APOSTILA

O Diretor Geral do Tribunal de Contas no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, letra "K", da Resolução nº TC — 03.02.50/72, resolve expedir a seguinte apostila:

O funcionário LAUDELINO HOFFMANN, ocupante do cargo de Administrador, TC-11, lotado na Diretoria do Expediente e Pessoal de acordo com os artigos 174, VIII e 184 da Lei nº 4.425, de 16.02.70 e tendo em vista a decisão prolatada no processo nº 8.442/75, passa a perceber a partir de 19 do corrente, 25% sobre seus vencimentos, referente a cinco (5) quinquênios.

Florianópolis, 20 de outubro de 1976

Altair Debona Castelan, Diretor

(10.631-D)

# PREFEITURAS MUNICIPAIS

FLORIANÓPOLIS

## LEI N. 1.465

Autoriza a abertura de Crédito Especial.

O Prefeito Municipal de Florianópolis

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores decreta, e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, por conta da redução parcial do elemento 3.260.00 - Reserva de Contingência, do Orçamento de Encargos Gerais do Município - Recursos sob a supervisão da Secretaria de Finanças, o crédito Especial de Cr\$ 529.626,23 (quinhentos e vinte e nove mil, seiscentos e vinte e seis cruzeiros e vinte e três centavos), destinados a despesas de exercícios anteriores, na forma abaixo discriminadas:

ATIVIDADES: 005.03080312.030 - Despesas de Exercícios Anteriores à conta de Créditos Especiais.

3000.000 - DESPESAS CORRENTES

3100.00 - DESPESAS DE CUSTEIO

3150.00 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - INVESTIMENTOS

01. Rodolfo Guilherme Kicel	1974	Cr\$ 118.918,80
02. Manoel Hermógenes dos Santos	1974	Cr\$ 4.890,00
03. Osvaldo Deschamps	1974	Cr\$ 1.496,00
04. Maria de Lourdes Marques	1974	Cr\$ 1.144,00
05. José Francisco da Silva	1974	Cr\$ 5.289,00
06. Maurino Gerônimo da Silva	1974	Cr\$ 6.378,00
07. Paulo Fernandes Pereira	1974	Cr\$ 8.874,00
08. Udo Von Wangenheim	1974	Cr\$ 42.525,00
09. Ciro Pigliasco	1974	Cr\$ 138.240,00
10. Waldemar Lino de Souza e Outros	1975	Cr\$ 2.588,00
11. Dario Gregório Machado	1975	Cr\$ 15.279,35
12. José Marcos de Agapito	1975	Cr\$ 3.717,90
13. Maria Gertrudes da Silveira	1975	Cr\$ 107.201,28
14. Aduci José Marques	1975	Cr\$ 5.705,00
15. Roberto de Oliveira e Outros	1975	Cr\$ 63.180,00
16. Paulo Furtado	1975	Cr\$ 4.199,90

TOTAL ..... Cr\$ 529.626,23

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em Florianópolis aos 15 de outubro de 1976.

JUAREZ FONSECA DE MEDEIROS  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL

LAURO LUIZ DE ANDRADE  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

MARCOS RICARDO DE ALMEIDA BRUSA  
SECRETÁRIO DE TRANSPORTES E OBRAS

JOÃO ADERSON FLORES  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

OSVALDO PAULO MARTINS  
SECRETÁRIO PARA OS ASSUNTOS DO ESTREITO

Publicada a presente Lei na Chefia de Gabinete aos 15 dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e setenta e seis.

ANTÔNIO FELIX DE SOUZA AMORIM NETO  
CHEFE DE GABINETE

10667-1

## LEI N. 1.466

Ampla e suplementa consignações do orçamento do corrente

ano:

O Povo de Florianópolis, por seus representantes decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Ficam reduzidas das consignações abaixo discriminadas, seguintes importâncias:

## 00.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

3.0.0.0.00 - DESPESAS CORRENTES	
3.1.0.0.00 - DESPESAS DE CUSTEIO	
3.1.2.0.00 - Material de Consumo	Cr\$ 14.000,00
3.1.3.0.00 - Serviços de Terceiros	Cr\$ 29.000,00
3.2.0.0.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.3.0.00 - Transferências de Assistência e Previdência	
3.2.3.1.00 - Inativos	Cr\$ 26.932,00
3.2.3.3.00 - Salário Família	Cr\$ 1.568,00
3.2.6.0.00 - Contribuição de Previdência Social	Cr\$ 11.867,00
4.0.0.0.00 - DESPESAS DE CAPITAL	
4.1.0.0.00 - INVESTIMENTOS	
4.1.3.0.00 - Equipamentos e Instalações	Cr\$ 144.000,00
4.1.4.0.00 - Material Permanente	Cr\$ 90.643,00
TOTAL	Cr\$ 318.000,00

Artigo 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas as seguintes consignações:

## 00.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

3.0.0.0.00 - DESPESAS CORRENTES	
3.1.0.0.00 - DESPESAS DE CUSTEIO	
3.1.1.0.00 - Pessoal	Cr\$ 188.360,00
3.1.4.0.00 - Encargos Diversos	Cr\$ 36.000,00
3.2.0.0.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.3.0.00 - Transferências de Assistência e Previdência	
3.2.3.2.00 - Pensionistas	Cr\$ 94.640,00
TOTAL .....	Cr\$ 318.000,00

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Florianópolis, aos 26 de outubro de 1976.

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL

JUAREZ FONSECA DE MEDEIROS  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

LAURO LUIZ DE ANDRADE  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

MARCOS RICARDO DE ALMEIDA BRUSA  
SECRETÁRIO DE TRANSPORTES E OBRAS

JOÃO ADERSON FLORES  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

OSVALDO PAULO MARTINS  
SECRETÁRIO PARA OS ASSUNTOS DO ESTREITO

Publicada a presente Lei na Chefia de Gabinete, aos 26 dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e setenta e seis.

ANTÔNIO FELIX DE SOUZA AMORIM NETO  
CHEFE DE GABINETE

10667-B

**LEI N. 1.467**

Declara de utilidade pública.

O Povo de Florianópolis por seus representantes decretou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública a "Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural Mangueira", fundada em 04.10.86, no bairro da Agrônômica, com sede nesta Capital.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Florianópolis, aos 28 de outubro de 1976.

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL

JUAREZ FONSECA DE MEDEIROS  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

LAURO LUIZ DE ANDRADE  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

MARCOS RICARDO DE ALMEIDA BRUSA  
SECRETÁRIO DE TRANSPORTES E OBRAS

JOSÉ ADERSON FLORES  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

OSVALDO PAULO MARTINS  
SECRETÁRIO PARA OS ASSUNTOS DO ESTREITO

Publicada a presente Lei na Chefia de Gabinete aos 28 dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e seis.

ANTÔNIO FELIX DE SOUZA ANDRIM NETO  
CHEFE DE GABINETE

10687-D

**LEI Nº 1.468**

Cria Parágrafo Único no Artigo 61 da Lei Nº 1.224 de 30.05.74.

O Povo de Florianópolis por seus representantes decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica incluído no artigo 61 da Lei Nº 1.224, de 30.05.74, o seguinte:

Parágrafo Único - O não cumprimento do exigido no "caput" do presente artigo sujeita o proprietário às penalidades do artigo 47, sem prejuízo do disposto no artigo 50.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Florianópolis, aos 04 de novembro de 1976.

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL

JUAREZ FONSECA DE MEDEIROS  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

LAURO LUIZ DE ANDRADE  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

MARCOS RICARDO DE ALMEIDA BRUSA  
SECRETÁRIO DE TRANSPORTES E OBRAS

OSVALDO PAULO MARTINS  
SECRETÁRIO PARA OS ASSUNTOS DO ESTREITO

JOSÉ ADERSON FLORES  
SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicada a presente Lei, na Chefia de Gabinete, aos quatro dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e seis.

ANTÔNIO FELIX DE SOUZA ANDRIM NETO  
CHEFE DE GABINETE

10687-C

**LEI Nº 1.469**

Autoriza a transferência de bens imóveis à Companhia de Melhoramentos da Capital - COMCAP - e dá outras providências.

O Povo de Florianópolis por seus representantes decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP), os seguintes bens imóveis:

a. Área de terras com 26.000 m<sup>2</sup> (vinte e seis mil metros quadrados) aproximadamente, situada às Cabeceiras da "Fonte Marcílio Luz", lado da Ilha, com prestando terras do antigo Cemitério do Município, outras permutadas com o Governo do Estado de Santa Catarina, e circundantes, avaliada ao preço mínimo de Cr\$ 20.800.000,00 (vinte milhões e oitocentos mil cruzeiros).

b. Área de terras com aproximadamente 102.000 m<sup>2</sup> (cento e dois mil metros quadrados), situada em Canasvieiras, remanescente de uma gleba registrada sob o Nº 5.218, fls. 278 a 279, do Livro 3/8 de Registro de Imóveis, avaliada no mínimo em Cr\$ 11.220.000,00 (onze milhões e duzentos e vinte mil cruzeiros).

c. Mercado Municipal de Casinhas, situado à Rua Campesino Alves, avaliada em Cr\$ 922.785,00 (novecentos e vinte e dois mil e setecentos e oitenta e cinco cruzeiros), no mínimo.

d. Mercado Municipal da Trindade, sito à Praça Santos Dumont, pelo valor mínimo de Cr\$ 807.345,00 (oitocentos e sete mil e trezentos e quarenta e cinco cruzeiros).

e. Abatedouro Municipal, situado à Avenida Ivo Silveira, com a avaliação mínima de Cr\$ 2.177.016,00 (dois milhões, cento e setenta e sete mil e dezesseis cruzeiros).

f. Edifício localizado à Rua Felipa Schmidt onde funciona a Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Assistência Social (SESAS) Cr\$ 1.677.000,00 - (um milhão, seiscentos e setenta e sete mil cruzeiros).

Parágrafo Primeiro - A transferência de bem descrito na alínea a, deste artigo, fica vinculada à construção, no local, do novo Paço Municipal.

Parágrafo Segundo - Os bens indicados nas alíneas b, d, e, f, ainda deste artigo são desafetados da sua destinação de bens de uso especial.

Parágrafo Terceiro - A transferência a que se refere o "caput" do presente artigo será feita na forma de integralização de capital, em valor mínimo correspondente ao cenário das perspectivas avaliações.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a aumentar o capital da Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP), de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros).

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Florianópolis, aos 04 de novembro de 1976.

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL

JUAREZ FONSECA DE MEDEIROS  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

LAURO LUIZ DE ANDRADE  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

MARCOS RICARDO DE ALMEIDA BRUSA  
SECRETÁRIO DE TRANSPORTES E OBRAS

OSVALDO PAULO MARTINS  
SECRETÁRIO PARA OS ASSUNTOS DO ESTREITO

JOSÉ ADERSON FLORES  
SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicada a presente Lei, na Chefia de Gabinete, aos quatro dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e seis.

ANTÔNIO FELIX DE SOUZA ANDRIM NETO  
CHEFE DE GABINETE

10687-A

DECLARATÓRIA Nº 1424

TRANSFERE DÍVULGO PARCIAL DE DOTAÇÕES  
ORÇAMENTÁRIAS

O Prefeito Municipal de Florianópolis, no uso de suas atribuições e na conformidade da autorização que lhe confere a Lei nº 1451 de 02 de julho de 1976,

## D E C R E T A:

Artigo 1º -

Ficam reduzidas das Funções, Programas, Sub-Programas, Projetos, Elementos e Itens do Orçamento vigente, as seguintes importâncias

00.03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTOS  
CERAS

FUNÇÃO: 10 - Habitação e Urbanismo

PROGRAMA: 1058 - Urbanismo

SUB-PROGRAMA: 10583240 - Vias Urbanas

PROJETO: 10583241.028 - Implantação, Alargamento e Retificação de Vias Urbanas

ELEMENTO: 4.110.00

ITEM: 3101 .....\$ 8.000.000,00

FUNÇÃO: 16 - Transportes

PROGRAMA: 1688 - Transportes Rodoviários

SUB-PROGRAMA: 16885310 - Rodovias

PROJETO: 16885311.039 - Obras de Artes Especiais

ELEMENTO: 4.110.00

ITEM: 3106 .....\$ 1.000.000,00

FUNÇÃO: 10 - Habitação e Urbanismo

PROGRAMA: 1058 - Urbanismo

SUB-PROGRAMA: 10583230 - Planejamento Urbano

PROJETO: 10583231.024 - Aereo Levantamento

ELEMENTO: 4.110.00

ITEM: 3114 .....\$ 2.000.000,00

TOTAL .....\$ 11.000.000,00

00.08 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS DE  
RODAGEM

FUNÇÃO: 16 - Transportes

PROGRAMA: 1688 - Transportes Rodoviários

SUB-PROGRAMA: 16885310 - Rodovias

PROJETO: 16885311.070 - Aquisição de Equipamentos Rodoviários

ELEMENTO: 4.130.00

ITEM: 3311 .....\$ 1.000.000,00

TOTAL .....\$ 1.000.000,00

TOTAL GERAL .....\$ 12.000.000,00

Artigo 2º -

Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior fica suplantada o Elemento 3260.00 - Reserva de Contingência \$9999999, Item 2601 - Reserva de Contingência da Secretaria Municipal de Finanças, na importância de \$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros).

Artigo 3º -

Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir 01 de novembro de 1976, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, EM FLORIANÓPOLIS, 03 DE NOVENO DE 1976

Esperidião Amin Helou Filho  
PREFEITO MUNICIPAL

Leandro Luis de Andrade  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS

10692-3

DECRETO Nº 1.477

Declara de utilidade pública área de terras para fins de desapropriação, amigável ou judicialmente, nos termos do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

O Prefeito Municipal de Florianópolis, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, amigável ou judicial, uma área de terras com 217,72 m<sup>2</sup>, de propriedade de Viriato Soares, situada em Florianópolis, necessária a abertura da rua Professor Trindade, com as seguintes dimensões e confrontações: Frente, ao norte, com 7,45m, estremando com a rua projetada; Sul, com 6,66m, estremando com a rua Coronel Mesquita; Leste, com 32,50m, estremando com terras do expropriado e Oeste, com 32,50m, com uma rua projetada.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal, em Florianópolis, aos 04 de Novembro de 1976

Esperidião Amin Helou Filho

PREFEITO MUNICIPAL

10692-A

DECRETO Nº 1.478

Declara de utilidade pública área de terras para fins de desapropriação, amigável ou judicialmente, nos termos do Decreto Lei 3.365, de 21 de junho de 1941.

O Prefeito Municipal de Florianópolis, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, amigável ou judicial, uma área de terras com 53,11 m<sup>2</sup>, de propriedade de Álvaro Wandellii Filho, situada em Florianópolis, necessária a abertura da rua Professor Trindade, com as seguintes confrontações e dimensões: Frente, ao Norte, com a rua Coronel Mesquita, medindo 6,25 metros; Sul, medindo 2,00 metros, com terras da Construtora Emedaux; Leste, numa extensão de 13,00 metros, estremando com terras do expropriado e Oeste, com 12,00 metros, estremando com a rua projetada.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em Florianópolis, aos 04 de novembro de 1976.

Esperidião Amin Helou Filho  
PREFEITO MUNICIPAL

10692-1

## DECRETO Nº 1.488

## ABRE CRÉDITO ESPECIAL.

O Prefeito Municipal de Florianópolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 69, combinado com os parágrafos 1º e 2º do artigo 3º da Lei nº 1.368 de 29 de outubro de 1975, e o artigo 1º da Lei nº 1.464 de 21 de outubro de 1976,

## D E C R E T A:

## Artigo 1º -

Fica aberto o Crédito Especial de valor de Cr\$. 529.626,23 (quinhentos e vinte e nove mil e seiscentos e vinte e seis cruzeiros e vinte e três centavos), para pagamento de desapropriações de benfeitorias em terras, conforme discriminação abaixo, de conformidade com os Laudos de Avaliações vinculados à Unidade Orçamentária, Função, Programa, Sub-Programa, Projeto, e Elemento abaixo identificados:

## 00.05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

FUNÇÃO: 03 - Administração e Planejamento

PROGRAMA: 0308 - Administração Financeira

SUB-PROGRAMA: 03080310 - Assistência Financeira

ATIVIDADE: 03080312.030 - Assistência Fiscal e Financeira

ELEMENTO: 3.1.5.0.00 - ..... Cr\$ 529.626,23

1. Rodolfo Guilherme Hickel ..... Cr\$ 118.918,80
2. Manoel Hermógenes dos Santos ..... Cr\$ 4.890,00
3. Osvaldo Deschamps ..... Cr\$ 1.496,00
4. Maria de Lourdes Marques ..... Cr\$ 1.144,00
5. José Francisco da Silva ..... Cr\$ 5.289,00
6. Maurino Gerônimo da Silva ..... Cr\$ 6.378,00
7. Paulo Fernandes Pereira ..... Cr\$ 8.874,00
8. Udo Von Vangenhein ..... Cr\$ 42.525,00
9. Ciro Pigliasso ..... Cr\$ 138.240,00
10. Valdemar Lino de Souza e Outros ..... Cr\$ 2.588,00
11. Dario Gregório Machado ..... Cr\$ 15.279,35
12. José Marcos de Agapito ..... Cr\$ 3.717,90
13. Maria Gertrudes da Silveira ..... Cr\$ 107.201,28
14. Aduci José Marques ..... Cr\$ 5.705,00
15. Roberto de Oliveira e Outros ..... Cr\$ 63.180,00
16. Paulo Furtado ..... Cr\$ 4.199,90

T O T A L ..... Cr\$ 529.626,23

## Artigo 2º -

A despesa correrá por conta da Redução parcial do elemento 3.2.6.0.00 - Reserva de Contingência - 99999999 - Item 2.601, Reserva de Contingência da Secretaria Municipal de Finanças.

## Artigo 3º -

Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 1976, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, FLORIANÓPOLIS, DE NOVEMBRO DE 1976.

Esperidião Amin Helou Filho  
PREFEITO MUNICIPAL

Lauro Luiz de Andrade  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS

10687-E

## DECRETO Nº 1.489

O Prefeito Municipal de Florianópolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 69, combinado com o disposto no parágrafo 1º e 2º do artigo 3º da Lei nº 1.368 de 29 de outubro de 1975,

## D E C R E T A:

## Artigo 1º -

Ficam suplementadas, por conta da redução parcial do elemento 3260,00 - Reserva de Contingência 99999999 - Item 2.601 - Recursos sob a supervisão da Secretaria Municipal de Finanças, na importância de Cr\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil cruzeiros), as Funções, Programas, Sub-Programas, Atividades, Elementos, e Itens abaixo discriminados.

## 00.01. GABINETE DOPREFEITO

FUNÇÃO: 03 - Administração e Planejamento

PROGRAMA: 0307 - Administração

SUB-PROGRAMA: 03070210 - Administração Geral

ATIVIDADE: 03070212.003 - Administração Superior

ELEMENTO: 3.130.00 -

ITEM: 1.302 ..... Cr\$ 5.000,00

ELEMENTO: 3.140.00

ITEM: 1.420 ..... Cr\$15.000,00

TOTAL ..... Cr\$20.000,00

## 00.07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNÇÃO: 08 - Educação e Cultura

PROGRAMA: 0842 - Ensino de Primeiro Grau

SUB-PROGRAMA: 08421880 - Ensino Regular

ATIVIDADE: 08421882.041 - Manutenção da Rede Municipal de Ensino de Primeiro Grau

ELEMENTO: 3.140.00

ITEM: 1401 ..... Cr\$ 200.000,00

TOTAL ..... Cr\$ 200.000,00

TOTAL GERAL ..... Cr\$ 220.000,00

## Artigo 2º -

Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 1976, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, EM FLORIANÓPOLIS, AOS 30 DE NOVEMBRO DE 1976.

Esperidião Amin Helou Filho  
PREFEITO MUNICIPAL

Lauro Luiz de Andrade  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS

10688-1

**DECRETO Nº 1.491**

O Prefeito Municipal de Florianópolis, no uso de suas atribuições;

Considerando que o movimento de passageiros para a praia da Joaquina na temporada de verão exige horários especiais;

Considerando que os ônibus, nesses horários, fazem o retorno sem passageiros;

Considerando que, em função desses motivos, o custo operacional é bem mais elevado do que o dos horários normais.

**DECRETA:**

Artigo 1º - Fica permitido à Empresa Florianópolis S/A, explorar os serviços de Transportes Coletivos para a Praia da Joaquina, no período compreendido entre a data da publicação do presente Decreto e o dia 30 de março de 1977.

Artigo 2º - A tarifa será de Cr\$ 3,00 (três cruzeiros), e os horários serão executados com partidas de Florianópolis às 08.00 horas e 14.00 horas.

Artigo 3º - De acordo com o movimento, a Empresa colocará tantos ônibus quantos necessários, para o bom atendimento aos usuários.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Florianópolis, aos 19 dias do mês de novembro de 1976

*Esperidião Amin Helou Filho*  
ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL

OSVALDO PAULO MARTINS  
SECRETÁRIO PARA OS ASSUNTOS DO ESTREITO

10689-

**DECRETO Nº 1.490**

O Prefeito Municipal de Florianópolis, no uso de suas atribuições;

Considerando que o movimento de passageiros, para as praias na temporada de verão exige horários especiais;

Considerando que os ônibus, nesses horários fazem o retorno sem passageiros;

Considerando que, em função desses motivos, o custo operacional é bem mais elevado do que o dos horários normais.

**DECRETA:**

Artigo 1º - Fica permitido à Empresa Viação Trindadense Ltda., o estabelecimento, em linha fechada para a praia de Sambaqui, com os seguintes horários e preços, aos sábados, domingos e feriados.

- Das 07.00 hs., às 09.00 hs., de 30 em 30 minutos, e das 09.00 hs., às 19.00 hs., de 60 em 60 minutos - O preço de passagem é de Cr\$ 3,00 (três cruzeiros).

Artigo 2º - A Empresa poderá reduzir os horários, desde que, o tempo se apresente reinante não ofereça condições aos usuários que demandam a praia.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Florianópolis, aos 18 dias do mês de novembro de 1976.

*Esperidião Amin Helou Filho*  
ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL

OSVALDO PAULO MARTINS  
SECRETÁRIO PARA OS ASSUNTOS DO ESTREITO

10689-A

**PUBLICAÇÕES DIVERSAS**

**INCORPORAÇÃO CATARINENSE S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SOJA.**

CGC MF Nº 84.591.999/0001 -80

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

REUNIÃO DE DIRETORIA EM CONJUNTO COM O CONSELHO FISCAL

**ATA NÚMERO: 33**

Às 08:00 horas do dia 16 (Dezesseis) de novembro de 1976, em sua sede social, sita à Avenida Santa Terezinha, 2.049, Bairro Menino Deus, na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, reuniram-se Diretoria e Conselho Fiscal da empresa, para, tendo em vista disposições legais e estatutárias, homologar a emissão de ações integralizadas, num total de Cr\$ 138.920,00 (Cento e trinta e oito mil, novecentos e vinte cruzeiros); sendo Cr\$ .... 27.784,00 (Vinte e sete mil, setecentos e oitenta e quatro cruzeiros) em ações preferenciais com direito a voto e Cr\$ ..... 111.136,00 (Cento e onze mil, cento e trinta e seis cruzeiros), em ações preferenciais sem direito a voto, todas do valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, integralizadas através de Incentivos Fiscais do PROCAPE (ex-FUNDESC - Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina), de conformidade com o mapa liberatório de conferência de guias, emitido pela Contadoria Geral do Estado, e portanto a seguinte relação de acionistas que participam desta homologação: Nome do acionista - Número de ações preferenciais sem direito a voto - Número de ações preferenciais com direito a voto e valor em cruzeiros: Serraria Gramadense Ltda. 152 - 30 - 150,00; Serraria Jangada Ltda. 68 - 17 - 85,00; Serraria Jardim Ltda. 17.004 - 4.251 - 4.255,00; Serraria Luchese Ltda. 4.544 - 1.135 - 5.680,00; Serraria Santa Ana Ltda. 6.352 - 1.588 - 7.940,00; Serraria São João Ltda. ... 6.612 - 1.653 - 8.265,00; Sganzerla, Scherer & Cia. 3.100 - 865 - 4.325,00; Sibai - Serveteria Ltda. 912 - 220 - 1.140,00; Silvino Coradi, 1.544 - 386 - 1.930,00; Stobel & Filhos Ltda. 476 - 119 - 595,00; Tonetti & Cia. Ltda. 296 - 74 - 370,00; Transportes PSZ Ltda. 1.936 - 404 - 2.420,00; Uniponto - Gráfica e Editora Ltda. 3.704 - 926 - 4.630,00; Valdomiro Bortolini, 6.560 - 1.640 - 8.200,00; Vva. Wanda Veingaertner, 2.760 - 690 - ..... 3.450,00; Valdomiro Ceron & Cia. Ltda. 2.740 - 685 - 3.425,00; Werle & Cia. Ltda. 200 - 50 - 250,00; Wieser & Fichler Ltda. / 9.304 - 2.326 - 11.630,00; Zago Veículos Ltda. 28.660 - 7.165 - 35.825,00; Zamboni & Cia. Ltda. 13.852 - 3.463 - 17.315,00; assim o capital integralizado que era de Cr\$ 25.074.025,00 (Vinte e cinco milhões, setenta e quatro mil e vinte e cinco cruzeiros) passará a ser Cr\$ 25.212.945,00 (Vinte e cinco milhões, duzentos e doze mil e novecentos e quarenta e cinco cruzeiros). Estando vago um dos cargos de Diretor, com base no que estabelece o artigo 28º dos Estatutos Sociais, os demais Diretores, com a aprovação do Conselho Fiscal, nomeiam para concluir o mandato o acionista Sr. Ruy Klein Homich, brasileiro, casado, Técnico de Administração, Carteira de Identidade Profissional nº 1.018 - / CIMA, 3ª região, residindo à Rua Sete de Setembro, nº 66, nesta cidade de Joaçaba-SC, CPF nº 003.165.559/91, com os vencimentos do cargo. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelos senhores Diretores e membros efetivos do Conselho Fiscal: Joaçaba(SC), 16 de novembro de 1.976. Ass. Diretoria: Arthur Souza Warth, Kwang Chen Hsieh e Armando Giampaoi da Silva. / Conselheiros: Dr. Miguel Russovski, João De Marco e Zelindo Branco. Era o que continha o livro nº 01 de atas de Reunião da Diretoria, às folhas nº 40 a 41 do qual fielmente transcrevi a presente ata.

Joaçaba(SC), 16 de novembro de 1.976.

10730B24

*Arthur Souza Warth*  
Arthur Souza Warth - Diretor

ARQUIVADO SOB Nº 45166/76. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FLORIANÓPOLIS - DATA 30/...11.../76. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIDÃO - certidão que este documento foi arquivado sob número e data estampado mecanicamente. - Francisco Paulo Kacemolde - Secretário Geral.

CARLOS HOEPCKE S.A. - ADMINISTRAÇÃO, PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS - C.G.C. 82.835.414/0001-03

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Aos catorze dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e seis, às dezesseis horas, na sede social, à Rua Deodoro número dois, nesta capital, reuniram-se, em primeira convocação acionistas de Carlos Hoepcke S.A. - Administração, Participações e Empreendimentos, que representavam mais de um quarto do capital social, todo ele com direito de voto, como se verifica de suas assinaturas às folhas número cinco do livro de presença de acionistas, com as declarações exigidas no artigo noventa e dois do decreto-lei dois mil e seiscentos e vinte e sete, de vinte e seis de setembro de mil novecentos e quarenta. O senhor Presidente da sociedade, Dr. José Matusalém Comelli, na forma estatutária, assumiu a presidência da assembleia, convidando, a mim Tânia Mara Andretti, para secretária-ia. Constituída, assim, a mesa, o senhor Presidente declarou instalada a assembleia, que fora regularmente convocada, conforme anúncios publicados no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, números dez mil quinhentos e setenta e nove, dez mil quinhentos e oitenta e dez, dez mil quinhentos e oitenta e um, respectivamente, dos dias vinte e nove, trinta de setembro e primeiro de outubro do corrente ano e no jornal "O Estado", nos dias vinte e nove e trinta do mês de setembro e primeiro de outubro do corrente ano. O Senhor Presidente esclareceu que, tendo sido feitas as publicações referidas no artigo noventa e nove, da citada Lei que regula as Sociedades por ações, poderia a assembleia deliberar sobre a matéria constante da ordem do dia. Em seguida, por determinação do senhor Presidente, fez a leitura do Edital de convocação, do seguinte teor: "Carlos Hoepcke S.A. - Administração, Participações e Empreendimentos - C.G.C. Nº 82.835.414/0001-03 - Assembleia Geral Ordinária - Edital de convocação - São convidados os senhores acionistas desta sociedade, a se reunirem em assembleia Geral Ordinária, a realizar-se às 16 horas, do dia 14 de outubro de 1976, em sua sede social, à Rua Deodoro nº 2, nesta cidade, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1- Ratificação da deliberação da assembleia realizada em 10 de março do corrente ano que examinou, discutiu e votou o Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1975. 2- Ratificação da Eleição dos membros efetivos e respectivos suplentes do Conselho Fiscal e fixação de sua remuneração. 3- Outros Assuntos de interesse da sociedade. Florianópolis, 24 de setembro de 1976. José Matusalém Comelli - Diretor - Presidente". Passando ao primeiro item da ordem do dia, o senhor presidente determinou, o que fiz, a leitura do Relatório da Diretoria, do Balanço Geral, da Conta de Lucros e Perdas e do Parecer do Conselho Fiscal. Submetidos estes documentos a apreciação da assembleia, após devidamente examinados e discutidos, foram os mesmos postos em votação, sendo aprovados por unanimidade, abstendo-se de votar os legalmente impedidos. Passando ao segundo item da ordem do dia, o senhor presidente determinou a distribuição de cédulas para a eleição dos membros efetivos e respectivos suplentes do Conselho Fiscal. Recolhidas as cédulas e apurados os votos, constatou-se que foram reeleitos, para membros efetivos do Conselho Fiscal os senhores Arnaldo José Régis, Viriato Soares, e Irineu Comelli Junior e para membros suplentes, também reeleitos, os senhores, Ivo Gasparino da Silva, Heitor de Souza Lima e Norberto Cassenferth, decidindo a assembleia manter a remuneração do exercício anterior para os senhores conselheiros. Passando ao último item da ordem do dia, o senhor Presidente esclareceu que o lucro da sociedade, a disposição da assembleia geral era de R\$ 1.436.228,42, cuja destinação, submetida a exame, discussão e votação dos senhores acionistas. Discutida e examinada a matéria a assembleia decidiu, por unanimidade, Ratificar o deliberado na assembleia de dez de março do corrente ano, atribuindo dividendos de dez por cento ao ano, calculados sobre o capital efetivamente realizado, observada a forma pro rata tempore aos senhores acionistas, no montante de R\$ 816.666,68 (oitocentos e dezesseis mil, seiscentos e sessenta e seis cruzeiros e sessenta e oito centavos), atribuindo a quantia de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil cruzeiros) a título de gratificação à Diretoria e levando o saldo de R\$ 479.561,74 (Quatrocentos e setenta e nove mil, quinhentos e sessenta e um cruzeiros e setenta e quatro centavos) para a conta de Reserva para aumento de capital. Como ninguém mais quisesse usar da palavra, o senhor Presidente encerrou a folha de presença de acionistas e suspendeu a sessão pelo prazo necessário a lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida, achada conforme e aprovada, que vai devidamente assinada pelos acionistas presentes: Florianópolis, 14 de outubro de 1976 - Tânia Mara Andretti - Secretária. José Matusalém Comelli - Presidente. Aderbal Ramos da Silva, Ruth Hoepcke da Silva, Anita da Silva Grillo, Silvia Comelli, Francisco Arcanjo Grillo, João Baptista Bonnassis, Norma Scheidemantel Soares, Frederick Carl Franzke.

A presente é cópia autêntica da ata lavrada às folhas números, treze e quatorze do livro de atas de Assembleias Gerais. Florianópolis, 14 de outubro de 1976.

Tânia Mara Andretti - Secretária

0901/10

METALÚRGICA HOEPCKE S/A  
C.G.C. Nº 83.901.157/0001-05

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Aos catorze dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e seis, às catorze horas, na sede social, à Rua Henrique Valga número oito, nesta Capital, reuniram-se em primeira convocação, acionistas da Metalúrgica Hoepcke S/A, que representavam a totalidade do capital social, todo ele com direito a voto, como se verificou de suas assinaturas lançadas às folhas número oito, do livro de presença, com as declarações exigidas no artigo noventa e dois do decreto-lei número dois mil e seiscentos e vinte e sete, de vinte e seis de setembro de mil novecentos e quarenta. Assumiu a presidência da mesa o senhor doutor José Matusalém Comelli, diretor-presidente da sociedade, convidando a mim, Tânia Mara Andretti, para secretária-ia. Constituída assim, a mesa, o senhor presidente declarou instalada a assembleia regularmente convocada conforme edital publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, números dez mil quinhentos e setenta e oito, dez mil quinhentos e setenta e nove e dez mil quinhentos e oitenta, respectivamente, dos dias vinte e nove e trinta de setembro, do corrente ano, bem como no jornal "O Estado" nos dias vinte e cinco, vinte e seis e vinte e oito de setembro do corrente ano. Esclarecendo que foram cumpridas as determinações do artigo noventa e nove da lei que regula as sociedades por ações, e estando a assembleia em condições de deliberar sobre as matérias da ordem do dia, o senhor presidente determinou a leitura do edital de convocação, o que fiz e cujo teor era o seguinte: "Metalúrgica Hoepcke S.A. - C.G.C. Nº 83.901.157/0001-05 - Assembleia Geral Ordinária - Edital de convocação - São convidados os senhores acionistas desta sociedade a se reunirem em assembleia geral ordinária, a realizar-se às 14 horas do dia 14 de setembro de 1976, em sua sede social à Rua Henrique Valga nº 08, nesta cidade, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1- Apreciação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral, demonstrativo da conta de Lucros e Perdas e parecer do Conselho Fiscal relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1975. 2- Eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes e fixação da sua remuneração. 3- Outros assuntos de interesse da sociedade. Florianópolis, 24 de setembro de 1976. José Matusalém Comelli, Diretor Presidente". Após a leitura da ordem do dia, o senhor presidente determinou que fosse lidos o Relatório da Diretoria, o Balanço Geral, a Conta de Lucros e Perdas e o Parecer do Conselho Fiscal, o que fiz. Submetidos à discussão os documentos em apreço, bem como todos os atos praticados pela Diretoria e como nenhum dos presentes quizesse fazer uso da palavra, foram submetidos a votos e aprovados por unanimidade, abstendo-se de votar os legalmente impedidos. Em seguida o senhor presidente passando ao segundo item da ordem do dia, determinou a distribuição de cédulas aos acionistas para a eleição dos membros efetivos do Conselho Fiscal e respectivos suplentes. Realizada a eleição e apuração dos votos, verificou-se o seguinte resultado: para membros efetivos foram reeleitos os senhores João Eduardo Moritz, Arnaldo José Régis e Heitor de Souza Lima e para suplentes foram reeleitos os senhores Edgar Rutkoski, Nilton Hausmann e Irineu Comelli Junior. Foi deliberado unanimidade em manter a remuneração dos conselheiros, fixada para o exercício anterior. Passando ao último item da ordem do dia o senhor presidente franqueou a palavra aos acionistas presentes e como nenhum se manifestasse, suspendeu a reunião para a lavratura da presente ata, após o que foi reaberta a sessão, lida a ata, achada conforme e assinada por todos os presentes. Florianópolis, 14 de outubro de 1976. Tânia Mara Andretti - Secretária. José Matusalém Comelli - Presidente. Aderbal Ramos da Silva, Ruth Hoepcke da Silva, Anita da Silva Grillo, Silvia Comelli, Francisco Arcanjo Grillo, p/Carlos Hoepcke S/A - Administração, Participações e Empreendimentos: José Matusalém Comelli - Presidente.

A presente é cópia autêntica da ata lavrada às folhas números, dez e verso do livro de Atas de Assembleias Gerais. Florianópolis, 14 de outubro de 1976.

Tânia Mara Andretti - Secretária

0900/10

ARQUIVADO SOB Nº 45049/76. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FLORIANÓPOLIS - DATA 11/11/76. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIDÃO - certidão que este documento foi arquivado sob número e data estampado mecanicamente. - Francisco Paulo Katsenmoldel - Secretário Geral.

INCOBRASA CATARINENSE S/A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SOJA

CGC MF - 84.591.999/0001-80

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

REUNIÃO DE DIRETORIA EM CONJUNTO COM O CONSELHO FISCAL.

ATA NÚMERO 31

Às 9,00 hora do dia 15 (quinze) de setembro de 1976, em sua sede social, sita à Avenida Santa Terezinha, 2.049 Bairro Menino Deus, na cidade de Joazeiro, Estado de Santa Catarina, reuniram-se diretoria e conselho fiscal da empresa, para,

ARQUIVADO SOB Nº 45050/76. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FLORIANÓPOLIS - DATA 11/11/76. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIDÃO - certidão que este documento foi arquivado sob número e data estampado mecanicamente. - Francisco Paulo Katsenmoldel - Secretário Geral.

tendo em vista as disposições legais e estatutárias, homologar a emissão de ações integralizadas, num total de R\$ 714.295,00 (setecentos e quatorze mil duzentos e noventa e cinco cruzeiros), sendo R\$ 142.859,00 (cento e quarenta e dois mil oitocentos e cinquenta e nove cruzeiros) em ações preferenciais com direito a voto e R\$ 571.436,00 (quinhentos e setenta e um mil quatrocentos e trinta e seis cruzeiros) em ações preferenciais sem direito a voto, todas do valor nominal de R\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, integralizadas através de Incentivos Fiscais do PROCAPE (ex-FUNDEC - Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina), de conformidade com o mapa liberatório de conferência de guia, emitido pela contabilidade geral do Estado. É portanto a seguinte a relação de acionistas que participam desta homologação:

Nome do acionista - Número de ações preferenciais em direito a voto - Número de ações preferenciais com direito a voto e valor em cruzeiros: A. Bortolini & Cia. Ltda. 1.888 - 472 - ..... 2.360,00; A. Pas o & Cia. 17.656 - 4.414 - 22.070,00; Abílio Valcário Gollmann, 2.328 - 582 - 2.910,00; Achille Mieve an S/A Ind. e Com. 3.136 - 784 - 3.920,00; Adelino Pagliarin & Irmão Ltda. 4.612 - 1.153 - 5.765,00; Adílio Hilário Muttenberg, .... 2.956 - 739 - 3.695,00; Afon o Niel on & Cia. Ltda. 1.276 - 319 - 1.595,00; Alberto Gotthilf Sell, 2.520 - 730 - 3.250,00; Ali da Kluge, 340 - 85 - 425,00; Alvo Antônio Viganó & Cia. Ltda. / 3.472 - 868 - 4.340,00; Alzemi Tureck, 304 - 76 - 380,00; Alzerino Roza & Filhos Ltda. 40.500 - 10.125 - 50.625,00; Angelo Felchicher, 2.236 - 555 - 2.791,00; Anselmo Zanellato, 5.032 - 1.258 - 6.290,00; Antônio Grein & Irmão Ltda. 14.104 - 3.526 - 17.630,00; Antônio P. Capoani, 5.780 - 1.445 - 7.225,00; Antônio Sartori & Cia. Ltda. 7.840 - 1.560 - 9.400,00; Argenta Bonotto & Cia. Ltda. 9.204 - 2.301 - 11.505,00; Argea Vi ente / Crippa, 5.640 - 1.410 - 7.050,00; Arlindo Webber, 160 - 40 - .. 200,00; Armênio Araújo Bauermeister, 208 - 52 - 260,00; Armindo Antônio Fischer, 2.480 - 620 - 3.100,00; Armando Focheratto, .. 2.704 - 676 - 3.380,00; Arnaldo A. Rotta, 4.504 - 1.126 - ..... 5.630,00; Arthur Maria do Vale, 5.372 - 1.343 - 6.715,00; Auto Mecânica Luzerna Ltda. 3.576 - 854 - 4.430,00; Auto Harbo Ltda. 1.248 - 312 - 1.560,00; Auto Oficina Carlos Romeu Ltda. 7.274 - 1.806 - 9.080,00; Auto Peças Ltda. 3.312 - 828 - 4.140,00; Auto Tangará Ltda. 13.784 - 3.431 - 17.215,00; Ba eggio & Cia. Ltda. 1.788 - 447 - 2.235,00; Bebida: Campo Alegre Ltda. 256 - 74 - .. 330,00; Bebida: Ipiranga S/A. 5.516 - 1.379 - 6.895,00; Bortoloni & Cia. Ltda. 7.304 - 1.846 - 9.150,00; Bruno Knebel, 6.160 - 1.540 - 7.700,00; Caetano Branco S/A Ind. e Com. 20.180 - ..... 5.045 - 1.261,00; Caldato & Cia. Ltda. Ind. e Com. 4.360 - ..... 1.055 - 2.475,00; Carlo Evaldo Unterstell, 11.376 - 2.844 - .. 14.220,00; Casa Progresso Ltda. 1.220 - 480 - 1.700,00; Cecenel lo, Moro & Cia. Ltda. 8.228 - 2.058 - 10.286,00; Celso Gemelli, 552 - 148 - 700,00; Cerâmica Alvaro Vogt S/A. 2.040 - 512 - ... 2.550,00; Cerâmica P. o Ltda. 2.160 - 544 - 2.704,00; Chiribé Jandala Ltda. 2.164 - 541 - 2.705,00; Clementino Rara, 2.164 - 541 - 2.705,00; Cobaneta Ltda. 1.204 - 301 - 1.505,00; Comercial Catarinense Ltda. 4.276 - 1.069 - 5.345,00; Comercial / Celant Ltda. 4.048 - 1.012 - 5.060,00; Comercial Humaita Ltda. / 4.124 - 1.031 - 5.155,00; Comercial João de Gregori & Filho / Ltda. 1.144 - 286 - 1.430,00; Comercial Strapa oia Ltda. 2.804 - 701 - 3.505,00; Comercial do Tocido: Meneguzzi Ltda. 2.566 - 649 - 3.215,00; Comercial Trevo Ltda. 1.146 - 287 - 1.433,00; Comercial W. Fauth Ltda. 1.146 - 287 - 1.433,00; Comercial / Ltda. 2.080 - 520 - 2.600,00; Comercial Zamignan & Cia. Ltda. / 24.080 - 6.020 - 30.100,00; Comercial Zilio Ltda. 14.57 - ..... 3.643 - 918,00; Comércio, Indústria e Tran p. Diezau / Ltda. / 7.256 - 1.814 - 9.070,00; Comércio de Madeira do Sul Ltda. ... 2.544 - 636 - 3.180,00; Comércio e Representação: Ce te Ltda. / 1.288 - 322 - 1.610,00; Coradi & Cia. Ltda. 2.940 - 737 - ..... 3.678,00; Dionísio Jo é Dall'Oglio Ltda. 5.424 - 1.356 - ..... 6.780,00; E. Zanellato & Filho Ltda. 3.522 - 880 - 4.402,00; Edeltraut Weingaertner, 1.004 - 251 - 1.255,00; Eletro Bar Ltda 5.080 - 2.270 - 7.350,00; Empresa Gráfica Cruzeiro Ltda. 4.472 - 1.118 - 5.590,00; Equipian - Indústria Gráfica Ltda. 2.448 - 612 - 3.060,00; Erma - Engenharia e Comércio S/A. 2.760 - 2.190 - 4.950,00; Ermino Cavalete & Cia. Ltda. 4.000 - 1.000 - ..... 5.000,00; Ernesto Luiz Forta, 528 - 132 - 660,00; Ernesto Seger & Cia. Ltda. 12.650 - 3.163 - 15.813,00; Ervateira Regina / Ltda. 1.568 - 492 - 2.060,00; Esquadria Santa Catarina Ltda. / 3.148 - 787 - 3.935,00; Estofado: Cruzeiro Ltda. 1.222 - 303 - 1.525,00; Fábrica de Esquadria: Metálica Ltda. 6.426 - 1.607 - 8.033,00; Farmácia Sant'anna Ltda. 256 - 64 - 320,00; Ferrretti & Cia. Ltda. 17.808 - 4.477 - 22.285,00; Fontana & Cia. Ltda. / 1.336 - 334 - 1.670,00; Francisco Stoltz, 23.304 - 5.826 - .. 29.130,00; Gaspar Rank, 3.572 - 893 - 4.465,00; Gomez & Irmão Ltda. 2.108 - 527 - 2.635,00; Grando, Argenta & Cia. Ltda. .... 13.680 - 3.420 - 17.100,00; Guilherme Joaquim, 11.724 - 2.931 - 14.655,00; Iri. Keil Machado, 140 - 35 - 175,00; Linda ap Thri mo Ltda. 7.844 - 1.961 - 9.805,00; Muller & Cia. Ltda. 156 - 39 - 195,00; Nelson Spitzner, 200 - 50 - 250,00; O mar Alvin Mal lon, 476 - 119 - 595,00; Panificadora União, 4.596 - 1.149 - ... 5.745,00; Pa tificio "Fio de Ouro" Ltda. 2.308 - 577 - 2.885,00; Pedro Bernardo do Santo, 316 - 79 - 395,00; Pelli S/A. - co mércio e Indústria. 4.578 - 1.143 - 5.721,00; Restaurante e Churra Carla Guaciara Ltda. 4.004 - 1.001 - 5.005,00; Restaura te San Remo Ltda. 4.136 - 1.034 - 5.170,00; Serraria Bortolin / Ltda. 4.016 - 1.004 - 5.020,00; Serraria Zardo Ltda. 4.564 - .. 1.141 - 5.705,00; Sociedade Industrial e Comercial Sicol Ltda. / 4.524 - 1.131 - 5.655,00; Specht - Produto Alimentício Ltda. 6.056 - 1.514 - 7.570,00; Veronese & Bo cari Ltda. 2.212 - 553 - 2.765,00; Viacelli Boni on Com. e Representações Ltda. 4.440 - 1.110 - 5.550,00; Walter Belinconi & Cia. 25.048 - 6.262 - ..... 31.310,00; Werle & Cia. Ltda. 2.816 - 704 - 3.520,00; Zanatta & Cia. Ltda. 4.472 - 1.118 - 5.590,00; Zoldan & Cia. 11.304 - ...

2.826 - 14.130,00; assim o capital integralizado que era de R\$ 24.262.500,00 (vinte e quatro milhões, duzentos e sessenta e dois mil e quinhentos cruzeiros), passará a ser R\$ 24.976.795,00 (vinte e quatro milhões, novecentos e setenta e seis mil, setecentos e noventa e cinco cruzeiros). Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelos senhores Diretores e membros efetivos do Conselho Fiscal. Joaçaba(SC), 15 de setembro de 1.976. / Ass.: Armando Giampaoli da Silva, Ruy Klein Homrich, Arthur Souza Warth, Kwang Chen Hsieh, João de Marco, Miguel Russowski e Zelindo Branco. Era o que continha o livro nº 01 de Reuniões de Diretoria, às folhas 37 verso a 39.

Joaçaba(SC), 15 de setembro de 1.976.

10730-20

Ruy Klein Homrich - Diretor

ARQUIVADO SOB Nº 45164/76 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FLORIANÓPOLIS - DATA 30.11.76 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIDÃO - certifico que este documento foi arquivado sob número e data estampado mecanicamente. - Francisco Paulo Kacemoldel - Secretário Geral.

# INCORPORA CATORINENSE S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SOJA.

COC MF Nº 84.591.999/0001 - 80

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

## REUNIÃO DE DIRETORIA EM CONJUNTO COM O CONSELHO FISCAL

ATA Nº 32

As 11:00 horas do dia 13 (treze) de novembro de 1.976, em sua sede social, sita à Avenida Santa Terezinha, 2.049, Bairro Menino Deus, na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, reuniram-se Diretoria e Conselho Fiscal da empresa, para, tendo em vista disposições legais e estatutárias, homologar a emissão de ações integralizadas, num total de R\$ 97.230,00 (noventa e sete mil, duzentos e trinta cruzeiros); sendo R\$ 19.446,00 (dezenove mil, quatrocentos e quarenta e seis cruzeiros) em ações preferenciais com direito a voto e R\$ 77.784,00 (setenta e sete mil, setecentos e oitenta e quatro cruzeiros) em ações preferenciais sem direito a voto, todas do valor nominal de R\$ 1,00 (um cruzeiro) cada uma, integralizadas através de Incentivos Fiscais do PROCAPE (ex-FUNDESC - Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina), de conformidade com o mapa liberatório de conferência de guias, emitido pela Contabilidade Geral do Estado. É portanto a seguinte a relação de acionistas que participam desta homologação: Nome do acionista - Número de ações preferenciais em direito a voto - Número de ações preferenciais com direito a voto e valor em cruzeiros: Construtora Oeste - Engenharia Ind. e Com. Ltda. 1.660 - 415 - 2.075,00; Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. 1.736 - 434 - 2.170,00; Irmãos Peruzzo Ltda. 1.100 - 275 - 1.375,00; Joaçaba Auto Ltda. 12.440 - 3.110 - 15.550,00; Madekin S/A Ind. Com. e Agricultura, 27.404 - 6.851 - 34.255,00; Panificio Bel Pão Ltda. 1.240 - 310 - 1.550,00; Pasta Mecânica Vera Cruz Ltda. 240 - 60 - 300,00; Paulo Liebl & Filhos Ltda. 432 - 108 - 540,00; Pedro Bortoluzzi & Filhos Ltda. 2.760 - 690 - 3.450,00; Pedro Karpinski, 144 - 36 - 180,00; Pinho Catarinense Ltda. 6.284 - 1.571 - 7.855,00; R. G. Mattos, / 5.012 - 1.253 - 6.265,00; Rafael Oberdorfer, 3.640 - 910 - .... 4.550,00; S. Veiga Sobrinho, 904 - 226 - 1.130,00; Schiller & Weschenfelder Ltda. 1.112 - 278 - 1.390,00; Sella & Cia. Ltda. / 1.880 - 470 - 2.350,00; Serraria Cachoeira Ltda. 872 - 218 - .. 1.090,00; Serraria Esperança de Fernando Sari, 5.464 - 1.366 - / 6.830,00; Serraria e Armazém Tonal Ltda. 3.460 - 865 - ..... 4.325,00; assim o capital integralizado que era de R\$ ..... 24.976.795,00 (vinte e quatro milhões, novecentos e setenta e seis mil, setecentos e noventa e cinco cruzeiros), passará a ser de R\$ 25.074.025,00 (vinte e cinco milhões, setenta e quatro mil e vinte e cinco cruzeiros). Em prosseguimento à reunião o Diretor Ruy Klein Homrich deu conhecimento aos demais diretores e aos Srs. Conselheiros Fiscais da necessidade de seu desligamento da direção da firma, tendo em vista sua aposentadoria e a lei assim o exigir. A Diretoria e o Conselho aprovaram seu pedido de demissão, a partir desta data, lavrando-se um voto de louvor pelo trabalho que desenvolveu até hoje. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelos Senhores Diretores e membros efetivos do Conselho Fiscal. Joaçaba(SC), 13 de novembro de 1.976. Ass.: Diretoria: Arthur Souza Warth, Ruy Klein Homrich, Kwang Chen Hsieh e Armando Giampaoli da Silva. Conselheiros: Dr. Miguel Russowski, João de Marco e Zelindo Branco. Era o que continha o livro nº 01 de atas de Reunião da Diretoria, às folhas nº 39 a 40 do qual fielmente transcrevi a presente ata.

Joaçaba (SC), 13 de novembro de 1.976.

10730A29

Arthur Souza Warth - Diretor

ARQUIVADO SOB Nº 45265/76 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FLORIANÓPOLIS - DATA 30.11.76 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIDÃO - certifico que este documento foi arquivado sob número e data estampado mecanicamente. - Francisco Paulo Kacemoldel - Secretário Geral.

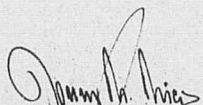
CASIMIRO SILVEIRA S.A. - IND. E COM.


C.O.C.M.F. 84.684.554/0001-45 — INSCR. EST. 25-018741-3

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e setenta e seis, em sua sede social, à rua Luiz Delino, nº 863, nesta cidade de Joinville (SC), reuniram-se em Assembléia Geral Ordinária, em primeira convocação, às 9 (nove) horas, os acionistas da empresa Casimiro Silveira S/A., Indústria e Comércio, representando número legal, segundo se apurou de suas assinaturas no "Livro de Presença de Acionistas". Verificando ter número legal para a instalação da assembléia e deliberação pelo plenário, assumiu a presidência, na ausência do Sr. Diretor Presidente, o seu substituto na forma estatutária, Sr. Rubin Rulte-Diretor Financeiro, que convidou a mim, Jonny Marcus Hiers, para secretariar os trabalhos, ficando dessa forma, legalmente constituída a mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a mim, secretário, que procedesse a leitura do Edital de Convocação, regularmente publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina - edições de 27, 30 e 31 de agosto de 1976, que incluía também o aviso referido no artigo 99 da Lei das Sociedades por Ações, do seguinte teor: "Casimiro Silveira S/A., Indústria e Comércio - I.C.O.C.I.F. nº 84504554/0001-45. Assembléia Geral Ordinária. Ficam os senhores acionistas convidados a comparecerem, no dia 30 de outubro de 1976, às 9 (nove) horas, na sede social do Casimiro Silveira S/A., Indústria e Comércio, à rua Luiz Delino, nº 863, na cidade de Joinville, neste Estado, para tratar da seguinte Ordem do Dia: 1ª) - Discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, Parecer do Conselho Fiscal, Balanço, Demonstração da Conta de Lucros e Perdas e Contas referentes ao exercício encerrado em 30 de junho de 1976. 2ª) - Eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal. 3ª) - Assuntos diversos de interesse social. Joinville, 17 de agosto de 1976. (Ass.) Curt Alvino Monich - Diretor Presidente. Nota: Achar-se à disposição dos senhores acionistas todos os documentos a que se refere o artigo 99 do Decreto-Lei nº 2627, de 26 de setembro de 1940". Solicitou então a palavra o acionista Sr. Werner Klein, que propôs fossem todos os documentos em foco aprovados, com a transferência do valor de CR\$-6.762.020,93 (seis milhões, setecentos e sessenta e dois mil, vinte e oito cruzeiros e noventa e três centavos), que representava o total da conta "Lado à Disposição da Assembléia", para a conta "Reserva para Aumento de Capital". Colada em discussão e votação, a referida proposta foi aprovada por unanimidade de votos, tendo se abstenido de votar os acionistas legalmente impedidos, de maneira que, conseqüentemente, foram as contas do balanço aprovadas sem restrições. Em seguida, o Sr. Presidente dirigiu-se aos acionistas e disse que, antes de se proceder a eleição da nova diretoria, ele cumpria o dever de comunicar à assembléia que, em carta dirigida aos seus colegas de diretoria, no 1º dia de junho de 1976, o Sr. Mercilio Fronza, apresentou a sua renúncia, em caráter irrevogável, ao cargo de Diretor Adjunto que vinha exercendo desde o ano de 1973. Prosseguindo, disse o Sr. Presidente que essa renúncia, dado o seu caráter de irrevogável, foi aceita pela diretoria, "ad referendum" da assembléia geral, razão porque a submetia à apreciação dos senhores acionistas. Como ninguém quizesse falar sobre a dita renúncia, foi a mesma posta em votação, verificando-se a sua aprovação. Passando ao item 2º da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente disse aos senhores acionistas, que deveriam proceder a eleição da Diretoria para o novo biênio e dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal para o próximo biênio. Apurados os resultados, constatou-se o seguinte: a) eleição de todos os atuais membros da Diretoria, com mandato para o próximo biênio. A atual diretoria ficará assim constituída: Diretor Presidente - Sr. Curt Alvino Monich, desquitado, industrial; Diretor Financeiro - Sr. Rubin Rulte, casado, industrial; Diretor Industrial - Sr. Lobin Afim Monich, casado, industrial; Diretor de Compras - Sr. Walter Lepper Gruhl, casado, industrial; Diretor Técnico - Sr. Casimiro Silveira Monich, casado, industrial; Diretor Secretário - Sra. Arlete Silveira Monich Fronza, casada, indus-

trial; Diretor Adjunto - (em acumulação de cargo) Sr. Curt Alvino Monich, desquitado, industrial; todos brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade. b) a eleição dos membros do Conselho Fiscal, para o próximo biênio e que permanecerá assim constituído: membros efetivos Sr. Harry Hermann, casado, economista; Sr. Minio Valtério König, casado, economista; Dr. Paulo Medeiros, casado, advogado; todos brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade. Membros suplentes - Klaus Eduardo Meyer, casado, industrial; Sr. José Enrique Carneiro de Loyola, casado, economista e o Sr. Eugênio Gonçalves da Luz, casado, comerciante; todos brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade. Terminados os trabalhos de eleição, a assembléia declarou empossados, como de fato empossados estão, todos os recém-eleitos e fixando a remuneração dos membros do Conselho Fiscal em CR\$-50,00 (cinquenta cruzeiros), para cada membro, por sessão a que comparecer. Logo após, havendo pedido a palavra e sendo-lhe a mesma concedida, o acionista Sr. Paula Swald, disse que, de conformidade com a autorização outorgada ao Sr. Diretor Presidente pelos senhores acionistas, anualmente, desde a Assembléia Geral Ordinária de 31 de agosto de 1962, os valores dos honorários da Diretoria, no exercício próximo findo, tinham sofrido variações dentro dos limites pré-fixados pela legislação do Imposto de Renda, para o que ora solicitava a devida ratificação da presente assembléia e a aprovação desse mesmo critério a ser adotado no exercício em curso. Não havendo contestação, foi a matéria posta em votação, abstenendo-se de votar os interessados, sendo aprovado, por unanimidade o critério usado, e com o que foi o Sr. Diretor Presidente autorizado a proceder da mesma forma no corrente exercício, sem prejuízo do disposto nos artigos 14º e 15º dos Estatutos da Sociedade e "ad-referendum" da próxima Assembléia Geral Ordinária. Sem que alguém ainda quizesse fazer uso da palavra e esgotada a matéria da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão e encerrada a lista de presenças, foi a presente ata, após lida em voz alta e discutida, aprovada e em seguida assinada por mim, secretário, e por todos os presentes, logo após o que o Sr. Presidente declarou encerrada a assembléia. Joinville, 30 de outubro de 1976. (Ass.) Jonny Marcus Hiers, Secretário; Rubin Rulte, Presidente; Rubin Rulte Lurière-Administração e Participações Ltda; Lobin Afim Monich; Curt Alvino Monich, p.p. Pedro Emílio Petry; Casimiro Silveira Monich, p.p. Pedro Emílio Petry; Pedro Emílio Petry; Werner Klein; Walter Lepper Gruhl; Paula Swald; Hilda Herna Monich; Eliana Petry. É cópia fiel da Ata que se acha transcrita no livro nº 3 das Assembléias Gerais desta sociedade, às fls. 90 a 92.

Joinville, 30 de outubro de 1976

  
JOHNNY MARCUS HIERS  
Secretário

  
RUBIN RULTE  
Presidente

10729-50

ARQUIVADO SOB Nº 45192/76 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FLORIANÓPOLIS - DATA 7.12.76 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIDÃO - certifico que este documento foi arquivado sob número e data estampado mecanicamente. - Francisco Paulo Kaesemoldel - Secretário Geral.

**HOTEL FISCHER S.A.**  
CGCMF Nº 83.116.079/0001-48 - REG. EMBRATUR Nº 444/SC  
BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SANTA CATARINA  
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL AUTORIZADO  
CAPITAL AUTORIZADO CR\$ 11.000.000,00  
CAPITAL SUBSCRITO CR\$ 6.825.325,00  
CAPITAL INTEGRALIZADO CR\$ 6.825.325,00

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 31 de outubro de 1976. Aos 31 (trinta e um) dias do mês de outubro de 1976, às 10:00 (dez) horas na sede social do Hotel Fischer S.A., nesta cidade de Balneário Camboriú, neste Estado, à Avenida Atlântica, nº 4.770, devidamente convocados por anúncios publicados no Diário Oficial de SC., nºs 10.597, 10.598 e 10.599, dos dias 25, 26 e 27 de outubro de 1976, e no jornal "O Estado" dos dias 22, 23 e 24 de outubro de 1976, reuniram-se, em primeira convocação, os acionistas da aludida sociedade para deliberarem, assuntos a que faz referência a ordem do dia constante da convocação adiante transcrita pelo "Livro de Presença", verificou-se que havia quorum legal para instalação e deliberação, pelo que o Sr. Klaus Max Ernesto Fischer, presidente da sociedade, convidado pelos demais presentes assumiu a presidência dos trabalhos, convidando-me para exercer as funções de secretária, ficando assim legalmente constituída a mesa. Declarando instalada a assembleia, o presidente determinou que se procedesse a leitura dos anúncios de convocação, o que fiz e que são do teor seguinte: Hotel Fischer S.A. - C.G.C.M.F. nº 83.116.079/0001-48 - sociedade anônima de capital autorizado - capital autorizado: CR\$ 11.000.000,00 - Capital Subscrito: CR\$ 6.825.325,00 - Capital Integralizado: CR\$ 6.825.325,00. Assembleia Geral Extraordinária: Edital de Convocação: Ficam convidados os senhores acionistas desta sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se às 10:00 (dez) horas do dia 31 de outubro de 1976, na sede da sociedade à Avenida Atlântica nº 4.770, em Balneário Camboriú, neste Estado, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) proposta de diretoria para reforma dos estatutos sociais, afim de adaptar as exigências da EMBRATUR e FISET-TURISMO; b) outros assuntos de interesse social. Balneário Camboriú, 21 de outubro de 1976. Ass. Hotel Fischer S.A. - Klaus M. E. Fischer - Diretor Presidente. Após a leitura, declarou o presidente que conforme menção expressa na ordem do dia, a presente assembleia tinha por fim dar conhecimento aos acionistas para sua consequente deliberação da proposta da diretoria, propondo a reforma dos estatutos sociais a fim de adaptar as exigências da EMBRATUR e FISET-TURISMO, já com parecer favorável do Conselho Fiscal, pelo que determinaria a leitura dos aludidos documentos, o que foi feito e que passo a transcrever: Proposta da Diretoria: Senhores Acionistas: a diretoria do Hotel Fischer S.A. a fim de atender exigências da EMBRATUR e FISET-TURISMO, e para poder receber o saldo existente de incentivos fiscais do FISET-TURISMO a necessidade de que sejam feitas as seguintes alterações estatutárias: Dar nova redação ao art. 5º e seus parágrafos primeiro e segundo, e criar um parágrafo terceiro a saber: Art. 5º: O capital autorizado da sociedade é de quantia de CR\$ 11.000.000,00 (onze milhões de cruzeiros), ficando representado por 11.000.000 (onze milhões) de ações no valor nominal de CR\$ 1,00 (hum cruzeiro) cada uma, das quais 6.080.000 (seis milhões e oitenta mil) são ações ordinárias ou comuns, nominativas, e 4.920.000 (quatro milhões, novecentos e vinte mil) são ações preferenciais nominativas, que serão classificadas entre classes "A" e "B". Parágrafo Primeiro: As ações preferenciais nominativas da classe "A" serão emitidas para representar o capital proveniente da captação de recursos de incentivos fiscais destinados ao turismo, substituído pelo Decreto Lei nº 55, de novembro de 1966 e legislação posterior pertinente, e serão intransferíveis, inconvertíveis e irresgatáveis pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de sua emissão. Parágrafo Segundo: As ações preferenciais nominativas da classe "B" serão subscritas com recursos do FISET-TURISMO, e gozarão das seguintes vantagens: a) Terão participação integral nos resultados das operações da sociedade ou empreendimentos beneficiários, em paridade de condições com as ações ordinárias, seja qual for a forma de distribuição dos referidos resultados, não sendo admitida nenhuma forma complementar de qualificação desses ações (§ 2º do art. 8º do Decreto Lei nº 1.376/74); b) Concorrerão em igualdade de condições com as ações ordinárias na capitalização de lucros, reservas e quaisquer outros valores capitalizáveis (letra "b" da inciso VI do art. 17 do Decreto Lei nº 1.439/75); c) Serão nominativas e intransferíveis pelo prazo de 4 (quatro) anos, art. 19 do Decreto Lei nº 1.376/74. Parágrafo Terceiro: Os acionistas terão direito a plena conversibilidade das ações ordinárias ou comuns e preferenciais que lhes pertencem, podendo converter as ações nominativas ou ao portador ou vice-versa, e a mudança de uma para outra espécie, após o término do prazo legal constante do presente estatuto, correndo as despesas da conversão por conta do acionista, até o limite de seu custo. Dar ao parágrafo primeiro do art. 9º nova redação a saber: Parágrafo Primeiro: A realização do capital subscrito deverá ser feita mediante a integralização, no ato, em moeda corrente nacional de no mínimo 15% (quinze por cento) do respectivo valor da subscrição e o saldo deverá ser realizado no prazo máximo de 12 (doze) meses. Eliminar o atual art. 10º e seus parágrafos primeiro e segundo, que em virtude desta eliminação os atuais arts. 11º, 12º, 13º e 14º passam a ser os arts. 10º, 11º, 12º e 13º, com a mesma redação. O atual art. 15º passa a ser o art. 14º, tendo sido dada nova redação a letra "b", ficando inalteradas as demais. Letra "b": Forma de colocação, por subscrição pública, particular ou atendimento às disposições do Decreto Lei nº 55/66 ou 1.191/71, ou FISET-TURISMO. Que o atual art. 16º passa a ser o art. 15º com nova redação a saber: Art. 15º: As ações são insusceptíveis perante a sociedade e cada ação ordinária dará direito a um voto nas assembleias gerais. E o parágrafo único atual do art. 16º passa a ser o art. 16º. Art. 16º: As ações preferenciais não

darão direito a voto, assim como as ordinárias em carteira, cujo voto ficará suspenso até sua recolocação no mercado. No art. 17º o parágrafo segundo fica eliminado. Que o art. 19º passa a ter a seguinte redação: Art. 19º: As ações, tanto ordinárias como preferenciais, poderão ser representadas por cédulas provisórias, observados os requisitos exigidos por lei, até que sejam emitidos os títulos definitivos. E os seus parágrafos primeiro e segundo permanecem inalterados. O art. 20º passa a ter a seguinte redação: Art. 20º: A sociedade será administrada por uma diretoria composta de 4 (quatro) membros, acionistas ou não, residentes no país, sendo um diretor-presidente, um diretor-superintendente, um diretor-gerente e um diretor-adjunto. O art. 23º passa a ter a seguinte redação: Art. 23º: No caso de ausência temporária do diretor-presidente, o cargo será exercido pelo diretor-superintendente ou diretor-gerente, e na ausência destes, pelo diretor-adjunto. Que o art. 27º passará a ter a seguinte redação: Art. 27º: É de competência exclusiva do diretor-superintendente, orientar a administração geral dos negócios sociais que sobre o ponto de vista técnico, quer comercial, e ainda assinar com o diretor-presidente documentos relativos à venda de bens imóveis da sociedade e substituir o diretor-presidente em seus impedimentos eventuais. Que o art. 28º e seu parágrafo único passa a ter a seguinte redação: Art. 28º: O diretor-gerente exercerá a função de auxiliar do diretor-presidente e superintendente na administração da sociedade e substituirá no caso de impedimentos e ausência temporária. Parágrafo Único: O diretor-adjunto exercerá a função de auxiliar de diretor-gerente e o substituirá nos seus impedimentos e ausências temporárias. Que o art. 38º passa a ter nova redação e os parágrafos primeiro, segundo e terceiro ficam eliminados, a saber: Art. 38º: A sociedade não poderá possibilitar que pessoas ou grupos de pessoas, mesmo que participantes de capital, usem ou gozem das facilidades ou serviços sem que haja o mesmo pagamento ou remuneração exigidos aos usuários em geral, assim como, não concederá qualquer tipo de compensação pelo não exercício de prerrogativas desta natureza. Aprovada a proposta acima, o estatuto passará a vigorar com estas alterações a serem incluídas no mesmo. Esta a proposta que tínhamos a apresentar a V. Sa. esperando que seja aprovada por ser de interesse da sociedade. Balneário Camboriú, 20 de outubro de 1976. Ass. Klaus Max Ernesto Fischer, Ondine Fischer e Darcy de Oliveira Gonçalves. A seguir foi lido o pronunciamento do Conselho Fiscal, cujo parecer foi o seguinte: Os abaixo assinados membros do Conselho Fiscal de Hotel Fischer S.A., tendo examinado a proposta de diretoria para alteração dos estatutos sociais, atendendo exigências da EMBRATUR e FISET-TURISMO, são de parecer favorável e recomendam a colenda Assembleia a sua homologação por ser de alto interesse social. Balneário Camboriú, 21 de outubro de 1976. Ass. Olívio Mafra Cardoso, João Nicolau Schmidt, Lauro Mussi. Finda a leitura, foi a matéria posta em discussão, tendo usado a palavra o acionista Lauro Martins, que após pequeno relato sobre a situação atual da empresa, congratulou-se com a atual diretoria pelo seu bom desempenho até a presente data. Ainda com a palavra o Sr. Lauro Martins sugeriu a colenda assembleia que para a eleição do cargo de diretor-superintendente fosse indicado o nome do Sr. Adolfo Fischer brasileiro naturalizado, casado, hotelero, CPF 121.719.139-91, carteira de identidade nº 4R-44178, residente e domiciliado à Avenida Atlântica, nº 4.770, Balneário Camboriú - SC, e que foi eleito por unanimidade dos acionistas presentes, tendo sido expressado imediatamente nos seus novos funções. Como ninguém mais quisesse usar da palavra o Sr. presidente encerrou a discussão e passou a fase deliberativa tendo a proposta sido aprovada por maioria de votos, abstenendo-se de votar os legalmente impedidos. Franqueada a palavra e como ninguém mais quisesse se manifestar, o presidente dando por encerrada a assembleia agradeceu o comparecimento de todos, determinando a seguir se lavrasse a presente Ata, suspendendo para isso a sessão pelo tempo necessário a lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, lida e aprovada a Ata, vai ela assinada pelo presidente, por mim secretária e pelos demais acionistas presentes, Senhores: Lauro Martins, Darcy de Oliveira Gonçalves, Adolfo Fischer, Ondine Fischer e Herte Fischer.

Balneário Camboriú, 31 de outubro de 1976.

KLAUS M. E. FISCHER  
DIRETOR - PRESIDENTE

*Renate Fischer*  
RENATE FISCHER  
SECRETÁRIA  
0689/10

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

Joacaba, 22 de novembro de 1976  
 Mario Gewehr- Diretor Superintendente  
 Severino Jose Pasqual -Diretor Presidente  
 Adelar Jose Gewehr- Diretor Comercial  
 Telismar Gewehr- Diretor Tesoureiro

A T I V O

<b>IMOBILIZADO</b>	
Predios, Veiculos, Maquinários, Imóveis, Móveis e Utensílios, Instalações e Cor- reção Monetária .....	3.014.898,06

DISPONIVEL 829.170,97

Participações em outras empresas e In-

REALIZAVEL  
Materia prima, Prod.acabados, embalagens,  
Merc. de revenda, Materia prima sec., de  
vadores diversos, clientes e Sal.familia

6.233.262,54

<u>COMPENSAÇÃO</u>	
Saldo de divs. contas .....	572.409,18
	11.015.536,81

**NAO EXIGIVEL**

Capital social, Reserva Legal, Reserva / Especial, Res. Dev.Duvidosos, Reavaliação do Ativo, Manut.Capital Giro, Depreciação	4.962.474,66
Lucro a disposição da Assembleia .....	

Financ. Bancários, T. Descontados, Fornecg  
decr. Credores Div. e Impostos a Recolh. 5.480.652,97

Saldo de divs. contas .....	572.409,18
	11.015.536,81

d é b í t o

DESPESAS GERAIS  
Impostos, Pro-labore, Im.de Renda, INPS,  
FGTS, PIS, Funrural, Desp. c/Financ., Co-  
missões, Despesas de Viagem, Rep. de Má-  
quinas, Combustíveis, Fretes, Salários, Ju-  
ros pagos, Telefone, Força e Luz

3.593.039,18

<u>RESERVAS</u>		
Fdo.Res. Legal, Dev.Duvidosos, Manut. Ca-		
pital de Giro, depreciações.....		506.345,86

Lucro a disposição da Assembléia .....	685.757,39
	4.785.142,43

RESULTADO DO EXERCÍCIO

RESULTADO DO EXERCÍCIO	
Lucro na conta mercadorias .....	4.613.562,51
Receitas Diversas (eventuais) .....	112.841,71
Reversão Fdo. p. Devedores Duvidosos .....	58.738,21
	<u>4.785.142,43</u>

Joazeiro, 30 de outubro de 1979

Adelar José Gewehr Nelson A. D'Agostini  
CPF 003153799 CPF 03649789-53

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal desta sociedade no desempenho de suas funções, reunidos, atestam que examinaram os documentos do Balanço Geral, Conta Lucros e Perdas, livros e demais documentos relativos ao exercício encerrado em 30 de outubro de 1976, e em virtude de sua extidão, não de parecer que referidas contas, merecem a aprovação dos signatários acionistas.

Joacaba, 22 de novembro de 1976

Boaventura Nunes Varella  
Ernesto J. Caliarì  
Osvaldo Orlando Finger

CQC:85,600.591/001-90

"ATA DA 18ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 01/11/76."

A primeira dia do mês de novembro de 1976, em sua sede social à rua Matos Costa, 345, em Porto União, Estado de Santa Catarina, às 19,00 horas, reuniram-se os Assesores Gerais Extraordinários e economistas de "LIGAS INTERSETEL S.A.", representando a totalidade do capital social, previamente convocados para esse fim. Assumiu a presidência o trabalho, por escusação, o Sr. Carlos Ewald Untertell, que convidou a mim, Ayrton Andrade Martins, para a função de secretário. Assim constituída a mesa, encareci ao Sr. Presidente ao iniciar a sessão, que deixassem ser publicados os autos da convocação, segundo faculte as normas em vigor, baixadas pelo Departamento dos Economistas e que a Diretoria Comercial, tendo em vista o comparecimento de unanimidade dos economistas e que a ordem do dia já era do conhecimento de todos os presentes, ouje se faça o seguinte: I - ordeno do dia já era do conhecimento de todos os presentes, ouje se faça o seguinte: II - ORDENAMENTO DE CARDO NA DIRETORIA. III - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE SOCIAL. Devidamente cumprido o item I - da ordem do dia, foram reconduzidos aos cargos de Diretor Comercial e Diretor Técnico, por voto unânime para o mandato de 31 de março de 1977, com os mesmos até o mandato atual da Diretoria e se encerrar em 31 de março de 1977, com os mesmos sem honorários que vinham percebendo quando de suas delegações, podendo os mesmos serem alterados, tendo em vista o que faculte a decisão da Assembleia Geral Ordinária de 15 de maio de fevereiro de 1966. Para Diretor Comercial o Sr. ALCEU DE ANDRADE MARTINS, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Porto União, Estado de Santa Catarina, portador do título de eleitor nr. 20922, de 33º zona eleitoral-PR.; Para Diretor Técnico o Sr. AMADEU BENGHI, brasileiro, casado, residente e domiciliado em União de Vitória, Estado do Paraná, portador do título de eleitor nr. 585, 33ª zona eleitoral-PR. Passando ao item II, completando a ordem do dia, na falta de assunto em pauta o Sr. Presidente deixou livre a palavra, para quem dela quisesse fazer uso. Finalmente, nada mais tendo a tratar, foi a sessão suspensa pelo tempo necessário, para a lavratura de ata, que depois de lida e achada conforme, é aprovada e assinada por todos os presentes. Porto União, 01 de novembro de 1976. (Ass.) Carlos Ewald Untertell, Alceu de Andrade Martins, Ayrton Andrade Martins, Amadeu Benghi, Luísa Untertell, Carlos Untertell Junior, João Guilherme Untertell. A presente ata é cópia fiel do que se acha transcrito no livro próprio nr.1 da sociedade, às folhas 051-----

Porto União, 01. de novembro de 1976.

CARLOS EVALDO UNTERSTELL  
Presidente

ARQUIVADO SOB Nº 41.144 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA — FLORIANÓPOLIS — DATA 24 / 11 / 72 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIDÃO — certifico que este documento foi arquivado sob número e data estampado mecanicamente. — Francisco Paulo Kacemoldel — Secretário Geral.

COC : 85.600.591/0001-90

"ATA DA 10ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADO NO DIA 30/10/76."

Aos trinta dias do mês de outubro de 1976, às 14,00 Horas, em sua sede social, a Rua Matos Costa, 345, em Porto União, Estado de Santa Catarina, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os Acionistas de "LOWAS UNISTARTELL S.A.", representando a totalidade do Capital Social. Assumindo a presidência o Sr. Carlos Ewald Unterstell, que convidou a min Ayrton Andrade Martins, para Secretário, ficando assim, constituída a mesa. A seguir, declarou o Sr. Presidente instalada a assembléia, determinando, assim, secretário, que procedesse à leitura do Edital de Convocação, o qual deixou de ser publicado na Imprensa Local e no "Diário Oficial" do Estado, segundo consulto a no va Norma baixada pelo Departamento Nacional de Registro Comercial, tendo em vista o comparecimento da unanimidade dos acionistas, e que o Orden do Dia já era do conhecimento de todos os presentes, era a seguinte: I - Apreciação do pedido de renúncia dos Diretores. II - Outros assuntos de interesse social. Dando sequência aos trabalhos, o Sr. Presidente colocou em discussão o item I - Apreciação do pedido de renúncia de Diretores. Com a palavra o Sr. Aloeu de Andrade Martins, Diretor Comercial da sociedade, apresentou o pedido de renúncia do cargo que ocupa para fins de aposentadoria pelo Instituto Nacional de Previdência Social. Com a palavra o Sr. Amedeu Benghi, diretor Técnico da sociedade, também apresentou o pedido de renúncia do cargo a que ocupa, para fins de aposentadoria pelo mesmo Instituto Nacional de Previdência Social. Discutida a matéria os presentes acataram a renúncia dos diretores acima mencionados e o seu desligamento na presente data de 30 de outubro de 1976. Passando ao item II - O Sr. Presidente propôs que os cargos de Diretor Comercial e de Diretor Técnico, fossem preenchidos por ocasião de próxima Assembleia Geral Extraordinária. Colocada esta proposta em discussão, com a natural abstenção dos diretores interessados, verificou-se a aprovação unânime de mesma. Prosseguindo a Ordem do dia e como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra em outros assuntos de interesse social, o senhor presidente deu por encerrados os trabalhos da presente assembléia, da qual eu, Ayrton Andrade Martins, Lavrei a Presente ata, que lida e lida e lida conforme, assinando, como os demais acionistas. - Porto União, 30 de outubro de 1976. (Ass.) Carlos Ewald Unterstell, Aloeu de Andrade Martins, Ayrton Andrade Martins, Carlos Unterstell Junior, Amedeu Benghi, Luis Unterstell, João Guilherme Unterstell. A presente Ata é de lavra do Secretário no livro próprio nr. 1 da sociedade, às folhas 050.-----

Porto União, 30 de outubro de 1976.

CARLOS EWALDO UNTERSTELL

Presidento

AYRTON ANDRADE MARTINS

Secret 10

ARQUIVADO SOB Nº 45122/78 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA — FLORIANÓPOLIS — DATA 23/11...../78..... JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIDÃO — certifique que este documento foi arquivado sob número e data estampado mecanicamente. — Francisco Paulo Kaesemaldel — Secretário Geral.

## INSTITUTO DE AUDIÇÃO E TERAPIA DA LINGUAGEM

(I. A. T. E. L.)  
 EDUCAÇÃO E REEDUCAÇÃO DE DEFICIENTES DE COMUNICAÇÃO  
 Reconhecida de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 938 de 6/1/70 e Lei Estadual nº 4.444 de 7/6/70  
 Registrado no Conselho Nacional de Serviço Social do MEC sob nº 232.944/70  
 C.G.C.M.F. Nº 83.875.534/0001-71  
 Rua General Bittencourt, 128 — Caixa Postal, 656  
 FLORIANÓPOLIS — SANTA CATARINA

## BALANÇO SEMESTRAL ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 1976

ATIVO		
<b>DISPONÍVEL</b>		
Caixa	2.239,77	
Banco Conta Movimento	3.749,74	
Cedente de Pagamento	418,00	6.407,51
<b>IMOBILIZADO</b>		
Móveis e Utensílios	67.056,42	
Biblioteca	2.663,20	
Instalações Telefônicas	1.712,40	71.431,02
<b>PENDENTES</b>		
Prejuízo do 1º Semestre	129.124,84	129.124,84
Total do Ativo		206.983,37
<b>PASSIVO</b>		
<b>NÃO EXIGÍVEL</b>		
Patrimônio	3.586,20	3.586,20
<b>EXIGÍVEL</b>		
Contas Correntes	440,64	
I.N.P.S. a Recolher	14.464,20	
F.G.T.S. a Recolher	5.387,71	
Imposto Sindical a Recolher	398,95	
Títulos a Pagar	45.000,00	65.691,50
<b>PENDENTES</b>		
IATEL - Conta Resultado	137.685,67	137.685,67
Total do Passivo		206.983,37

Importa o presente Balanço, ATIVO e PASSIVO, em duzentos e seis mil novecentos e sessenta e três cruzeiros e trinta e sete centavos.

Florianópolis, 30 de Junho de 1976.

*Anna Baniaro*  
 p/ CRENÍDE RODRIGUES CAMPELLI  
 Diretora em Exercício

*JOÃO LUIZ AUGUSTO DE MOURA FERRO*  
 Tec. Cont. 824/82

## ADMINISTRATIVO DA CONTA DE RECEITAS E DESPESAS

<b>DIVERSOS</b>		
<b>RECEITAS E DESPESAS</b>		
Valor que se transfere para encerramento destas contas.		
<b>CONTRIBUIÇÕES DE ALUNOS</b>	53.535,00	
<b>CONTRIBUIÇÕES DE SÓCIOS</b>	1.800,00	55.335,00
<b>LUCROS E PERDAS</b>		129.124,84
<b>TOTAL</b>		184.459,84
<b>RECEITAS E DESPESAS</b>		
<b>DIVERSOS</b>		
Valor que se transfere para encerramento destas contas.		
Pessoal de Escritório	26.013,94	
Pessoal Técnico	31.500,00	
Professores Contratados	25.320,00	
Gratificação do Pessoal	35.061,36	
Fundo de Garantia	5.387,71	
Previdência Social	22.202,79	
Material de Escritório	3.370,32	
Água, Luz	1.812,53	
Consertos e Reparos	395,00	
Despesas de Viagens	6.266,90	
Despesas de Cozinha	4.684,10	
Despesas Diversas	2.059,03	
Despesas Bancárias	1.465,00	
PIB	357,25	
Comunicação	2.982,23	
Aluguel	14.100,00	
Multas e Juros	1.551,68	184.459,84

Importa a presente Demonstração em cento e oitenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e nove cruzeiros e oitenta e quatro centavos.

Florianópolis, 30 de Junho de 1976.

*Anna Baniaro*  
 p/ CRENÍDE RODRIGUES CAMPELLI  
 Diretora em Exercício

*JOÃO LUIZ AUGUSTO DE MOURA FERRO*  
 Tec. Cont. 824/82

ESTALEIROS ARATACA S.A.  
 C.G.C. Nº 83.875.534/0001

## ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Aos catorze dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e seis, às dez horas, na sede social, à rua Almirante Lamego número trezentos e dez, nesta Capital, reuniram-se, em primeira convocação, acionistas de Estaleiros Arataca S.A., que representavam mais de um quarto do capital social, todo ele com direito de voto, com as declarações exigidas no artigo noventa e dois, do decreto-lei dois mil seiscentos e vinte e sete, de vinte e seis de setembro de mil novecentos e quarenta e sete, por aclamação os senhores acionistas elegeram o Dr. Aderbal Ramos da Silva para presidir a assembleia, o qual, em aceitando, convidou, a mim, Tânia Mara Andretti, para secretária-la. Constituída, assim, a mesa, o senhor presidente declarou instalada a Assembleia, regularmente convocada, conforme anúncios 7 publicados no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, número dez mil quinhentos e setenta e nove, dez mil quinhentos e oitenta e dez mil quinhentos e oitenta e um, respectivamente de vinte e nove e trinta de setembro e primeiro de outubro do corrente ano, e no jornal "O Estado" nos dias vinte e cinco, vinte e seis e vinte e sete de setembro do corrente ano, informando aos senhores acionistas que haviam sido feitas as publicações determinadas pelo artigo noventa e nove, da lei que regula as sociedades por ações, podendo a assembleia deliberar sobre a matéria constante da ordem do dia. Em seguida, procedeu-se a leitura do edital de convocação, cujo teor é o seguinte: "Estaleiros Arataca S.A. - C.G.C. Nº 83.875.534/0001 - Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação - São convidados os senhores acionistas desta sociedade a se reunirem em assembleia geral ordinária, a realizar-se às 10 horas do dia 14 de outubro de 1976, em sua sede social à rua Almirante Lamego nº 310, nesta cidade, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1- Apreciação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral, demonstrativo da Conta de Lucros e Perdas e parecer do Conselho Fiscal, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1975. 2- Eleição da Diretoria, Eleição do Conselho Consultivo, do Conselho Fiscal, bem como fixação da sua remuneração. 3- Outros assuntos de interesse da sociedade. Florianópolis, 24 de setembro de 1976. - Joel Lange - Diretor-Gerente". Passando ao primeiro item da ordem do dia, o senhor presidente determinou que fosse lido o Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, o que fez. Submetidos estes documentos à apreciação dos senhores acionistas, após devidamente examinados e discutidos, foram, os mesmos, postos em votação, sendo aprovados por unanimidade, abstendo-se de votar os legalmente impedidos. Passando ao segundo item da ordem do dia o senhor presidente determinou a distribuição de cédulas para a eleição de diretores e conselheiros fiscais e conselheiros consultivos. Recolhidas as cédulas e apurados os votos constatou-se o seguinte resultado: para diretor-gerente e diretor-técnico foram reeleitos, respectivamente, os senhores Joel Lange e Érico Goettmann, para membros efetivos do Conselho Consultivo foram reeleitos os senhores Aderbal Ramos da Silva, João Eduardo Moritz e Arnaldo José Régis, para membros efetivos do conselho fiscal foram reeleitos os senhores Norberto Cassenferth, Nilton Hausmann e Irineu Comelli Junior e para suplentes, os senhores, também reeleitos, Roberto Mario Schramm, Edgar Rytkoski e João Baptista Bonpassis, decidindo, ainda, a assembleia manter os mesmos honorários do exercício anterior para todos os reeleitos. Passando ao último item da ordem do dia o senhor presidente encerrou a folha de presença de acionistas e suspendeu a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reaberta a sessão a ata foi lida, achada conforme e aprovada, indo assinada por todos os acionistas presentes. Florianópolis, 14 de outubro de 1976. - Tânia Mara Andretti - Secretária. Aderbal Ramos da Silva - Presidente. Anita da Silva Grillo. Silvia Comelli, Francisco Arcanjo Grillo, João Baptista Bonpassis. A presente é cópia fiel da ata lavrada às folhas trinta e nove e verso do livro de Atas de Assembleias Gerais. Florianópolis, 14 de outubro de 1976.

0899/10

Tânia Mara Andretti - Secretária  
 ARQUIVADO SOB Nº 45057/76. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FLORIANÓPOLIS - DATA 11/11/76. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIDÃO - certifico que este documento foi arquivado sob número e data estampado mecanicamente. - Francisco Paulo Kaesemodel - Secretário Geral.

## CERTIDÃO

Certifico em virtude de despacho do Sr. Presidente da Junta Comercial, exarado ao requerimento sob número, (746) datado do dia (23) vinte e três de novembro de 1.976; da MADEPINHO SEGURADORA S/A. com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, que dos documentos Registrados e arquivados nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina consta o arquivamento da Ata da Diretoria nº 114 da MADEPINHO SEGURADORA S/A. com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e da qual consta a nomeação do Sr. Luiz Augusto de Moura Ferro, como Gerente da Sucursal que se instala em Florianópolis, Estado de Santa Catarina. ARQUIVADA sob nº 45.023/76 em sessão do dia (09) nove de novembro de 1.976. É o que há com relação ao pedido do suplicante pelo que eu, FRANCISCO PAULO KAESEMODEL, Secretário Geral da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, mandei ditilogar a presente Certidão, que conferi, subscreevi e assino aos (25) vinte e cinco dias do mês de novembro de 1.976. SECRETARIA DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA EM FLORIANÓPOLIS, 25 de novembro de 1.976. FRANCISCO PAULO KAESEMODEL, Secretário Geral da JUCESC.///

0894/10

“EMBRACO-EMPRESA BRASILEIRA DE CONSTRUÇÕES S.A.”

INSCRIÇÃO NO CGCMF NR. 83.118.703/0001

BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SANTA CATARINA

RELATÓRIO DA DIRETORIA

SENHORES ACIONISTAS:

De conformidade com as determinações legais vigentes, temos o prazer de apresentar e submeter à sua apreciação o Balanço Geral e a Demonstração de Resultados, que possibilitam a fiel análise da situação econômico-financeira de nossa empresa e dos resultados de suas atividades no exercício social de 1975/1976.

Mantemo-nos, contudo, à inteira disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que forem julgados necessários.

Balneário Camboriú, em 04 de Outubro de 1976.

*W. Nicolau*  
Washington Nicolau  
Diretor-Presidente

*Vera Werner Nicolau*  
Vera Werner Nicolau  
Diretor-Vice-Presidente

*W. Nicolau*  
Washington Nicolau  
Diretor-Presidente

*Luiz de O. Teixeira*  
Luiz de O. Teixeira  
Diretor-Gerente

*Egag Mund*  
Egag Mund  
Contador CRCSC. 1182

*Vera Werner Nicolau*  
Vera Werner Nicolau  
Diretor-Vice-Presidente

*Jurandir Knabben*  
Jurandir Knabben  
Diretor-Técnico

DEMONSTRAÇÃO DO "ATIVO E PASSIVO" EM 30 DE JUNHO DE 1976

"ATIVO"

1. DISPONÍVEL			
1.1. Caixa	30.246,23		
1.2. Bancos Conta Movimento	644.252,85	674.499,08	
2. REALIZÁVEL A CURTO PRAZO			
2.1. Débitos			
De Obras Por Empreitada	1.719.141,00		
De Incorporação Imóveis	194.706,20		
De Vendas de Imóveis	11.006.473,25		
- Duplicatas e Títulos Descontados	1.818.685,90	11.101.634,55	
2.2. Imóveis à Comercializar e Estoques			
Terrenos Comercializar	11.495.232,80		
Imóveis Concluídos	575.055,76		
Depósito de Materiais	1.439.069,72	13.509.358,08	
2.3. Títulos e Valores Mobiliários		3.897.811,00	
2.4. Aplicações e Retenções - Compulsórias			
2.5. Débitos Diversos	808.395,14	29.317.198,77	
3. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
3.1. Débitos		12.526.892,72	
De Vendas de Imóveis			
4. IMOBILIZADO			
4.1. Imobilizações Técnicas			
Valor Histórico	4.195.249,01		
+ Correção Monetária	418.004,89	4.613.253,90	
4.2. Imobilizações Financeiras			
Aplicação de Incentivos Fiscais	63.984,00		
Outras Imobilizações Financeiras	1.152,00	65.136,00	4.678.389,90
5. RESULTADO PENDENTE			
5.1. Custos e Despesas Diferidas			
Custo de Construção de Imóveis Vendidos		13.847.034,73	
6. CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
6.1. Contratos de Financiamentos		917.163,72	
6.2. Valores de Terceiros em Garantia		1.500,00	
6.3. Valores em Poder de Terceiros	3.020.312,20	3.938.975,92	
		64.982.991,12	

"PASSIVO"

1. EXIGÍVEL A CURTO PRAZO			
1.1. Fornecedores	2.550.084,51		
1.2. Tributos e Contribuições Sociais	1.856,56		
1.3. Créditos de Financiamentos	92.127,37	2.644.068,44	
2. EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
2.1. Créditos de Financiamentos	12.620.484,65		
2.2. Créditos de Sócios ou Acionistas	1.171.967,00		
2.3. Outros Créditos	789.750,18	14.582.201,83	
3. NÃO EXIGÍVEL			
3.1. Capital Realizado	5.000.000,00		
3.2. Fundo Correção Monetária		1.940,70	
3.3. Reservas Legais			
Reserva Legal (DL 2627/40)	137.660,21		
Reserva p/Manutenção - Capital de Giro	1.025,65	138.685,86	
3.4. Reservas Estatutárias			
Fundo Depreciação	201.863,75		

3.5. Reservas Livres	1.653,06		
Reserva Especial	4.639,83	6.292,89	
Aumento Capital		704.075,13	6.052.858,33
3.6. Lucros Em Suspensão			
4. RESULTADO PENDENTE			
4.1. Receita Diferida de Incorporação de Imóveis			37.764.886,60
5. CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
5.1. Financiamentos Contratados		917.163,72	
5.2. Valores de Terceiros em Garantia		1.500,00	
5.3. Valores em Poder de Terceiros	3.020.312,20	3.938.975,92	
		64.982.991,12	

Balneário Camboriú, em 30 de Junho de 1976.

*W. Nicolau*  
Washington Nicolau  
Diretor-Presidente

*Luiz de O. Teixeira*  
Luiz de O. Teixeira  
Diretor-Gerente

*Egag Mund*  
Egag Mund  
Contador CRCSC. 1182

*Vera Werner Nicolau*  
Vera Werner Nicolau  
Diretor-Vice-Presidente

*Jurandir Knabben*  
Jurandir Knabben  
Diretor-Técnico

"DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS"

1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
1.1. Receita de Vendas de Imóveis			3.573.255,94
2. CUSTOS OPERACIONAIS			
2.1. Custo de Imóveis Vendidos			2.790.448,13
3. LUCRO BRUTO			782.807,81
4. DESPESAS GERAIS			
4.1. Despesas Administrativas	2.157.999,59		
4.2. Despesas Com Vendas	135.520,50		
4.3. Despesas Financeiras	804.375,08		
4.4. Despesas Tributárias	148.612,38	3.246.507,55	
5. PREJUÍZO OPERACIONAL			2.463.699,74
6. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS			3.167.774,87
7. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			704.075,13

Balneário Camboriú, em 30 de Junho de 1976.

*W. Nicolau*  
Washington Nicolau  
Diretor-Presidente

*Luiz de O. Teixeira*  
Luiz de O. Teixeira  
Diretor-Gerente

*Egag Mund*  
Egag Mund  
Contador CRCSC. 1182

*Vera Werner Nicolau*  
Vera Werner Nicolau  
Diretor-Vice-Presidente

*Jurandir Knabben*  
Jurandir Knabben  
Diretor-Técnico

"PARECER DO CONSELHO FISCAL"

Os membros do Conselho Fiscal da "EMBRACO-EMPRESA BRASILEIRA DE CONSTRUÇÕES S.A.", reunidos para tomarem conhecimento do Balanço Geral, da Demonstração de Resultados e demais contas relativas ao exercício social encerrado em 30 de Junho de 1976, depois de constatarem em tudo a mais perfeita ordem e exatidão, são de parecer que referidos documentos merecem a aprovação da assembléia geral.

Balneário Camboriú, em 04 de Outubro de 1976.

Atilio Lira

José Rodrigues Soares

Eurico Krobek

10704-100

FLORESTAL BATTISTELLA S. A. "FLOBASA"

LAGES - SANTA CATARINA

CGC (MF) Nº 84 958 347/0001-31

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

C O N V O C A Ç Ã O

São convocados os senhores acionistas desta Sociedade para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, em sua sede social, à BR 116, KM 352, Distrito Industrial, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, às dezessete horas do dia 13 de dezembro de 1976, a fim de tratarem sobre a seguinte

O R D E M D O D I A:

- 1ª) Apreciação, deliberação e aprovação da Proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho Fiscal, para aumento do limite do Capital Autorizado de Cr\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de cruzeiros) para Cr\$ 72.000.000,00 (setenta e dois milhões de cruzeiros), da seguinte maneira:
  - a) Ações Ordinárias Nominativas, Cr\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de cruzeiros) e
  - b) Ações preferenciais Nominativas, Cr\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de cruzeiros);
- 2ª) Conseqüente alteração do artigo 4º dos Estatutos Sociais;
- 3ª) Outros assuntos de interesse social.

Lages, 30 de novembro de 1976

*Floral B. Battistella S.A. - "FLOBASA"*  
*Emiliana Battistella*  
 EMILIANA BATTISTELLA - Dir. Presidente  
 C.F. 001967109

10609-5

GRUBBA TEXTIL S/A.-

C.G.C. nº 84.684.133/0001-14

ASSEMBLÉIA GERAL  
EXTRAORDINÁRIA

São convidados os Srs. acionistas desta sociedade para se reunirem em assembléia geral extraordinária, no dia 10 de dezembro de 1976, pelas 10 (dez) horas, em sua sede social, à Rua Otto Boehm, 1.009, nesta cidade, para deliberarem sobre a seguinte

O R D E M D O D I A

- 1ª - Aumento do capital social, mediante a incorporação de reservas do Fundo de Correção Monetária, Fundo de Ações Bonificadas, Fundo de Manutenção do Capital de Giro Próprio e Fundo para Aumento de Capital.
- 2ª - Alteração parcial dos estatutos sociais.
- 3ª - Assuntos diversos.

Joinville, 23 de novembro de 1976

*Lauro, Emilio Grubba*  
 Lauro, Emilio Grubba - Diretor Presidente

0845/5



comcap

CGC/MF - 82 511 825/0001 - 35

AVISO

Exploração de Bares e Sanitários Públicos na Praça Abdon Batista (Saco dos Limões) e no Terminal de Ônibus Urbano da Rua Francisco Tolentino.

A COMCAP torna público que se acha aberta nesta Empresa, licitação para seleção de Permissionária para exploração de Bares e Sanitários Públicos em prédios edificadas sobre a Praça Abdon Batista, no bairro de Saco dos Limões e no Terminal de Ônibus Urbano na Rua Francisco Tolentino. Os interessados deverão apresentar os respectivos documentos e propostas até o dia 23 (vinte e três) de dezembro de 1976, às 11 (onze) horas, à Rua Nereu Ramos, 13, ocasião em que serão abertos. As "normas gerais" desta licitação, poderão ser retiradas no endereço citado mediante o pagamento da quantia de Cr\$250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros).

Florianópolis, 03 de dezembro de 1976.

- A DIRETORIA -

10589-1



TELESC

Telecomunicações de Santa Catarina S.A.

EDITAL DE ALIENAÇÃO 004/76

A TELECOMUNICAÇÕES DE SANTA CATARINA S/A- TELESC, estabelecida à Avenida Madre Benvenuta nº 500 - Itacorubi - Florianópolis- SC, inscrita no C.G.C. do Ministério da Fazenda sob o nº 83.897.223/001-20 e Inscrição Estadual número 250.427648, torna público para conhecimento dos interessados, que receberá propostas para a compra de Bens Inservíveis (Linhas Físicas em pó) compostas de Postes de Trilho e Fios de Cobre, até o dia 15.12.76, às 15:00 horas.

O Edital e maiores esclarecimentos poderão ser obtidos na Divisão de Compras da TELESC, no endereço acima, ou pelo telefone 33-0081.

10625-1

AUTO MECANICA ALFREDO BREITKOPF S/A.-CGCMF 82.637.513/0001-72

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIACONVOCACÃO

São convidados os senhores acionistas desta sociedade, para se reunirem em assembléia geral extraordinária, a realizar-se às 14 (catorze) horas do dia 20 de dezembro de 1976, na sede social, à rua 15 de novembro, 44, nesta cidade, para deliberarem sobre a seguinte

O R D E M D O D I A

- 1)- Homologação do aumento de capital de Cr\$ 8.200.000,00 (oito milhões e duzentos mil cruzeiros) para Cr\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil cruzeiros), autorizado pela Assembléia Geral Extraordinária de 29 de setembro de 1976.
- 2)- Alteração parcial do Estatuto Social.

Blumenau, 29 de novembro de 1976.

*Heinz Breitkopf*  
 Heinz Breitkopf - Dir. Superint.

0848/5

EXTRAVIO DE DOCUMENTOS

Maria de Lourdes Martins, declara que extraviou seu Diploma de Professora Primário expedido no ano de 1973, pelo Colégio Normal Governador Ivo Silveira, cidade de Palhoça, Registrado no MEC, sob No. 5.853, livro 38, Folhas 148, em 11-10-74.

Florianópolis, 02 de Dezembro de 1976.

*Maria de Lourdes Martins*  
 MARIA DE LOURDES MARTINS

10627-1

**FUNDAÇÃO TUPY S.A.**  
EMPRESA DE CAPITAL ABERTO GEMEC-RCA-200/76/006  
C.G.C. 84.683.374/0001-49

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

São convidados os Senhores Acionistas desta Sociedade para a Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 11 (onze) de janeiro de 1977, às 10 (dez) horas, na sede social à rua Albano Schmidt nº 3.400, neste município de Joinville, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

1. Apreciação, discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, balanço semestral, conta de Lucros e Perdas e parecer do Conselho Fiscal, relativos ao semestre findo em 30 de setembro de 1976; e
2. Assuntos diversos de interesse da Sociedade.

**AVISO**

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Empresa, os documentos a que se refere o artigo 99 do Decreto Lei nº 2627, de 26.9.1940.

Joinville, 3 de dezembro de 1976

10662A/5

Dr. H. Dieter Schmidt  
-Presidente-

**H. WALTER S/A - FÁBRICA DE CADARÇOS**

CGC 83.122.739/0001

**Assembleia Geral Extraordinária**

São convocados os senhores acionistas de H. Walter S/A. Fábrica de Cadarços, para se reunirem em assembleia geral extraordinária, na sede social, à Rua Getúlio Vargas, 720 em Campo Alegre-SC, no dia 08 de janeiro de 1977, para deliberarem sobre a seguinte:

**ORDEM DO DIA**

- a) - Homologação do aumento de capital, na importância de Cr\$ 500.000,00, passando o capital social de Cr\$ 300.000,00 para Cr\$ 800.000,00 / com aproveitamento de reservas na importância de Cr\$ 380.000,00 e subscrição em moeda corrente nacional na importância de Cr\$ 120.000,00 pelos atuais acionistas, tudo conforme assembleia geral extraordinária realizada em 18.10.76.
- b) - Consequente alteração estatutária.
- c) - Outros assuntos de interesse social.

Campo Alegre, 01 de dezembro de 1976.

0863/5

A DIRETORIA.

*[Assinatura]*

**CIA. INDUSTRIAL DE ÓLEOS VEGETAIS MARAVILHA**

CGC. 85.196.590/0001-22

**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

**CONVOCAÇÃO**

Ficam convidados os senhores acionistas desta sociedade, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária em sua sede social, à Av. Pres. Kennedy s/n, em Maravilha, SC, que será realizada no dia 14 de Dezembro de 1976, às 9 horas em primeira convocação; às 10 horas em segunda, com a presença mínima de dois terços do capital social com direito a voto, e às 10,30 horas com qualquer número, para deliberarem sobre o seguinte:

**ORDEM DO DIA**

- a) Aumento do capital social de Cr\$ 3.900.000,00 para Cr\$ 6.591.000,00 com a utilização das seguintes verbas: Cr\$ 335.690,00 de Lucros em Suspensão; Cr\$ 30.610,00 do Fundo de Reserva Especial; Cr\$ 2.324.700,00 do Fundo de Correção Monetária do Ativo Imobilizado;
- b) Acrescentar aos objetivos da sociedade mais as seguintes atividades: agricultura e pecuária;
- c) Alteração parcial do Estatuto Social;
- d) Outros assuntos de interesse da sociedade.

Maravilha, 03 de novembro de 1976

Delson J. Roman - D. Comercial

0872/5

**ANTONIO CASSIO DE SOUZA FILHO**

**DECLARAÇÃO**

Declaro que se encontra extraviado o meu Diploma do Curso Técnico em Contabilidade, expedido pela Escola Técnica de Comércio "Bom Jesus", de Joinville, e registrado na Inspeção Regional do Ensino Comercial em S.C., sob nº 1.707, liv. 4, fls. 50 em 13/07/65

Joinville, 28 de novembro de 1976

ANTONIO CASSIO DE SOUZA FILHO

0866/1

CGC(MF) n.

BUSCHLE & LEPPER S/A-COMÉRCIO E INDÚSTRIA 84.684.471/0001-56

**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Convidamos os Senhores Acionistas de Buschle & Lepper S/A - Comércio e Indústria a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, na sede social à Rua do Príncipe n. 123, na cidade de Joinville, no dia 14 de dezembro de 1976, às 9 horas, a fim de tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte

**Ordem do Dia:**

- 1 - Incorporação ao capital do aumento autorizado pela Assembleia Geral Extraordinária de 14 de outubro de 1976.
- 2 - Alteração parcial dos Estatutos Sociais.
- 3 - Assuntos diversos de interesse social.

Joinville, 19 de dezembro de 1976

L. Baltasar Buschle  
Diretor Presidente

10662-5

Joinville, 3 de dezembro de 1976

Dr. H. Dieter Schmidt  
-Presidente-

10702-1

ERMASA - EMPRESAS REUNIDAS DE MADEIRAS S/A  
CGC/MF Nº 33.249.921/0001-41.

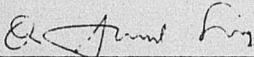
EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

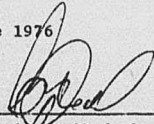
Pelo presente edital, ficam convocados os senhores acionistas desta sociedade a se reunirem em assembléia geral extraordinária, a realizar-se no dia 17 de dezembro de 1976, às 15,00 (quinze) horas, na sede social da empresa à rua Uruguai, 614 nesta cidade, a fim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

- 1º - Elevação do capital social da empresa.
- 2º - Eleição da Diretoria e Conselho Fiscal.
- 3º - Transferência da sede social para o 1º Distrito Industrial de Itajaí; e transformação da atual sede em filial.
- 4º - Assuntos de interesse da sociedade.

Itajaí, 01 de dezembro de 1976

  
Olivio Armando Cordeiro - Diretor  
CPF. 022.423.207

  
Luiz Orlando Machado - Procurador  
CPF. 102.507.199

10670-1

CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRASIL S.A. - ELETROSUL

C.G.C. - M.F. - 00073.957/0001

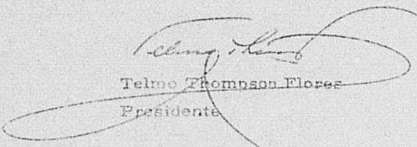
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convidados os senhores acionistas da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - ELETROSUL para a Reunião de Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 21 de dezembro de 1976, às 15:00 horas, na Sede da Empresa, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: eleição dos membros da Diretoria da ELETROSUL.

10713-4

Florianópolis, 06 de dezembro de 1976

  
Telmo Thompson Flores  
Presidente

SIMESC S.A.

Servicentro das indústrias metalúrgicas de Sta. Catarina

CGCMF: 82612532/0002-25

GEDEC/RCA - 220/76-168

CAPITAL AUTORIZADO - cr\$.35.000.000,00

CAPITAL REALIZADO - cr\$. 4.345.018,00

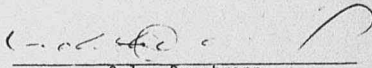
AVISO AOS ACIONISTAS

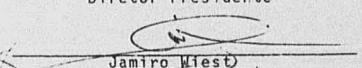
Convidamos os Senhores Acionistas desta Sociedade a exercerem dentro de 30 dias da publicação deste aviso, o seu direito de preferência na subscrição do Aumento de Capital de

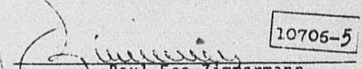
cr\$.6.851.500,00, pelo lançamento de 6.020.000 Ações Ordinárias Nominativas, e 831.500 Ações Preferenciais Nominativas Classe "A", todas com valor nominal de cr\$.1,00 (Hum cruzeiro) cada uma, autorizado pela Reunião da Diretoria de 19.11.76.

Joinville (sc) novembro 19, 1976

A Diretoria

  
Celso Buschmann  
Diretor Presidente

  
Jamiro West  
Diretor Administrativo

  
Raul Fco. Zimmermann  
Diretor Industrial

10705-5

ELECTRO AÇO ALTONA S/A.

CGC MF - 82 643 537/0001-34

BLUMENAU - SC.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os Senhores acionistas para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, a se realizar às 10 horas do dia 15 de dezembro de 1976, na sede social, à Rua Engº Paul Werner, nº 925, nesta cidade de Blumenau, a fim de deliberarem sobre a seguinte

ORDEM DO DIA

1º) Alteração do Art. 3º, Capítulo I, dos Estatutos Sociais;

2º) Outros assuntos, de interesse social.

Blumenau, SC, 06 de dezembro de 1976

(a) BERNARDO WOLFGANG WERNER

Diretor Presidente

10673-1

PERFILADOS TUPY S.A.  
CGC 82.609.926/0001-43  
CAPITAL AUTORIZADO..... Cr\$ 13.700.000,00  
CAPITAL SUBSCRITO..... Cr\$ 13.630.000,00  
CAPITAL INTEGRALIZADO.: Cr\$ 13.630.000,00

EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
PARA

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

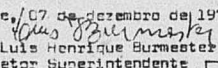
São convidados os senhores acionistas desta Sociedade para a Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 17 de dezembro de 1976, às 09,00 horas, em sua sede social à Rua Rui Barbosa nº 1400, em Joinville com a seguinte

ORDEM DO DIA

1º) Autorizar a Diretoria para contratar financiamento junto ao B.R.D.E., off record as garantias necessárias.

2º) Outros assuntos de interesse da Sociedade.

Joinville, 07 de dezembro de 1976.

  
Engº Luis Henrique Burmeister  
Diretor Superintendente

10684-1

COOPERATIVA HABITACIONAL PALMARES Ltda. - "COHAP"

CGC/MF 82.050.112/0001-8

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores associados da COOPERATIVA HABITACIONAL PALMARES LTDA para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 18/12/76 às 14 horas em 1ª convocação com 2/3 dos associados e com intervalo de uma hora para a 2ª convocação com 30% dos associados, no centro comunitário do Conjunto, à BR 101 Km 207-Rocha do- São José, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- 1- Aprovação das contas e relatório da Diretoria;
- 2- Sorteio das casas;
- 3- Assuntos Gerais

Florianópolis, 06 de Dezembro de 1976

P/ DIRETOR PRESIDENTE - COHAP

0883/3

PLÁSTICOS SANTA CRUZ S/A.

CGCMF - 83188771/0001-81

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIACONVOCAÇÃO

São convidados os Senhores acionistas desta Sociedade, para a Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se em sua sede social, à rua Princesa Isabel, 636 nesta cidade de Canoinhas - SC. no dia 15 de dezembro de 1976, às 10 horas, para deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

- 1ª) Retificação e Ratificação das deliberações aprovadas em Assembleia Geral Ordinária de 18 de agosto de 1976
- 2ª) Ratificação em todos os termos da Assembleia Geral Extraordinária de 18 de agosto de 1976.
- 3ª) Outros assuntos de interesse da sociedade

Canoinhas (SC), 30 de novembro de 1976

Juliusz Targowski - Diretor Superintendente  
CPF. 019.360.937-15

10725-1

A NOTICIA S/A EMPRESA JORNALISTICA

CGCMF Nº 84.687.003/0001-35

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIACONVOCAÇÃO

São convidados os senhores acionistas desta Sociedade Anônima, para a Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 17 de dezembro de 1.976, às 15,00 horas na sede social, à rua Abdon Batista, 149 em Joinville (SC), para deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia:

- 1ª - Alteração parcial dos Estatutos Sociais
- 2ª - Assuntos diversos

Joinville, 06 de dezembro de 1.976

"A NOTICIA S/A."  
EMPRESA JORNALISTICARomão Ruy Mendes  
Diretor Administrativo

10690-5

TURESC

empresa de turismo e empreendimentos do estado de santa catarina

C.G.C./M.F. - 82.507.385/0001-51

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIAEDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os Senhores Acionistas da Empresa de Turismo e Empreendimentos do Estado de Santa Catarina - TURESC, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no próximo dia 16, às 10 horas, em nossa Sede Social, à Rua Dep. Altamiro Guimarães, 15, Nesta Capital, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1ª) - Autorização para transferência de uma área de terras, por doação, ao SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;
- 2ª) - Outros assuntos de interesse social.

Florianópolis (SC), 06 de dezembro de 1.976.

Orlando Bértoli  
PresidenteAdherbal Vicente Schaefer  
Diretor AdministrativoCyrto Gevaerd  
Diretor de PlanejamentoRoberto Lapa Pires  
Diretor Financeiro

10685-5

METALÚRGICA DOUAT S/A.

CGC-MF 84 683 788/0001-78

JOINVILLE - SC.

EDITAL DE CONVOCAÇÃOASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

São convidados os acionistas da Metalúrgica Douat S/A., para Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no próximo dia 16 de dezembro de 1976, às 8 horas em sua sede social à rua Arnaldo Moreira Douat, nº 466 nesta cidade, a fim de deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

- 1ª) Refundir o Art. 3º dos Estatutos que define os Estatutos Sociais, inclusive incluindo a aplicação de Recursos em outras empresas e a faculdade de importar e exportar;

- 2ª) Outros assuntos de interesse social.

Joinville, 07 de dezembro de 1976.

10724-1

Etienne Arnaldo Douat  
Diretor Superintendente

ACHILES PIOVEZAN S/A IND. E COM.

CGCMF 83.156.018/0001-04

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

São convidados os senhores acionistas desta sociedade anônima, para a assembleia geral ordinária a realizar-se no dia 30 de Dezembro de 1976, com início às 8.00 (oito) horas na sede social, à Travessa do Comércio, 142, Nesta cidade de Erval Velho, para deliberarem sobre a seguinte;

## ORDEM DO DIA

1ª)-Apresentação, discussão e aprovação do balanço geral, conta de Lucros e Perdas e parecer do conselho fiscal, referente ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 1976.

2ª)-Eleição e posse da nova diretoria, membros do conselho fiscal e respectivos suplentes para o exercício de 1976/77, e assuntos diversos de interesse social.

## ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Os senhores acionistas desta sociedade, são convidados ainda, para o mesmo local e na mesma data acima às 11.00 horas, para tomarem parte da assembleia extraordinária que deliberará sobre a seguinte

## ORDEM DO DIA

1ª)-Aumento do Capital Social com aproveitamento de lucros em Suspensos, de acordo com o art. 3º do decreto-lei nº 1109 de 26 de Junho de 1970. 2ª)-Alteração do art. 5º dos estatutos sociais e demais de interesse social.

## AVISO

Achan-se a disposição dos senhores acionistas na sede social os documentos a que se refere o art. 99 do decreto-lei nº 2627 de 26 de setembro de 1940.

Erval Velho, 31 de Outubro de 1976

*Honório Piovesan*  
Honório Piovesan  
Diretor

10737-10

V. DE SANT'ANNA & CIA. S.A.  
Industrial e Exportadora  
C.G.C. 83.887.893/0001-66

## ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

## CONVOCAÇÃO

São convidados os senhores acionistas desta sociedade para a Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 31 de Dezembro do corrente ano, às 17,00 horas, em sua sede social à Rua General Liberato Bittencourt, nº 278, nesta Capital, com a seguinte:

## ORDEM DO DIA

- Reestruturação dos cargos da Diretoria da sociedade e criação de um novo cargo, e consequente alteração dos artigos 100 e 18, do Capítulo I dos Estatutos Sociais;
- Eleição da Diretoria da sociedade para o período de 1º de janeiro de 1977 a 31 de dezembro de 1978;
- Assuntos de interesse social.

Florianópolis, 2 de dezembro de 1976

*Dr. Vidente de Sant'Anna*  
Dr. Vidente de Sant'Anna  
Diretor-Presidente

10695-1

MADEIREIRA BRASILEPINHO S/A

## ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

## CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas desta empresa, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 30 (Trinta) de Dezembro de 1976, às 18 (Dez) horas em sua sede social à Avenida Presidente Kennedy, 18 Campinas - São José - SC., para deliberarem sobre a seguinte

## Ordem do Dia:

- 1-Alteração dos Estatutos no quadro da Diretoria;
- 2-Eleição da Diretoria para o triênio 77/79;
- 3-Outros assuntos de interesse da Sociedade.

São José, 06 de Dezembro de 1976.

*Antonio Carlos Scherer*  
Antonio Carlos Scherer  
Diretor - Superintendente

0888/3

## CERCRISA

Cerâmica Criciúma S.A.

CGC-83.647.289/0001-62

## ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas da CERCRISA-CERÂMICA CRICIÚMA S/A., a se reunirem em assembleia geral extraordinária, na sede social, na Rod SC 77 Km 1, Bairro Próspera, Criciúma, SC, às 9 horas do dia 17 de dezembro de 1976, para deliberarem sobre a seguinte

## O R D E M D O D I A:

- 1ª - Proposta da Diretoria para aumento de capital de Cr\$34.000.000,00 para até R\$90.000.000,00, com aproveitamento de recursos provenientes da Correção Monetária do Ativo Imobilizado, Reserva para Aumento do Capital e subscrição em moeda corrente;
- 2ª - Alteração parcial dos Estatutos Sociais;
- 3ª - Outros assuntos de interesse social.

Criciúma, 06 De Dezembro de 1976.

0886/1

## A D I R E T O R I A

## INCOCESA

Indústria e comércio de cerâmica s/a.

CGC- 86.445.434/0001-10

## ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas da INCOCESA-INDUSTRIA E COMERCIO DE CERÂMICA S/A., a se reunirem em assembleia geral extraordinária, na sede social, no Bairro São João, Tubarão, SC, às 15 horas do dia 17 de dezembro de 1976, para deliberarem sobre a seguinte

## O R D E M D O D I A:

- 1ª - Proposta da Diretoria para aumento de capital de R\$37.000.000,00 para até R\$50.000.000,00, com aproveitamento de recursos provenientes da Correção Monetária do Ativo Imobilizado, Reservas Livres e subscrição em moeda corrente;
- 2ª - Alteração parcial dos Estatutos Sociais;
- 3ª - Outros assuntos de interesse social.

Tubarão, SC, 06 de dezembro de 1976.

## A D I R E T O R I A

0887/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

**A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O**

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SANTA CATARINA, através do GRUPO EXECUTIVO DE LICITAÇÕES (GEL), leva ao conhecimento dos interessados, que se acha aberta a TOMADA DE PREÇOS - EDITAL Nº 136/76, para a execução de Serviços de Terraplenagem e Obras de Arte Correntes e Drenagem nos acessos PIQARRAS - BR 101, PENHA - BR 101 e PEIHA - ARMAÇÃO, com prazo de entrega das propostas até às 15,00 (quinze) horas do dia 14 de dezembro de 1976, no Protocolo Geral do DER-SC, situado no 7º andar do Edifício das Diretorias em Florianópolis.

Cópias do referido Edital e maiores esclarecimentos serão obtidos junto ao GEL, no endereço acima mencionado.

DER-SC., em Florianópolis, 01 de dezembro de 1976

Engº Civil Osny Berretta

Chefe do GEL

Engº Civil Sérgio R. Beims

Diretor de Construção

10664A-5

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

**A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O**

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SANTA CATARINA, através do GRUPO EXECUTIVO DE LICITAÇÕES (GEL), leva ao conhecimento dos interessados, que se acha aberta a TOMADA DE PREÇOS - EDITAL Nº 137/76, para Construções em Madeira, constituídas de Residência, Alojamento para Pessoal, Refeitório e Oficinas na Rodovia BR 282, em BOM RETIRO, compreendendo fornecimento de Material e Mão de Obra, de acordo o projeto a ser fornecido pelo Órgão, com prazo

de entrega das propostas até às 9,00 (nove) horas do dia 09 de dezembro de 1976, no Protocolo Geral do DERSO situado no 7º andar do Edifício das Diretorias, em Florianópolis.

Cópias do referido Edital e maiores esclarecimentos serão obtidos junto ao GEL, no endereço acima mencionado.

DERSO., em Florianópolis 01 de dezembro de 1976

Engº Civil Osny Berretta

Chefe do GEL

Engº Civil Sérgio R. Beims

Diretor de Construção

1066B-6

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

**A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O**

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SANTA CATARINA, através do GRUPO EXECUTIVO DE LICITAÇÕES (GEL), leva ao conhecimento dos interessados, que se acha aberta a TOMADA DE PREÇOS - EDITAL Nº 135/76, para aquisição de ARMÁRIOS DE MADEIRA, com prazo de entrega das propostas até às 9,00 (nove) horas do dia 14 de dezembro de 1976, no Protocolo Geral do DER-SC., situado no 7º andar do Edifício das Diretorias, em Florianópolis.

Cópias do referido Edital e maiores esclarecimentos serão obtidos junto ao GEL., no endereço acima mencionado.

DERSO., em Florianópolis, 01 de dezembro de 1976

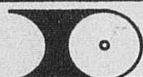
Engº Civil Osny Berretta

Chefe do GEL

Engº Civil João B. Vicelli

Diretor de Pesquisas

10664-6



**IOESC**  
**IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA S. A.**

**Sede:**

Rua Duque de Caxias, 33 — Saco dos Limões  
Caixa Postal, 138 — Fones: 33-0344 - 33-0423

**Agência:**

Rua Trajano, 18 — Galeria Berenhauzen — Fone: 22-9470  
Florianópolis — SC.

**Diretor Presidente**

— João Bayer Neto

**Diretor Administrativo**

— Laércio Uller

**Diretor Industrial**

— Flávio José Cardozo

**Diretor Financeiro**

— Onacli Luiz Fabrin

**ASSINATURAS**

DIÁRIO OFICIAL

DIÁRIO DA JUSTIÇA

200,00

Particulares

300,00

Órgãos Públicos e Funcionários

250,00



**GOVERNAR É ENCURTAR DISTÂNCIAS**